

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**THALITA COSTA SOUZA**

**AFRICANOS ESCRAVIZADOS NA RIBEIRA DO ITAPECURU:** produção de um material didático acerca da presença dos escravizados africanos na Vila de Cachias das Aldeias Altas (1754-1830)

SÃO LUÍS/MA  
2022

**THALITA COSTA SOUZA**

**AFRICANOS ESCRAVIZADOS NA RIBEIRA DO ITAPECURU:** produção de um material didático acerca da presença dos escravizados africanos na Vila de Cachias das Aldeias Altas (1754-1830)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão com vistas à obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves

SÃO LUÍS/MA  
2022

Souza, Thalita Costa.

Africanos escravizados na Ribeira do Itapecuru: produção de um material didático acerca da presença dos escravizados africanos na Vila de Cachias das Aldeias Altas (1754-1830) / Thalita Costa de Souza. – São Luís, 2022.

129 f.: il.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves.

1. Ensino de História. 2. Linguagens. 3. Escravizados Africanos. 4. Caxias. 5. Ribeira do Itapecuru. I. Título.

**THALITA COSTA SOUZA**

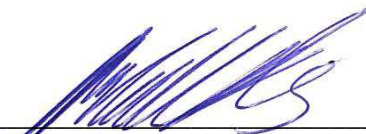
**AFRICANOS ESCRAVIZADOS NA RIBEIRA DO ITAPECURU:** produção de um material didático acerca da presença dos escravizados africanos na Vila de Cachias das Aldeias Altas (1754-1830)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão com vistas à obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves

**Aprovada em: 21/12/2022**

**BANCA AVALIADORA:**



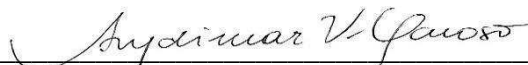
---

Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves (Orientador)  
(PPGHIST - UEMA)



---

Prof. Dr. Yuri Michael Pereira Costa (Arguidor)  
(PPGHIST - UEMA)



---

Profa. Dra. Arydimar Vasconcelos Gaioso (Arguidora)  
(PPGCSPA – UEMA)

---

Prof. Dr. Jakson dos Santos Ribeiro (Suplente)  
(PPGHIST – UEMA)

*Dedico todo esse trabalho aos meus pais, José Emiliano da Silva Souza e Regiane Lobo Costa. Razões da minha força e inspiração. Saibam que há duas coisas na minha vida que serão eternas: o meu amor e a minha gratidão a vocês.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus pelo seu companheirismo nos momentos mais complicados dessa trajetória e por seu infinito amor. Aos meus pais, Regiane e José Emiliano, grandes exemplos de minha vida, que sempre me incentivaram nos estudos e lutaram para que os meus sonhos e o do meu irmão se concretizassem. Muito obrigada! Se eu vivesse mil vidas nesse mundo não seria o bastante para agradecer vocês. Agradeço ao meu irmão Breno e minha avó Irene, e aos demais familiares que sempre me apoiaram nessa vivência.

Agradeço aos colegas que viveram comigo as alegrias e os desafios da Pós-Graduação, Osmarina Duarte, Jefferson Maciel e Rimilla Queiroz, meu muito obrigada vocês tornaram essa experiência mais agradável e leve. Aos amigos que a Ilha do amor me apresentou, Liandra Maciel, Nayara Nunes, Jéssica Naiara, Christofferson Melo, Evandro de Oliveira, Thiago Rosário e Dharlison Dhovan, muito obrigada por ouvirem minhas lamurias, por tornarem essa experiência de morar em outra cidade mais serena e divertida.

À Mariana Kamilla, minha grande amiga- irmã. Obrigada por ter se feito presente **todos** os dias da minha vivência no mestrado, mesmo estando à 370km de distância de mim. Obrigada por todo apoio, ombro amigo, pelas incontáveis ligações e videochamadas, pelo companheirismo e solicitude. Te amo muito amiga!

A todos os amigos caxienses que me apoiaram nessa caminhada, Janderson Lima, Dayse Prado, Dalton Costa, Lucas Lima, Raquel Coelho, Maria Karine, Raquel Freitas, Kássia Ferreira, Thiago Lima, Sanoelle Quinzeiro, Eduardo Ramos e Andressa Viera, muito obrigada, vocês fazem parte dessa história.

À Reinaldo Barroso Junior, que muito contribuiu na minha formação acadêmica, minha sincera gratidão por todo apoio e incentivo. Sempre lembrarei com grande felicidade como você se mostrou disponível em me ajudar da melhor forma possível. Muito obrigada.


Minha gratidão a Profa. Regina Faria, que no início dessa jornada contribuiu com a minha manutenção em São Luís ao custear um trabalho de pesquisa, de seu interesse, que foi realizado no Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão, agradeço também pelo conhecimento compartilhado durante as atividades da pesquisa.

Minha sincera gratidão a minha banca de qualificação, que se repetiu na defesa, Profa. Dra. Arydimar Vasconcelos Gaioso e o Prof. Dr. Yuri Michael Pereira Costa, pelas valiosas contribuições que deram a esta pesquisa. Suas contribuições ajudaram no amadurecimento e melhorias deste trabalho.

Um agradecimento muito especial ao meu orientador Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves. Obrigada por toda paciência e sensibilidade. Por todo conhecimento compartilhado. Um exemplo de profissionalismo. Serei eternamente grata e sempre terei uma enorme admiração e apreço pela sua pessoa. Obrigada por ter me acompanhado durante todo esse caminho. Agradeço por cada minuto da sua atenção e dedicação. Meu coração guarda uma gratidão enorme por tudo o que fez.


A todos os professores e professoras do PPGHIST – UEMA. Sou grata por tudo que aprendi com vocês. Muito obrigada!

E por fim, agradeço à Universidade Estadual do Maranhão e ao PPGHIST pela oportunidade de desenvolver essa pesquisa.

 “Minha terra tem palmeiras onde canta o sabiá, as aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá.”. Nesse canto que eu canto, canto com alegria. Canto pra você princesa. Canto pra você Caxias.

*Minha terra, minha cidade, você mora em meu coração. Por onde for, vou cantar você, princesinha do Maranhão.*

*As tuas praças, teus casarões, misturam passado e presente que fascinam, encantam a gente. As tuas fontes, tem águas que são cristalinas. Veneza, beleza plena. Caxias, linda menina.*

*Teus morros, tuas matas, teus bichos, teu céu de beleza sem par. As tuas palmeiras tão lindas onde canta o sabiá. Transmitem a tua beleza, o teu encanto e magia. Pra você o meu canto princesa. Pra você o meu canto, Caxias* 

***Naum Esteves - Tributo a Caxias***



## RESUMO

O objetivo deste trabalho é enfatizar a presença dos escravizados africanos na região de Caxias, Maranhão, que se constituiu através da economia agropecuária, no período que se estende do século XVIII até o primeiro quartel do século XIX. Buscamos, através dessa pesquisa pontuar acerca das características, processos históricos e enredos que colocam Caxias das Aldeias Altas como local de importância para a capitania/província do Maranhão no período colonial/primeiros anos do Império, bem como evidenciá-la como uma localidade negra no meio do sertão maranhense. Para tanto, exploramos os números de escravizados africanos distribuídos na Ribeira do Itapecuru, em especial na região de Caxias, analisando suas características e particularidades, para que pudéssemos desenvolver um produto educacional com o propósito de dialogar na educação básica sobre a presença dos escravizados africanos em Caxias – MA. A pesquisa se desenvolveu por meio da catalogação e análise dos documentos disponíveis no Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão, do acervo de Caxias e São Luís, e de depoimentos de quilombolas residentes nas proximidades de Caxias. A construção deste produto tem como finalidade perceber a presença de escravizados africanos na região de Caxias – MA.

**Palavras-chave:** Ensino de História; Linguagens; Escravizados africanos; Caxias; Ribeira do Itapecuru.

## ABSTRACT

The objective of this work is to emphasize the presence of enslaved Africans in the region of Caxias, Maranhão, which was constituted through the agricultural economy, in the period that extends from the 18th century to the first quarter of the 19th century. We seek, through this research, to point out about the characteristics, historical processes and plots that place Caxias das Aldeias Altas as a place of importance for the captaincy/province of Maranhão in the colonial period/early years of the Empire, as well as to highlight it as a black locality in the middle of Maranhão hinterland. To do so, we explored the numbers of enslaved Africans distributed in Ribeira do Itapecuru, especially in the region of Caxias, analyzing their characteristics and particularities, so that we could develop an educational product with the purpose of dialoguing in basic education about the presence of enslaved Africans in Caxias – MA. The research was developed through the cataloging and analysis of documents available in the Archive of the Court of Justice of Maranhão, the collection of Caxias and São Luís, and testimonies of quilombolas residing in the vicinity of Caxias. The construction of this product aims to perceive the presence of enslaved Africans in the region of Caxias - MA.

**Keywords:** History Teaching; Languages; African slaves; Caxias; Ribeira do Itapecuru.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Mapa populacional da Ribeira do Itapecuru dos anos de 1803 a 1805 .....	26
<b>Figura 2</b> - Comarca de Caxias em 1838 .....	39
<b>Figura 3</b> - Consulta que aponta a necessidade de possuir escravos africanos no Maranhão no ano de 1673.....	43
<b>Figura 4</b> - Bacia Hidrográfica do rio Itapecuru .....	53
<b>Figura 5</b> - Capa do produto educacional.....	90
<b>Figura 6</b> - Capa do primeiro tópico do produto.....	91
<b>Figura 7</b> - Capa do segundo tópico do produto .....	92
<b>Figura 8</b> - Mapa utilizado no material que mostra a divisão da população preta e parda .....	93
<b>Figura 9</b> - Capa do terceiro tópico do produto.....	93
<b>Figura 10</b> - Capa do último tópico do produto .....	93
<b>Figura 11</b> - Materiais indicados no produto educacional .....	95

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Nações dos escravizados na Ribeira do Itapecuru nos anos de 1799 a 1814 .....	49
<b>Tabela 2</b> - Nações dos escravizados na Ribeira do Itapecuru nos anos de 1815 a 1835 .....	50
<b>Tabela 3</b> - Tabela de proprietários e imóveis localizados na Ribeira do Itapecuru de 1799 a 1835 .....	55
<b>Tabela 4</b> - Faixa Etária do escravizados da Ribeira do Itapecuru nos anos 1799 a 1822 .....	58
<b>Tabela 5</b> - Ocupações dos escravizados da Ribeira do Itapecuru - 1799 a 1835 .....	63
<b>Tabela 6</b> - Nações em Caxias 1754 a 1821 .....	66
<b>Tabela 7</b> - Identificação dos docentes que responderam ao questionário .....	97
<b>Tabela 8</b> - Resposta dos docentes para a questão de nº 10 .....	98
<b>Tabela 9</b> - Resposta dos docentes para a questão de nº 11 .....	99

## LISTAS DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Número de escravizados em Caxias nos anos de 1754 a 1830 .....	60
<b>Gráfico 2</b> - Sexo dos escravizados da Ribeira do Itapecuru de 1799 a 1822.....	61
<b>Gráfico 3</b> - Sexo dos escravizados na região de Caxias (1754 - 1821) .....	62
<b>Gráfico 4</b> - Faixa etária dos escravizados de Caxias (1754 - 1821) .....	65

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1. CAXIAS DAS ALDEIAS ALTAS, ENTREPOSTO NEGRO NO RIO ITAPECURU E PONTO ESTRATÉGICO NO SERTÃO .....</b>	<b>21</b>
1.1 O rio Itapecuru: um canal de comunicação .....	21
1.2 A vila de Cachias, uma vila de “homens de cor” .....	29
1.3 Cachias: Independências e primeiros anos do Estado imperial .....	35
<b>2. O CONTEXTO E A COMPOSIÇÃO DOS ESCRAVIZADOS NA RIBEIRA DO ITAPECURU .....</b>	<b>41</b>
2.1 Contexto do tráfico de escravizados africanos para o Maranhão e regiões de procedência .....	41
2.2 A composição dos escravizados africanos na ribeira do Itapecuru: localização e caracterização de escravizados na ribeira .....	53
2.3 Cachias, uma vila negra: caracterização de escravizados .....	60
<b>3. VILA DE CACHIAS: UM MATERIAL DIDÁTICO ACERCA DA PRESENÇA DE ESCRAVIZADOS E A IMPORTÂNCIA NO CENÁRIO MARANHENSE .....</b>	<b>68</b>
3.1 História Local como via para o pertencimento histórico .....	68
3.2 História Local nas legislações voltadas para a Educação .....	72
3.3 Materiais didáticos como instrumentos para o conhecimento .....	87
3.4 Produto educacional “Vila de Cachias: a presença dos negros em terras caxienses” .....	88
3.5 O produto educacional aos olhos dos professores.....	95
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>101</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>103</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>110</b>
APÊNDICE 01 - Questionário de avaliação do produto educacional.....	110
APÊNDICE 02 – Termo de autorização para entrevista – quilombo Jenipapo. ....	113
APÊNDICE 03 – Termo de aautorização para Entrevista – quilombo Soledade. ....	114
APÊNDICE 04 – Questionários respondidos .....	115

## INTRODUÇÃO

Novos caminhos para novas escritas foram abertos com a renovação historiográfica das últimas décadas. Começamos a olhar mais atentamente para outros objetos e sujeitos que até então eram silenciados ou esquecidos. Burke (2011), em referência à Escola dos Annales, afirma que tudo que estivesse relacionado à atividade humana passa agora a ser um objeto de interesse para a História. Nesse movimento, a História da escravidão, até então centrada em perspectivas econômicas e nos grandes centros urbanos, deixando de lados todos os pormenores existentes e espaços distantes do litoral, viveu importantes deslocamentos. Com o advento da Nova História, temos a possibilidade de compreender esses sujeitos para além do trabalho braçal e percebendo seu impacto espacial e social sobre a extensão de estados como o Maranhão. Olhar para esses sujeitos, tão protagonistas quantos os grandes nomes da História tradicional, é promover uma visão que não vem de cima e muito menos é centralizada, é entendê-los como sujeitos ativos na construção histórica local e nacional. E ao fazermos esse exercício de descentralizar as produções historiográficas, estaremos fazendo o exercício de produzir histórias pertencentes às pessoas “comuns”, ideia essa defendida por Sharpe (2011) quando discute acerca da história vista de baixo, pensada por ele como uma abordagem e também como um tipo de História: no primeiro caso, ela vem com o intuito de trazer outras perspectivas que não a de uma história elitizada, mostrando que não existiu apenas uma história baseada em grandes nomes, mas também uma história daqueles personagens até então ignorados; sobre a segunda perspectiva, a história vista de baixo também se configura como um tipo de História, pois nos dá a possibilidade de produzir uma historiografia mais rica, apontando elementos até então ignorados pela História tradicional. Dessa forma, a produção historiográfica que parte da história vista de baixo atinge potencialmente um público maior, para quem essas narrativas são dedicadas. Ao passo que buscamos perceber os africanos escravizados na região de Caxias e inseri-los na historiografia local, comungamos com a ideia de Sharpe ao defender que “a história vista de baixo ajuda a convencer que de nós nascidos sem colheres de prata em nossas bocas, de que temos um passado, de que viemos de algum lugar” (Sharpe, 2011, p.63). Somente através da história vista de baixo conseguiremos remodelar e assim inserir outras perspectivas, olhares e discursos dentro de uma história feita de fatos, defendida, pregada e escrita por uma elite histórica.

Ao buscarmos evidenciar esses sujeitos, que somente através do método da história vista de baixo passam a serem percebidos, se faz necessário que se agregue a essa

metodologia a ideia de Rüsen (2007) de que por meio do trato das fontes pode-se alcançar uma investigação mais concreta do passado. Esse trato deve permear entre o que o autor define como “perspectivas orientadoras” e os “métodos de pesquisa”, pois será através desses dois norteadores que será possível à História, como ciência, se debruçar sobre as vivências humanas no tempo e assim poder percebê-las como históricas. O primeiro norteador historiciza as vivências do passado; o segundo demanda um olhar mais crítico sobre esse passado, para poder perceber aquele indivíduo e suas vivências como históricos. Ao executarmos, principalmente tais orientações de Rüsen, se tornou possível a identificação dentro das fontes acerca da presença dos escravizados africanos em Caxias e, por consequência, historicizá-los na Ribeira do Itapecuru e de Caxias.

Desse modo, a pesquisa seguiu uma abordagem, primeiramente, quantitativa e sequentemente, qualitativa e exploratória do objeto de estudo, uma vez que objetivamos perceber e refletir acerca da presença do escravizados africanos na região de Caxias, e consequentemente desenvolvemos um produto educacional, fruto dessa pesquisa.

A documentação referente à temporalidade (XVIII-XIX) que abrange essa pesquisa é bem vasta. Neste trabalho fizemos uso dos documentos dispostos no Arquivo Histórico Ultramarino – AHU, Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco e Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão. A primeira encontra-se disponível em um banco de dados online; a segunda é um acervo físico localizado em São Luís, capita do Maranhão.

No Projeto Resgate, há aproximadamente 340.000 documentos, tendo em média um milhão de páginas manuscritas, toda essa documentação é referente às capitanias da América Portuguesa e está depositada no AHU, maior acervo sobre a América portuguesa. A documentação foi transcrita, classificada e microfilmada. Foi disponibilizado na plataforma digital<sup>1</sup> da Biblioteca Nacional as documentações microfilmadas dos estados brasileiros

A documentação engloba códices e avulsos sobre África, Ásia, Ilhas Atlânticas e América Portuguesa. A biblioteca referente ao estado do Maranhão na plataforma está nomeada como *009\_MA Projeto Resgate - Maranhão (1614 - 1833)*, dispõe de 180 caixas e dentro dessas caixas há um total de 13.317 subcaixas, a documentação presente na biblioteca referente ao Maranhão é de 109.612 páginas digitalizadas sobre ofícios, requerimentos, mapas de cargas de importação e exportação, nomeações, declarações, avisos, entre outros

No ATJMA destinamos o olhar aos inventários, alocados no fundo dos autos cíveis inserido na Comarca de São Luís e de Caxias. Os inventários são documentos que regulam a

---

<sup>1</sup> ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Disponível em <http://resgate.bn.br/doctreader/docmulti.aspx?bib=resgate>. Acesso em 26 de dezembro de 2022.



existências de bens materiais e suas partilhas no período colonial e imperial, inventários possuem identificação dos participantes (inventariante e inventariado, juiz, escrivão etc.), o autuamento, levantamentos dos bens do falecido, apresentam em detalhes a existência dos escravos (idade, sexo, ocupação, nome de familiares, nação, problemas de saúde, deficiências e valores), localização de fazendas onde também estavam inseridos esses escravizados e imóveis que mediante a identificação da localização é mencionado nomes de lugares, sítios e sesmarias. Na comarca de Caxias analisamos 41 inventários, dispostos entre o período de 1754 a 1830 e na comarca de São Luís nos debruçamos sobre 300 inventários do período de 1799 a 1835. Tais dados nos proporcionou visualizar melhor o “rosto” desses escravizados que compunham o cenário social da época.

No âmbito nacional, a sociedade brasileira é demograficamente composta por mais da metade de indivíduos negros, resultado do imenso contingente de escravizados que saíram da África, mais de 12 milhões das mais diversas localidades do continente africano rumo às Américas. Diante da historiografia já consolidada acerca da escravidão no Brasil, é possível perceber a dimensão deste fenômeno para a formação do sistema econômico tal qual se conhece hoje (SILVA JUNIOR, 2012; SILVA, 2013).

As bases sob as quais a economia brasileira se firmou tiveram como principal força de produção a mão de obra escrava e é inegável seus efeitos na construção étnica do país. No continente americano, o Brasil foi a região com maior entrada desses escravizados africanos, e o Maranhão, por sua vez, esteve entre as regiões que mais receberam escravizados no país. O Maranhão possui seus espaços econômicos e hídricos privilegiados para o comércio de escravizados africanos, um destes espaços é a ribeira do Itapecuru, região por onde corre o rio Itapecuru e, também, está localizada a cidade de Caxias.

Pensar a presença escrava africana nas regiões litorâneas é algo mais palpável quando ponderamos a partir de uma diversidade documental e uma historiografia mais consolidada. Entretanto, ao fazermos o mesmo exercício para as regiões interioranas/sertanejas, podemos perceber como essas regiões são menos exploradas. Diante desta questão, esse trabalho inicia tratando sobre o objeto de estudo desta pesquisa, os escravizados da então vila de Caxias, como parte da ribeira do Itapecuru, portanto, destacando os escravizados pelas propriedades do principal rio do Maranhão ao final do século XVIII e começo do XIX, e, principalmente, na localidade de Caxias.

Para discutirmos isso, se fez necessário buscar na historiografia local e regional existente, e que se aproximam do espaço e tempo deste trabalho, arcabouços para um melhor embasamento. Tivemos também que nos debruçar sobre manuscritos, em sua grande maioria

inventários, que nos mostrassem os sujeitos que buscamos evidenciar, os escravizados africanos. Somente após estes levantamentos, documentais e historiográficos, delineamos de forma mais nítida as características e a relevância de Caxias na economia e na sociedade maranhense.

A região de Caxias agregava vários fatores para que esta se consolidasse como importante entreposto comercial para o Maranhão e ligação de espaços do Maranhão com outras localidades dentro e fora da província. Sua forte relação com o Rio Itapecuru, apontado pela literatura existente como um dos principais, senão o principal rio do Maranhão neste período é vital para compreendermos sua presença no interior/sertão e percebermos a visibilidade da vila de Caxias como um dos principais polos de produção algodoeiro e agrícola do Maranhão denota sua importância ao final do período colonial e para a região do Maranhão. A presença no rio Itapecuru fazia de Caxias um local estratégico de transporte de algumas mercadorias do sertão que rumavam para o porto da capital, relação de interdependência.

A literatura existente também aponta Caxias como elo entre a faixa litorânea e a faixa pastoril. Estabelece-se uma relação entre a presença e importância dos rios, neste caso, o rio Itapecuru, especificamente, com o aumento da produção econômica e a movimentação da mão de obra escravizada, ressaltando a influência da política pombalina no que diz respeito à intensificação da utilização desta mão de obra e a interiorização de seu uso a partir da segunda metade do século XVIII. Devido ao bom desempenho da região de Caxias relacionado a economia, localização estratégica e contingente populacional, a região se mostrava extremamente atraente do ponto de vista demográfico.

Diante de documentos levantados a despeito da população da Ribeira do Itapecuru a partir do ano de 1803, observa-se um aumento populacional que consistia basicamente em pessoas escravizadas adentrando a localidade. Desse modo, a produção agrícola da região da Ribeira do Itapecuru era sustentada por uma população majoritariamente escravizada. Autores como Antonia Mota (2007) e Pereira do Lago (2001) afirmam que a Ribeira era espaço composto por pessoas escravizadas de ascendência africanas, logo, Caxias, era também um espaço negro.

Por mais que existam dados e evidências de que Caxias era um entreposto negro, pouco se trata a respeito na historiografia dedicada à região. As produções existentes sobre as origens de Caxias parecem ignorar o fato de que Caxias possuía um alto índice de população negra e mestiça. A partir de estudos e dados, constatou-se que a “Vila de Cachias” era uma

vila de “homens de cor”<sup>2</sup>, e como tal, agregava escravizados de diversas nações, fato este resultado do tráfico de escravos, sua política de comercialização e das medidas antitráfico promovidas pela Inglaterra, que teve como resultado a aquisição de escravizados vindos da África Central, ocidental e oriental, bem como da promoção do tráfico interprovincial que passava pelas cidades sertanistas.

Para além de situar Caxias inserida na economia maranhense durante o período colonial e começo do período monárquico, este trabalho busca demonstrar a composição da população da região de Caxias, majoritariamente negra, a fim de enfatizar a presença dos escravizados na história de Caxias. Esta importância transcende questões historiográficas, uma vez que permite maior compreensão da história do Maranhão e seus desdobramentos no interior do Estado e também é de grande relevância no que diz respeito ao reconhecimento das mais diversas nações que estiveram presentes na formação étnica da população local.

Ao reconhecermos que se faz necessário a implantação de bases curriculares que sejam historicamente mais democráticas, estaremos comungando com a ideia de tornar o ensino mais inclusivo, fazendo assim os padrões educacionais fugirem de uma educação histórica pautada em perspectiva eurocêntrica e racista (PEREIRA E SILVA, 2021). Torna-se contraditório mantermos um sistema educacional brasileiro em que a história é tratada a partir de grandes fatos protagonizados por brancos e europeus, visto que somos um país que nasce dos encontros das diversidades étnicas (indígenas, europeus, africanos entre outros). Munanga (2015) pontua que os preconceitos culturais e raciais ainda se manifestam de forma pomposa na sociedade brasileira e afirma que a mudança deste cenário só será possível mediante uma educação multicultural, que apresente uma história comprometida com as raízes africanas e indígenas, componentes da formação social e histórica da sociedade brasileira.

Com isto, a realização de um produto educacional que contemple os primórdios da história de Caxias, outro propósito desse trabalho, destacando a importância da população escravizada para a fundação de Caxias tal qual se conhece hoje é um elemento de grande valia à história e cultura local.

---

<sup>2</sup> A província do Maranhão recebeu nos primeiros decênios do século XIX um grande contingente de escravizados, em sua maioria destinado à lavoura de algodão e arroz. Dados de 1822 indicam que 77,8% da população da província eram compostos por escravos e libertos, “homens de cor”. Objeto de preocupação dos autores que se dedicaram à elaboração de propostas para o crescimento econômico da província, entre 1810 e 1820, estes “homens de cor” ocuparam também espaços nas cartas, folhetos políticos e periódicos, impressos que circularam em meio às lutas pela independência da província, permitindo perceber os objetivos da elite local ao restringir a participação desta parcela da população nas decisões políticas e sociais, bem como é possível entrever os sentidos “perigosos” que termos como “liberdade” e “independência” poderiam expressar, perante a configuração de um novo Estado (GALVES, 2007, p.1)

A construção do produto educacional seguiu pelo mesmo viés metodológico da dissertação. Fizemos uso dos dados colhidos no AHU e no ATJMA e dispomos esses dados no produto através de tabelas e gráficos. Também trouxemos informações do Banco de Dados do Tráfico de Escravos Transatlântico (Slave Voyage)<sup>3</sup>, gerenciado pela Universidade de Emory, localizada nos Estados Unidos. O seu grande acervo sobre as viagens de escravizados para diversas partes do mundo são resultados de pesquisas colaborativas e independentes de estudiosos do mundo todo. Há 14 anos o banco foi lançado, todavia, já no ano de 1999 foi publicado em inglês através de CD-ROM. A versão em português do site só veio a ficar disponível em 2015, e foi através da facilidade em acessá-lo na plataforma digital que o banco virou ponto de partida para várias investigações científicas. Atualmente o banco tem catalogado dados referentes a 35 mil viagens no Atlântico, na qual trouxeram aproximadamente 12,5 milhões de africanos para as Américas, o que representa ser a maior migração de pessoas através dos oceanos. Trouxemos todos esses dados com intuito de melhor elucidar e visualizar os sujeitos escravizados, os percebendo em conexões entre o Atlântico e a América portuguesa.

Com o objetivo de proporcionar uma reflexão acerca da presença dos escravizados africanos em Caxias, a produção do produto educacional também contou com o uso da oralidade em sua construção. Através do mapeamento levantado e produzido pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazonia<sup>4</sup> visitamos duas comunidades quilombolas situadas na região de Caxias: o Quilombo do Jenipapo e o Quilombo Soledade. Nas visitas buscamos conhecer, através da oralidade dos representantes quilombolas, a história, memória as raízes da comunidade. Thompsom nos apresenta que “a história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas.” (1998, p. 337). A história oral nos possibilita rememorar situações que não estão dispostas nos documentos oficiais. A reflexão acerca da memória dos quilombolas somado ao cotejo dos documentos já mencionados é possível alcançarmos o reconhecimento da presença desses indivíduos em terras caxienses.

Ao abordar aspectos que vão desde o povoamento de Caxias à sua Independência e seu estabelecimento como uma importante localidade na economia maranhense, o produto educacional aqui desenvolvido busca ser um importante apoio ao professor das series finais do ensino fundamental, que pretende abordar a história de Caxias em sala de aula. Sim, pois, a

---

<sup>3</sup> Plataforma do Banco de dados da Slave Voyage, disponível em: <https://www.slavevoyages.org/>

<sup>4</sup> Disponível em <http://novacartografiasocial.com.br/>. Para a produção do produto fizemos uso do *Fascículo 8 Quilombolas de Caxias do Maranhão*.

própria promoção da história local é colocada pela nossa legislação atual, ao exemplo da Base Nacional Comum Curricular, BNCC. Destacar os elementos previstos neste trabalho pode promover vários elementos na formação de alunos da educação básica, não somente em Caxias, mas, também, nas cidades próximas.

O presente trabalho encontra-se dividido em três capítulos. No primeiro, intitulado *CAXIAS DAS ALDEIAS ALTAS, ENTREPOSTO NEGRO NO RIO ITAPECURU E PONTO ESTRATÉGICO NO SERTÃO*, objetivamos situar a região de Caxias no cenário histórico do Maranhão no fim do século XVII e início do XIX, mostrando seu principal “meio de comunicação” o Rio Itapecuru e já pontuando acerca da presença de negros escravizados na região. *O CONTEXTO E A COMPOSIÇÃO DOS ESCRAVIZADOS NA RIBEIRA DO ITAPECURU* é o título do segundo capítulo e aqui tratamos sobre a região onde está inserida Caxias, a Ribeira do Itapecuru, tida como umas regiões com relevância para economia da época aqui apresentamos dados acerca da sua posição geográfica e caracteriza da população escravizada na ribeira e em Caxias. O último capítulo, *VILA DE CACHIAS: UM MATERIAL DIDÁTICO ACERCA DA PRESENÇA DE ESCRAVIZADOS E A IMPORTÂNCIA NO CENÁRIO MARANHENSE*, destinamos para tratar sobre o ensino de História e a produção e avaliação do produto educacional.

Por meio dessa estrutura dissertativa, acompanhada de um produto educacional, almejamos que este trabalho colabore com os estudos da localidade de Caxias e região tanto no viés acadêmico, uma vez que trazemos um arcabouço teórico e documental para se repensar a formação do território do Maranhão e de Caxias durante o período colonial e os primórdios do império, como também no processo de ensino e aprendizagem de História nos anos finais do ensino fundamental.

## **1. CAXIAS DAS ALDEIAS ALTAS, ENTREPOSTO NEGRO NO RIO ITAPECURU E PONTO ESTRATÉGICO NO SERTÃO**

O objetivo deste capítulo é enfatizar a presença histórica de Caxias no Maranhão, especialmente no leste Maranhense, região do médio Itapecuru. Uma presença que se constituiu através da economia agropecuária, da importância da localidade como entreposto e, especialmente, a partir da presença de escravizados no meio do sertão leste maranhense, no período que se estende de meados do século XVIII até o primeiro quartel do século XIX, tempo de incorporação do Maranhão ao Império do Brasil, em julho de 1823.

Para tanto, buscamos aqui pontuar acerca das características, processos históricos e enredos que colocam Caxias das Aldeias Altas como local de extrema importância para a capitania do Maranhão no período colonial, bem como evidenciá-la como uma localidade negra no meio do sertão maranhense. Nesse intuito, trabalhamos primeiramente com o canal de comunicação, movimentação e transporte do momento, o rio Itapecuru; em suas margens se estabeleceram famílias possuidoras de médios e grandes plantéis de escravizados, que atuaram na agricultura local, e a partir disso inseriram Caxias no cenário econômico de agro exportação do XIX, como uma das principais produtoras de arroz e algodão da Maranhão. Em seguida, apresentamos a Caxias de Aldeias Altas, uma localidade que conectava diferentes paragens no meio do sertão maranhense, e que envolvia grande contingente populacional entre o Maranhão e o Piauí. Por fim, sua importância se evidencia na participação e envolvimento no processo de adesão do Maranhão a independência, ao perceber as movimentações do conflito, as batalhas e o impacto negativo sobre as propriedades dos senhores escravistas no primeiro quartel do século XIX.

### **1.1 O rio Itapecuru: um canal de comunicação**

Os registros sobre a vila de Caxias das Aldeias Altas são mais frequentes a partir das décadas de 1730 e 1740 e estão diretamente relacionados à presença da Igreja Católica na região, mais exatamente através das estratégias de missionação e conversão indígena, gradativamente acompanhada pelo aumento da documentação oficial da administração portuguesa, especialmente a partir da expulsão dos jesuítas, em 1760. Somado a isto, começam a existir a partir de começo do século XIX relatos e relatórios de oficiais da coroa portuguesa, indivíduos como Francisco de Paula Ribeiro (1815), Antonio Bernardino Pereira do Lago (2001) e um ou outro proprietário e produtor, como Raimundo Gaioso (1818).

Em meio a amplo conjunto documental, a maior parte das narrativas sinaliza para a relação do rio Itapecuru com Caxias de Aldeias Altas, o imenso rio que percorria a extensão do leste maranhense, estendendo-se até o sudeste da capitania. Tanto registros paroquiais, quanto registros oficiais portugueses e relatos de habitantes locais informam sobre vestígios que traçam a ereção da vila de Caxias no médio Itapecuru. Refiro-me aos registros preservados pelo: Arquivo Histórico Ultramarino – AHU; Arquivo da Freguesia de N.S. da Vitória (Igreja da Sé), Arquivo Público do Estado do Maranhão e Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão – ATJMA, localizados em São Luís; e Arquivos do Cartório do 1º Ofício, da Câmara Municipal, da Prefeitura, do Bispado e do Museu da Balaiada, em Caxias. São vastos e diferentes vestígios separados pela documentação manuscrita; podemos aqui adicionar os já conhecidos relatos, impressos e reeditados, no decorrer da história do Maranhão.<sup>5</sup>

O potencial hídrico do Maranhão já é muito reconhecido por nossa produção literária. Tal como na faixa litorânea<sup>6</sup>, as beiras rios foram ocupadas por famílias que ali estiveram com o intuito de fazer essa terra dar rentabilidade. A beira rio do Itapecuru<sup>7</sup> era repleta de médias e grandes ocupações agrícolas e pecuárias; nela se montou inúmeros núcleos populacionais, com maior destaque para a vila de Caxias de Aldeias Altas.

O ponto em comum para aqueles que contam a história desta vila, é que ela se desenvolve às margens férteis do Rio Itapecuru. O Itapecuru era passagem de muitas mercadorias para chegada até o sertão e regiões do Piauí. Antonio Bernardino Pereira do Lago (2001)<sup>8</sup>, o engenheiro e oficial do estado ultramarino português, em seu relatório sobre a capitania do Maranhão, aponta que existem um total de 123 rios na capitania, e o Itapecuru

---

<sup>5</sup> Aqui podemos reiterar os nomes de Antonio Bernardino Pereira do Lago, Francisco de Paula Ribeiro e Raimundo Gaioso, que incluíram Caxias em seus relatos e relatórios. Tratando de manuscritos, podemos pontuar aqui os inventários e testamentos existentes no ATJMA.

<sup>6</sup> A presença dos colonizadores sempre fora expressiva próximo às faixas litorâneas, até mesmo por uma questão de logística. Tudo acontecia nos portos, então se tornava mais prático morar nas zonas costeiras, e diante disso essa área povoou-se com mais expressividade comparada com as áreas internas do continente. O canal que se usava para manter contato com qualquer outra região, se dava ou por terra ou através das águas; nas áreas interioranas usava-se o percurso dos rios para manter-se ligado as demais localidades. Isso é considerado e apontado por Maria do Socorro Cabral (2008) e compreendido como norma dentro do processo colonizador. Por isso, muito chama atenção da autora o foco populacional desenvolvido no sertão de Pastos Bons no século XVIII.

<sup>7</sup> Itapecuru é considerado um rio genuinamente maranhense. Sua bacia se estende a Leste do Estado do Maranhão, ocupando considerável área de Sul a Norte em terrenos relativamente baixos e de suaves ondulações, totalizando uma área de 54.300 km<sup>2</sup> (MARANHÃO, 2002). O referido rio nasce nas fronteiras dos municípios de Mirador, Grajaú e São Raimundo das Mangabeiras na encosta setentrional da Serra da Croeira, percorre uma extensão de 1.050 km até chegar a sua foz, na Baía do Arraial, ao Sul da Ilha de São Luís. (SILVA; CONCEIÇÃO, 2011). Ele aparece assim como o principal foco dinamizador e na sua principal curva, no leste Maranhense esta Caxias.

<sup>8</sup> A primeira edição é de 1822.

encontra-se como o oitavo em grau de importância para a localidade; o autor o define como “[...] o mais agradável e principal, por onde sobe e desce a maior riqueza da Província” (LAGO, 2001 p.16). Esse é um dos tantos comentários feitos por Pereira do Lago sobre o rio e o Maranhão, e que destacam a movimentação e a produção na capitania e, especialmente, a importância do Itapecuru para a economia e navegação fluvial em fins do século XVIII e começo do XIX.

Entretanto, se para o oficial português ele figurava como o oitavo rio em grau de importância, para alguns dos seus contemporâneos, o rio Itapecuru apresentava-se como o mais importante da história maranhense. Nesse caso, Raimundo Gaioso<sup>9</sup> também comunga da relevância dada ao rio, o descreve como muito navegável e salienta que alcança as proximidades do sertão de Pastos Bons. Sobre a importância da ribeira do Itapecuru, afirma que “[...] he a povoação mais importante pelas suas produções, e a mais povoada pela multidão dos lavradores, e d’outros indivíduos que a habitão” (1818, p.163). Gaioso ainda situa Caxias em meio às grandes produções da Ribeira, quando afirma que:

A sua lavoura também he considerável, e talvez que não arriscaria muito em dizer, que os dous districtos do Itapecurú, e este da nova freguesia de Caxias, com a outra da Frezidella [...], concorrem em algodão para a exportação da capitania, muito mais do que todo o resto dela (GAIOSO, 1818, p.168).

As duas freguesias que hoje compõem Caxias. Aldeias Altas e Trizidela eram as maiores produtoras de algodão de toda a extensão. Logo, a vila era um dos principais redutos de produção deste algodão que dava notoriedade à economia maranhense. De fato, as margens do rio Itapecuru eram tão férteis e visadas que o próprio Raimundo Gaioso buscou se instalar nela para a produção de sua lavoura. Há dois documentos no Arquivo Histórico Ultramarino - AHU<sup>10</sup>, que nos apresenta essa informação. O primeiro é uma carta de 23 de junho de 1793, na qual há uma solicitação da confirmação de uma sesmaria “junto ao Rio Itapecuru, pelo rio acima, à parte direita”<sup>11</sup>; o segundo, é um requerimento tendo como destinatário o príncipe regente D. João, solicitando que se efetive a demarcação das “suas terras junto ao Rio

<sup>9</sup> Sobre o personagem, Romário Sampaio Basílio informa que “A pena de degredo a que fora sentenciado em 1785 em Lisboa, pelo período de cinco anos, enviou o português Raimundo José de Sousa Gaioso novamente à América, lugar de onde partira aos oito anos. Nascido em Buenos Aires em 1747, filho do português João Henriques de Sousa (1720-1788), Gaioso, que acumulará diversas patentes militares sem remuneração já a viver no Maranhão, estará até ao final da vida na órbita da memória do pai, que não foi desimportante figura nos quadros administrativos portugueses” (BASÍLIO, 2018, p.28).

<sup>11</sup> AHU\_ACL\_CU\_009, Cx. 82\Doc. 6942.



Itapecuru”<sup>12</sup>. Gaioso ainda é mencionado em carta advinda do príncipe regente D. João, que lhe repassava mais terras, próximas a Caxias. Em 1806, Gaioso é “[...] efetivado no posto de Tenente-Coronel do Regimento de Milícias no julgado de Aldeias Altas, na Capitania do Maranhão”<sup>13</sup>. Esses requerimentos confirmam que Gaioso era um grande produtor da beira do rio Itapecuru e conhecia diretamente o próprio rio e a vila que relatava em sua obra. Tanto Lago, quanto Gaioso, ambos moradores e oficiais da capitania no final do século XVIII e começo do XIX, apresentam e reafirmam o poder fluvial da capitania do Maranhão, centrado na figura do rio Itapecuru.

A partir das considerações de Pereira do Lago, Raimundo Gaioso e de outras fontes, a historiadora Maria do Socorro Cabral, em seu clássico *Caminhos do Gado*, também destaca a importância e proeminência do rio Itapecuru. Ela afirma que a ribeira do Itapecuru era responsável por 2/3 da produção algodoeira e rizicultora no Maranhão, se tornando um ponto econômico de enorme valia para a capitania já em meados do século XVIII.

É a partir do terceiro quartel do XVIII que a ribeira estabilizou seu grau de importância, mas continuava a aumentar gradativamente a população em seu entorno. As formas de acesso para possuir ali um pedaço de terra, em grande parte, advinham das “doações” de sesmarias; havia também diferentes acordos particulares, como o uso do casamento para consolidar alianças familiares. Os casamentos ajudavam a consolidar acordos e somar mais terras ao patrimônio. Além disso, cônjuges e familiares poderiam acumular riquezas através das heranças patrimoniais e, claro, a qualquer momento, poderiam reivindicar mais léguas de terras (MOTA, 2007; CAMPOS, 2008).

Na mesma direção, Maria do Socorro Cabral (2008)<sup>14</sup> insere Caxias nesse cenário econômico, ao afirmar que “[...] a vila de Caxias, até onde, na época, se adentrou a cultura algodoeira, transformou-se no maior centro comercial e de produção agrícola do interior maranhense” (CABRAL, 2008, p. 61); a autora ainda aponta a importância desse rio como o elo entre a chamada faixa (ou colonização) litorânea com a faixa pastoril (ou do interior) – aqui, cabe lembrar que é justamente em Caxias que se constituiu um entreposto importante para essa ligação entre estes dois espaços (CABRAL, 2008).

Nesse sentido, em virtude da sua importância econômica e do trânsito fluvial que circulava em suas águas, ligando duas regiões maranhenses, o norte e o sul, vai se

<sup>12</sup> AHU\_ACL\_CU\_009, Cx. 82\Doc. 6954.

<sup>13</sup> AHU\_ACL\_CU\_009, Cx. 147\Doc. 10643.

<sup>14</sup> A primeira edição do livro *Caminhos do Gado* é de 1992, pelo SIOGE - Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado. A edição mais recente neste trabalho foi feita pelo Núcleo de Humanidades da Universidade Federal do Maranhão. Dito isso, é importante destacar que tanto em referências mais antigas, quanto nas contemporâneas, o rio Itapecuru ainda figura como vetor da sociedade maranhense.

consolidando a presença do colonizador pelo leste maranhense. O historiador Reinaldo Barroso Junior (2009), em trabalho intitulado *Nas Rotas do Atlântico Equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)*, discorre sobre o tráfico de escravizados que atravessava o Atlântico para fornecer mão-de-obra à capitania do Maranhão e destaca que o motivo era o aumento da produção econômica na região, que acontecia, basicamente na baixada maranhense, nos rios Mearim e Itapecuru. Era a economia às margens dos rios e, principalmente, destes dois rios que movimentava e motivava o tráfico de escravizados; em suas ribeiras havia grande produção de arroz e algodão, por elas também circulavam as mercadorias. “Por estas duas entradas chegavam até a capitania as ordens, provisões e uma relativa quantidade de escravos para a localidade e de lá saíam uma pequena quantidade de navios rumo a São Luís” (BARROSO JUNIOR, 2009, p. 34).

Entretanto, em que pese a importância que atribuiu aos rios maranhenses, especialmente aos rios Itapecuru e Mearim, Barroso Junior dá único destaque ao rio Itapecuru, base para a produção e comercialização de arroz, principal produto explorado em seu trabalho. Pelo rio Itapecuru, ele afirma poder chegar até Caxias e, seguindo o restante da viagem por terra, até Oeiras, então capital do Piauí. Por último, destaca a presença de grandes proprietários e fortunas de homens do Itapecuru, tais como Belfort, Cromwell e Lamagner (BARROSO JUNIOR, 2009), que ocupariam suas margens com grandes investimentos e famílias, construindo núcleos populacionais nas beiras do rio.

A beira-rio itapecuruense foi ocupada por famílias que ali estiveram com o intuito de fazer essa terra dar rentabilidade para a Coroa. Antônia Mota, em seu trabalho intitulado *As Famílias Principais: redes de poder no Maranhão colonial*, nos apresenta dados sobre essas famílias que viveram e estabeleceram moradias e fazendas junto a ribeira do Itapecuru. A autora utiliza mais de cinquenta inventários de fins do século XVIII e começo do XIX, traçando um perfil sobre os moradores de São Luís e da ribeira do Itapecuru até as proximidades de Caxias; a partir deles podemos conhecer mais sobre os habitantes do médio Itapecuru, “[...] conhecer suas ocupações, o interior de suas casas, seus utensílios, as ferramentas usadas em suas unidades produtivas, seus objetivos e um pouco de sua mentalidade” (MOTA, 2007, p.128). Antonia Mota ainda observa que mais de 50% desse universo era composto por proprietários rurais com posses no Itapecuru, especialmente nas proximidades de Caxias. Isso significa que havia tanto aqueles que estabeleceram residência em São Luís, com casas, sítios, fazendas e engenhos pela ribeira do rio, como aqueles que viviam, exclusivamente, na região. Nesse sentido, as ocupações se deram pelas margens até a

extensão de Caxias; sobre Caxias, Antonia Mota também tece considerações importantes. Vejamos abaixo o que nos diz Milton Torres, a partir da leitura da autora.

É o Julgado mais antigo em culturas, mais povoado, e o que reputam melhor torrão. Tem, para o transporte dos seus frutos, o rio principal daquela Capitania, pois ele sobe até Aldeias Altas, cujo território é o mais fértil para o arroz. Aqui, posto haver algumas terras de gado, é a maior cultura daquele país, [...] as margens deste rio estão cobertas de armazéns e habitações dos inumeráveis roceiros que cultivam aquele imenso território. Aqui por haver *o maior número de escravos*, ser possuída pelos mais ricos e antigos habitantes daquela Colônia, pela fertilidade da terra, pela facilidade da navegação, terreno mais sadio e mais perto da cidade [...] (TORRES, 2003, p.235 apud MOTA, 2007, p.38, grifo nosso)

Caxias aparecia como uma localidade atraente da região: economicamente interessante (pelo plantio de arroz e algodão e pelo entreposto comercial na região) e com um grande contingente populacional. Era aprazível essa fertilidade das terras nas proximidades da ribeira, que facilitava a implantação de roças as mais variadas, bem como o cultivo do gado. Essa dinamicidade funcionava como o principal fator cativante para os diferentes grupos e “tipos” sociais, que poderiam estabelecer moradia na região. Enquanto morador da beira-rio do Itapecuru, Raimundo Gaioso nos apresenta uma tabela que aponta estes diferentes “corpos civis” da população da ribeira do Itapecuru nos anos de 1803 a 1805.

**Figura 1** - Mapa populacional da Ribeira do Itapecuru dos anos de 1803 a 1805

ESTADOS da população.	SUBDIVISOES de algumas classes.	ANNOS, E N. DOS HABITANTES.					
		1803.		1804.		1805.	
Corpo civil.		5	5	4		4	
Clero secular.	Com lavours.	2		5		2	
	Occupados na freguezia.	5	16	4	20	3	10
	Em capelas particulares.	11		11		5	
Agricultores.			340		341		306
Que vive de negocio.			34		44		26
Artistas.			72		87		23
Homens de mar.			26		23		19
Jornaleiros.	Sobre si.	22					
	Assalariados.	11	135		147		174
	Feitores.	102					
Mendigos.			50		61		44
Mulheres dos habitantes.			318		311		295
Filhos dos ditos.			1122		1158		1065
Escravos.			625		632		6600
Escravas.			4685		5195		5175
Soma da população. . . . .			12806		13593		13672

**Fonte:** Raimundo Gaioso (1818, p. 164).

Gaioso aponta os diferentes “corpos civis” presentes na capitania, que englobam indivíduos de diferentes lógicas produtivas e de posse, tais como escravos e mendigos, jornaleiros ou proprietários como os agricultores, mas também letrados de diferentes ordenamentos ideológicos, como artistas e seculares. A partir do mapa podemos ainda perceber que nos primórdios do século XIX a população na ribeira já era expressiva, com um total de 12.806 indivíduos em 1803. De 1803 para 1804 temos um aumento populacional quase de 800 pessoas e percebe-se, através da tabela, que esse aumento ocorreu com maior expressividade dentro da categoria de *escravas*, um aumento de 510 escravas. Nos três anos em questão a população escravizada foi a que se manteve mais numerosa com relação aos demais habitantes da ribeira, se configurando como 1/3 de toda a população. A partir disso, é importante ponderar que era justamente a população escravizada a maior de toda a região leste do Maranhão, e a segunda maior de toda a capitania (MOTA, 2007).

Seguido ao número de escravizados, o segundo grupo mais populoso é o dos agricultores, ambos estão diretamente interligados, visto que o segundo necessita do primeiro para a produção agrícola, e aqui podemos novamente reafirmar que a ribeira, logo Caxias, foi um espaço de enorme importância econômica para a capitania, e que a cor da ribeira era negra, pois o contingente populacional era dominado pela figura do escravizado. Independente de todas essas modalidades, uma comunidade tímida, mas ainda mais expressiva que a de seculares parece destoar dos outros, a de “homens do mar”. Uma categoria de indivíduos que não eram só envolvidos com a navegação marítima e ultramarina, mas com a navegação fluvial, o que evidencia que a dinamicidade do rio Itapecuru não se limitava aos arredores do rio, mas relacionava-se também com extensões que chegavam até a conectividade com o Atlântico, criando uma forte rede que era ao mesmo tempo social e econômica.

Aparentemente, essa preponderância econômica e interlocução com sistemas econômicos muito maiores resultaram em diferentes instalações pela ribeira, o que parece facilitar na movimentação fluvial, postos e entrepostos, diferentes trabalhadores e indivíduos envolvidos. Havia, assim, certa facilidade no transporte de mercadorias, fluxo constante, enfim “[...] a ribeira do rio Itapecuru deveria ser pequena para tantos proprietários sequiosos por estabelecer seus interesses” (MOTA, 2007, p.44). Ali, portanto, havia o solo, os proprietários e os escravizados, local ideal para os grandes negócios coloniais.

Não podemos negar que às margens do Itapecuru até a vila de Caxias das Aldeias Altas, houve um grande potencial econômico, principalmente no viés da agricultura e da

pecuária. Estes diferentes empreendimentos econômicos ajudaram a abrir espaços para a existência de habitações e espaços de cunho religiosos. Entretanto, não podemos pensar a sociedade do Itapecuru, especialmente no que se refere à produção agrícola no período colonial, se não fizermos uma relação direta com os escravizados africanos.

As produções agrícolas da região, como na maior parte da capitania, eram movidas por mão de obra escravizada. Segundo Antonia Mota (2007), na região da Ribeira, alguns senhores dispunham de plantéis com mais de cem escravizados. Isso representa parte do poderio dedicado a grandes produções pelo decorrer do rio. Se levarmos em consideração que a maior parte dos grandes proprietários possuía extensas terras pela ribeira do rio Itapecuru até as proximidades de Caxias, podemos visualizar que a ribeira do rio era, basicamente, ocupada por escravizados africanos.

Ao retomarmos Pereira do Lago (2001), o importante oficial que registrou grande parte dessas informações, podemos completar esses dados e pontuar que, em 1821, atuavam na agricultura cerca de 69.534 escravizados, isso é equivalente a 45,5% de toda a população da capitania naquele instante, e reafirma a presença negra e escrava pelo decorrer do Itapecuru até Aldeias Altas. A ribeira era negra.

Independente do caráter oficial desses registros - Pereira do Lago era engenheiro e oficial português na região -, a busca pelo número exato de escravizados africanos que entraram nas terras maranhenses ainda é uma questão mal resolvida. Sobre esse ponto, registre-se o fato de a região de Caxias constituir-se como espaço privilegiado para o contrabando de escravizados, que entravam pela capitania do Piauí. A movimentação constante pela vila e pelo Maranhão como um todo, facilitava um comércio ilegal de escravizados. Marcelo Cheche Galves destaca essa prática de contrabando.

Evidentemente, considero aqui os números oficiais. Dentre as muitas formas de se fraudar o controle da entrada de escravos na província, José Alves de Souza Júnior nos lembra que, no final do XVIII, era comum a compra de escravos e seu registro como pertencentes a senhores do Grão-Pará, então beneficiados pela isenção de impostos sobre a importação de escravos. Efetivamente, conclui o autor, a maioria desses escravos pertencia a senhores maranhenses que, assim, fraudavam o erário (SOUZA JÚNIOR, 1997, p. 88-89). Outra limitação desses números advém do fato de se restringirem à movimentação portuária, não considerando, por exemplo, os escravos que chegavam ao Maranhão por terra, especialmente pela região de Caxias (GALVES, 2010, p.40).

Tal como no trabalho de Barroso Junior (que enfatiza a produção de arroz e algodão), Galves também relaciona São Luís como o ponto de entrada e saída de produtos e outros itens

que não permaneciam na capital, mas circulavam no Maranhão. A circulação de escravizados, ideias e livros<sup>15</sup> por meio de contrabandos teria, provavelmente, chegado a Caxias também, justamente através do rio Itapecuru, e daí poderia chegar a outros lugares.

Mais especificamente sobre Caxias, Antonio Bernardino Pereira do Lago (2001) nos apresenta em seu relatório características sobre a capitania e as vilas e freguesias próximas. Ele situa Caxias naquilo que define como “estradas de vizinhanças”, visto que a região faz ligação com quatro estradas importantes, que ligam Caxias a Brejo, Itapecuru, Pastos Bons e a estrada a beira do rio Itapecuru que parece avançar rumo ao Piauí, alcançando assim os quatro extremos da região leste maranhense. Logo, a partir da chegada, por movimentação fluvial, poder-se-ia seguir rumo ao leste e chegar às vilas e freguesias litorâneas como Tutóia, por exemplo, ou seguir rumo ao rio Parnaíba e a extensão do Piauí e ao sul, região de Pastos Bons.

Nesse sentido, ao que parece temos um importante elo entre São Luís e toda a extensão leste da capitania. Caxias, através da navegação fluvial do rio Itapecuru, abria caminhos diferenciados, graças à ocupação que se firmava e a economia da ribeira do Itapecuru, que parecia orientar a economia da capitania. Em suma, a partir de Caxias, são formados diferentes caminhos que interligam inúmeras localidades do sertão, para o sertão adentro, para o litoral, para o Piauí, e outras paragens mais distantes. Aparentemente, Caxias nascera sob a presença e o acontecimento do rio Itapecuru, mas também, parece desenvolver um importante papel no coração da capitania. Assim, já no começo do século XIX, a vila tornara-se uma emblemática localidade que ligava outras localidades, o rio e o sertão.

## **1.2 A vila de Cachias, uma vila de “homens de cor”**

Já na primeira década do XIX, a vila de Caxias encontra-se organizada, econômica e politicamente, possuindo comércio, mercado, câmara e igrejas. Ainda com base nos dados de Lago (2001), em seu relatório há um mapa<sup>16</sup> da população na província do Maranhão no ano de 1821 e na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Caxias e Senhora de Nazaré da Tresidela. A partir deste registro podemos contabilizar 3.173 fogos, 48 casamentos e 20.845 almas.

---

<sup>15</sup> Impressos eram contrabandeados e chegavam ao porto da cidade de São Luís pelos mesmos navios que carregavam arroz e algodão e que traziam, além de produtos manufaturados, livros, jornais e notícias sobre as “novidades”, principalmente da Europa e de outras regiões da América portuguesa (GALVES, 2010, p. 61).

<sup>16</sup> Ver Mapa de n. 15 (LAGO, 2001, p. 86). Neste mapa estão dispostos dados sobre a quantidade de pessoas livres e escravizadas que atuam na agricultura, bem como os animais, bois, burros, mulas, ovelhas e seus respectivos valores.

Se fizermos uma rápida comparação numérica será possível perceber que Caxias, mesmo estando em meio ao sertão, possui quase três vezes mais almas do que Nossa Senhora de Icatu, um dos três núcleos iniciais e mais antigos de toda a capitania, que também se encontra em posição privilegiada no litoral. Icatu fica junto à Baía de São José de Ribamar, foz do rio Munim, que tem nascente próximo à Caxias.

Podemos ainda comparar esse contingente populacional com a freguesia de São Matias d'Alcantara. A vila de Caxias, com suas duas freguesias, possuía maior contingente populacional que a segunda vila mais importante da capitania: eram 7.941 almas a mais do que a localidade de Alcântara, que como Icatu encontra-se localizada próxima a São Luís, e dela separada pela Baía de São Marcos.

É importante considerar estas duas localidades, pois constroem um arco estratégico de expansão e resguardo da capitania ao redor de São Luís; que se constituíram como regiões de habitação, tomada de terras, zonas de movimentação e plantio. Entretanto, é Caxias quem tem o maior contingente populacional depois de São Luís. Ou seja, mesmo distante da sede da província<sup>17</sup>, em meio ao sertão, Caxias se apresenta como uma área povoada, em constante movimentação, que ao redor do seu núcleo urbano, às margens do Itapecuru, se desenvolveram inúmeros núcleos familiares, concentrações de trabalhadores e outros habitantes.

Assim, Caxias centrava-se ao mesmo tempo como base e importante local do Itapecuru, como centro migratório, como elo dos caminhos entre as paragens distantes, mas parece ter ainda uma importante relação de intermediação política com a capitania do Piauí. A partir de 1722 a capitania de São José do Piauí torna mais forte o enlace com o Maranhão, ao criar-se o Estado do Maranhão e Piauí, que segundo Barroso Junior (2009) fazia parte da reestruturação política da administração portuguesa na região. Separou-se a capitania do Maranhão das capitanias do Grão-Pará e Rio Negro para formar um terceiro estado com duas capitanias. Reinaldo Barroso Junior (2009, p.35) conta como ocorria o contato entre as duas regiões, vejamos:

O contato entre a capital do estado e a capitania do Piauí se dava através de dois percursos. O primeiro por mar até a Vila de Parnaíba na enseada marítima piauiense e seguindo através da navegação fluvial adentrando no rio que separava as duas capitanias, o Parnaíba; e o segundo por meio da navegação fluvial dos rios navegáveis no Maranhão, o Itapecuru, por exemplo, e seguindo o restante da viagem por terra até Oeiras, capital de Piauí. Por estas duas entradas chegavam até a capitania as ordens, provisões e uma relativa

---

<sup>17</sup> Em setembro de 1821, por decisão das Cortes portuguesas, as capitanias foram rebatizadas como províncias. Aqui, as duas denominações serão utilizadas, conforme o momento.

quantidade de escravos para a localidade e de lá saíam uma pequena quantidade de navios rumo à São Luís.

Caxias aparece neste percurso como o elo no Médio Itapecuru entre as duas capitanias, que faria caminho de São Luís, passando pelo Itapecuru e Caxias para seguir pelo sertão até Oeiras, capital de São José do Piauí. Tornara-se, assim, não só um entreposto por onde se movimentam diferentes indivíduos, mas também um elo que tornava possível as relações políticas entre as duas capitanias.

O *Mappa das cidades, villas, lugares e freguesias das Capitanias do Maranhão e Piauí*<sup>18</sup> nos mostra, numericamente, a população das cidades, freguesias e vilas do Estado do Maranhão e Piauí entre os anos de 1784 e 1787. O mapa apresenta um total de 35 freguesias com quase cem mil habitantes ao todo no novo estado formado em 1772. Eram 25 freguesias na capitania do Maranhão, com uma população de 61.699 habitantes, enquanto no Piauí tínhamos 10 freguesias e uma população de 37.044 habitantes. Em meio a esse conjunto estava Caxias.

A região que hoje é compreendida como Caxias, no mapa está dividida em duas localidades: “Aldeas Altas. Arrayal e Freguesia” e “Fridella Lugar de Índios”. Ambas as divisões já fazem referência à sua origem indígena, com prováveis vínculos com missionações e aldeamentos catequizados. Em Aldeias Altas, a população é de 3.728, destes 1.746 eram homens e 1.808, mulheres; a população de nascidos era de 246 e o número de óbitos, 72. Em Fridella Luga de Índios, que hoje é um bairro do município de Caxias, denominado de Trizidela, localizado à margem direita do Rio Itapecuru, existia uma população de 152 habitantes, sendo 82 homens e 106 mulheres, com 20 nascidos e 15 óbitos.

Ao fazer as operações numéricas, pode-se concluir que a região de Caxias possuía aproximadamente quatro mil habitantes na segunda metade do século XVIII. Não temos certeza da origem étnica ou dos conjuntos sociais aos quais essas pessoas faziam parte, eram eles portugueses, índios, mestiços, escravizados africanos? Não podemos ter certeza destes detalhes, mas é oportuno perceber que já representava um contingente populacional significativo dentro das regiões das duas capitanias. Se colocarmos os dados de Caxias em paralelo com o de São Luís (16.660 habitantes) e Oeiras (7.282 habitantes, sede da província do Piauí), veremos Caxias com uma população que equivale a um quarto da população de São Luís (25%) e aproximadamente metade da população de Oeiras.

---

<sup>18</sup> BNDIGITAL (1787). A Biblioteca Nacional Digital, ativa desde 2006, atua nos segmentos de captura, tratamento e divulgação de documentações. No site há disponível mais de 900 mil documentos. Seu maior acervo encontra-se na Hemeroteca Digital, parte onde ficam periódicos nacionais.



Podemos comparar estes números com outras informações apresentadas pela historiografia contemporânea. Ao analisarmos os mapas produzidos por Matthias Assunção (2015, p. 414; 415) nota-se uma proximidade com os dados numéricos apontados acima. No *Mapa 2.1: Maranhão. População (1798)* o autor aponta uma escala de aproximadamente quatro mil habitantes para a Freguesia de Caxias, localizada na microrregião do Sul e Médio Itapecuru, e que representava 9,5% de toda a população maranhense; desta porcentagem, cerca de 75% eram de negros<sup>19</sup>. O *Mapa 2.2: Maranhão. População (1821)* nos mostra que a região do Médio Itapecuru, onde está localizada Caxias, teve um aumento demográfico de 4,1% em 23 anos (1798 - 1821), apresentando uma população estimada em 16 mil habitantes, neste segundo mapa o autor não faz a divisão entre negros e brancos no gráfico populacional. Nos dois mapas seguintes<sup>20</sup>, o Médio Itapecuru apresenta uma porcentagem de 9,5% da população (1838) e 11,3% (1861), ao compararmos estes mesmos dados com os da Ilha do Maranhão, que em 1838 representava 14,1% da população e 11,9% em 1861, perceberemos que o Médio Itapecuru apresentava uma população bastante expressiva. No primeiro mapa a população de escravizados totaliza cerca de 50% da população; no segundo, a porcentagem dos escravizados diminui, mas se aproxima da metade da população. Isso é revelador de uma população com forte ascendência negra e provável ascendência indígena, e de pouca presença portuguesa em seu agrupamento social.

Ao tratar, especificamente, sobre natalidade e mortalidade nas freguesias do Maranhão, Assunção (2015) pontua que em Caxias no ano de 1798 a população livre era de 3.055. Neste mesmo ano registrou-se 321 nascimentos (aqui se encontram também aqueles que nasceram mortos) e 170 óbitos; para o ano de 1799 foram registrados 399 nascimentos e 214 óbitos. Nestes dados, coletados por Matthias Assunção (2015), nota-se que Caxias registrou no total 720 nascimentos; já Icatu não atinge 400 nascimentos para os mesmos anos. Em São Luís, no ano de 1799, há registro de 415 nascimentos, depois de Alcântara com 532 nascimentos, Caxias ocupa o terceiro lugar, com 399 registros de nascimentos.

Na tabela 2.6: *Natalidade e mortalidade por grupos censitários no Maranhão, 1798* (Assunção, 2015, p. 441) é nítido que para os escravizados no Maranhão, grupo social que nos interessa mais de perto, a taxa de natalidade é baixa e a de mortalidade é alta. A este respeito, Assunção observa que “[...] a taxa de natalidade muito baixa dos escravos negros foi,

<sup>19</sup>Matthias Assunção faz uso de um rico acervo documental na construção dos mapas, documentos localizados no Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM, livros de atas das câmaras municipais do estado e documentos dispostos na Biblioteca Nacional Digital.

<sup>20</sup>Mapa 2.3: Maranhão. População (1838) e Mapa 2.4: Maranhão. População (1861). (Assunção, 2015, p. 416; 417).

sobretudo, o resultado do desequilíbrio entre os sexos e não necessariamente de uma fertilidade extremamente baixa” (2015, p.93). Entretanto, a maciça presença negra escravizada nos mapas e censos em geral revela que esses grupos adentravam constantemente na região, outro fator que comprovava a repetida conexão da vila com outras paragens.

Os dados apresentados por Lago (2001) e Assunção (2015) em momentos tão distintos convergem no que respeita a presença dos sujeitos escravizados em meio à população do Maranhão, e, principalmente, em Caxias. A partir desses dados podemos vislumbrar uma população negra e mestiça em Caxias, e com grande quantidade de escravizados na base de sua formação social no final do século XVIII. Isso pode ser visualizado ainda mais no trabalho de Cesár Marques, autor do *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*, publicado em 1870. Sobre Caxias, o autor divide-a em três freguesias: N. S. da Conceição e São José; São Benedito; e N. S. de Nazareth da Tresidella. O autor pontua que na segunda metade do XIX a população das freguesias era estimada em 8.408 livres e 2.150 escravizados.

Milson Coutinho, autor de *Caxias das Aldeias Altas: subsídios para sua história* (2005)<sup>21</sup>, pouco salienta a presença dos negros na vila de Caxias, e a importância dos escravizados para a economia da região. Afirma que Caxias “[...] guarda, há mais de dois séculos, uma invejável tradição comercial” (2005, p.297) inserida no cultivo da cana-de-açúcar e do arroz; contudo, ignora a presença dos escravizados, peça essencial na agricultura açucareira e rizicultora. O autor menciona brevemente os escravizados no capítulo *Caxias das Aldeias Altas entre 1796 a 1820*, dentro de uma longa citação de um texto do capitão Francisco de Paula Ribeiro<sup>22</sup>, que faz uma descrição da região de Aldeias Altas no ano de 1815, vejamos:

Porque estendendo-se do norte a primeira porção repartida em distritos ou freguesias centrais até abranger a da nova vila de Caxias, na latitude meridional de pouco mais de cinco graus, e contendo as maiores e mais fecundas matas de toda a capitania, tem sua população, que não chega a trinta mil almas livres, vantajosas lavouras de algodão e arroz, em que ocupa mais de **duzentos mil escravos** que possui, cujos resultados, fazendo até hoje por um nunca interrompido tráfico comercial o principal motivo da sua opulência, torna também seu dependente, o progresso daquela, outra segunda parte, porque para lá lhe fornece os utensílios preciosos ao seu manuseio

<sup>21</sup>A primeira edição data de 1980. O autor era coelho-netense, foi advogado, jornalista, professor ensaísta, historiador, procurador e magistrado. Ocupou cargos políticos dentro das prefeituras municipais de Buriti, Caxias, Coelho Neto e foi diretor do Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM.

<sup>22</sup>“Francisco de Paula Ribeiro foi um militar português que prestou relevantes serviços à Coroa em terras do Maranhão, em especial nos sertões de Pastos Bons, localizados no centro-sul do Estado. Em seus prováveis vinte e cinco anos de trabalhos prestados no Maranhão, Francisco de Paula Ribeiro não só trabalhou com todos os governadores, de sua época, como também ascendeu a todos os níveis da carreira militar, culminando, em 1818, com o posto de sargento-mor, adido ao Estado Maior do Exército” (PACHÊCO FILHO; CORREA, 2018, p. 2).

doméstico particular e ao de toda a sua labutação em geral (RIBEIRO, 2005, p 104 apud COUTINHO, 2005, p. 59, grifo nosso).

O capitão Francisco de Paula Ribeiro passa pela região no começo do século XIX, no ano de 1815, indo até as proximidades da capitania de Goiás. A extensa viagem gerou um imenso relatório sobre a capitania do Maranhão. Salta aos olhos a quantidade de escravizados informados por Paula Ribeiro na vila de Caxias. Mesmo que incerta, imprecisa ou exagerada, ainda assim não deve destoar da realidade daquele momento, Tal quantidade informada corrobora e reafirma a presença maciça de escravizados na região. Isso é ainda mais impressionante quando comparamos à população livre estimada por Paula Ribeiro, que dizia não chegar “a trinta mil almas livres”, o que significa uma média de um livre para sete escravizados. É oportuno observar, novamente, que não temos certeza da origem étnica desses indivíduos livres, podendo ser mestiços ou compostos por diferentes homens “de cor”. Caxias, assim, era um reduto negro no sertão maranhense, um reduto de homens “de cor”, terminologia comum à época.

Cabe salientar que os “homens de cor”, em diferentes momentos, também foram associados à sublevação social, questão que também transparece para Caxias. Para o contexto da Independência, retomado adiante, Marcelo Galves recuperou registros explorados por Matthias Assunção sobre os perigos representados pelos “de cor”

“Os de cor” participaram dos assassinatos de comerciantes “portugueses” no interior e na capital da província, reforçando o estigma sobre a sua periculosidade. Mathias Assunção recolheu exemplos dessa participação em localidades como Iguará e Caxias, afirmando que “assassinatos de comerciantes portugueses por pessoas “de cor” eram frequentes no interior” (ASSUNÇÃO, 2004, p. 212 apud GALVES, 2010, p. 227).

Antes de tudo, é importante considerar que o estigma negativo criado sobre os negros é extremamente forte e se mantém enraizado até os dias atuais. De todo modo, os negros (ou “homens de cor”) parecem ser o principal grupo do Itapecuru. Antonia Mota, ao analisar os grupos sociais do Itapecuru, localizou pessoas que estiveram na condição de escravizados, porém conseguiram uma projeção social, por menor que fosse, e romperam de algum modo com o estigma de “escravizado” e “perigoso” Nesse sentido, a autora nos apresenta dois indivíduos, Vitoriano Ramos da Silva e José Lopes Fernandes, ambos alforriados, com posses e que também possuíam escravizados. Sobre Vitoriano, informa que advinha da Bahia, “[...] e deve ter migrado para a Capitania do Maranhão nas décadas finais do século XVIII, com certeza atraído pelo ‘boom’ agroexportador do algodão e do arroz” (MOTA, 2007, p.95). Um

“boom” diretamente ligado a Ribeira do Itapecuru, o que reitera a grande influência das terras férteis do Itapecuru.

A presença negra inconfundível, mesmo que indiretamente trabalhada ou, ocasionalmente, negada, também aparece no livro de Milson Coutinho (2005). O autor utiliza mais duas citações de Francisco de Paula Ribeiro para descrever Caxias, e que apresentam a vila como “[...] uma continuada feira, onde distantes os povos dos sertões confinantes trazem à venda os seus feitos que constam de algodão [...] e escravaturas da Bahia” (COUTINHO, 2005, p.59). Isso é revelador da origem dos escravizados que sustentam as atividades agrícolas, pecuárias e comerciais da região; significa ainda que os escravizados que abasteciam a região caxiense não eram somente oriundos de São Luís, mas, também provenientes de zonas comerciais mais distantes. Por um lado, isso demonstra o poder e importância de Caxias como um forte corredor itinerante e comercial, mas também sinaliza o poder das relações comerciais baianas no fornecimento de escravos pelo sertão.

Ademais, vale ressaltar que o autor não tece nenhum comentário a respeito das citações sobre a presença de escravizados na região, colhidas a partir do relatório de Paula Ribeiro. É notório que Caxias esteve inserida no cenário da escravatura. Como já observado, a vila se desenvolve às margens de um dos mais importantes rios do Maranhão, tem uma participação significativa no comércio através da agricultura, que possui relações diretas com o tráfico de escravos. Não tratar sobre esses indivíduos escravizados é negar/silenciar a sua importância na formação histórica de Caxias.

### **1.3 Caxias: Independências e primeiros anos do Estado imperial**

As considerações feitas até aqui encontram no momento da Independência o ponto final da proposta de caracterização de Caxias como localidade fortemente marcada pela presença de escravizados. Os diferentes acontecimentos no decorrer do processo de “adesão”<sup>23</sup> são resumidamente narrados por historiadores como Mário Meirelles (1972), que se preocupa em posicionar os diferentes movimentos pelo território das capitanias do Piauí e

---

<sup>23</sup> Palavra oficialmente utilizada nas atas das câmaras gerais que sacramentaram a incorporação das províncias ao Império do Brasil. Contudo, cabe salientar que o ato de “aderir” não se deu de forma homogênea, e comporta apoios e resistências ao projeto de Independência.

Maranhão, incorporando o sentido de avanço das tropas independentistas, a partir do Ceará e Piauí, em direção ao Maranhão.<sup>24</sup>

Contudo, coube a figuras como Abdias Neves (1974)<sup>25</sup> a construção de narrativas mais detalhadas e que fazem emergir a importância de Caxias no decorrer do processo de independência. Parece inquestionável a posição política e estratégica de Caxias.

No acontecimento da independência, podemos perceber os diferentes posicionamentos, os conflitos de “adesão” ou repulsa que fluíram de alguma maneira por Caxias, sejam com o enfrentamento do General João José da Cunha Fidié <sup>26</sup>, figura que resistia ao movimento independentista, tanto na capitania do Piauí, quanto na capitania do Maranhão. Fidié, oficial português, liderou o combate ao movimento de independência nas capitânicas do Piauí e Maranhão, enfrentando insurgentes em Campo Maior (Piauí) e Caxias.

As revoltas que aconteciam em Oeiras, Parnaíba e Campo Maior acabaram por desenvolver um cerco em torno de Fidié, que ao perceber-se vencido em terras piauienses recorre para refugiar-se no Maranhão, fazendo a travessia do rio Parnaíba e chegando a Caxias, em março de 1823. Antes, como ensina Abdias Neves, a vila de Caxias funcionara como importante base de apoio a Fidié.

Em Caxias, onde concentrou as suas tropas após as derrotas acumuladas no Piauí, Fidié foi o responsável pela resistência que transformou a localidade em um último reduto português da província, a capitular no início de agosto de 1823.

Abdias Neves reconheceu a importância estratégica de Caxias para o futuro das pretensões portuguesas na região.

A adesão da importante e populosa vila à causa do Império, arrastando a morte das derradeiras esperanças de Fidié, anunciava para breve a extinção do domínio lusitano naquela Província. [...] Mas permitindo Caxias, por sua posição e recursos, centralizar numerosas forças, estas logo atacariam com vantagem o Itapecuru, e não somente esta vila – atacariam Brejo. E, proclamada a Independência em Caxias, no Itapecuru e no Brejo, a adesão da capital ficaria sendo questão de dias (NEVES, 1974, p.147).

Noutro trecho:

<sup>24</sup> Coube a Luís Antonio Vieira da Silva, em 1862, a primeira interpretação de fôlego sobre o tema, e que, de algum modo, formatou uma interpretação amplamente seguida por Mário Meirelles. Um ensaio sobre Vieira da Silva e sua obra pode ser consultado em Marcelo Cheche Galves e Felipe Ucijara Mendes (2014).

<sup>25</sup> A primeira edição é de 1907

<sup>26</sup> O general João Jose da Cunha Fidié era lisbonense nascido em fins do XVIII e veio a falecer na primeira metade do XIX. Foi um militar português que atuou diretamente nas guerras contra a independência no Norte do Brasil. Um ensaio sobre o personagem e sua atuação na região pode ser consultado em Luís Sousa e Johny Araújo (2021).

Considerava-se da maior urgência guarnecer a margem esquerda do Parnaíba *e destacar, em Caxias*, um forte contingente que, em caso de necessidade, seria aumentado e se tornaria o centro formidável de operações. Convinha por a vila em estado de defesa, porque, sendo uma das mais importantes do Maranhão e o entreposto do comércio do Sul, era um ponto provável de ataque, quando por outro motivo não fosse, para a aquisição de pólvora e chumbo ali existentes em abundância (NEVES, 1974, p. 114, grifo nosso)

Para o que nos interessa aqui, as considerações de Abdias Neves reforçam a ideia de Caxias como ponto estratégico, agora em sentido político e militar. Afinal, era na localidade à beira do Itapecuru que podíamos encontrar um grupo populacional com forte importância econômica durante todo o período colonial e que agora se configurava como ainda mais estratégica.

Sobre os últimos dias da autoridade portuguesa em Caxias, Milson Coutinho informa que:

Os oficiais de linha que não desejassem jurar a Independência poderiam viajar livremente para São Luís, com suas famílias e pertences; que pelo mesmo modo poderiam sair todos os habitantes de Caxias (europeus e brasileiros); que os prisioneiros que não quisessem jurar a Independência seriam igualmente livres para se retirar da Vila; que se concedessem três dias para os arranjos necessários à retirada (COUTINHO, 2005, p. 93).

Com essa proposta, as tropas piauienses entram em Caxias em 1º de agosto de 1823 (São Luís fora incorporada em 28 de julho), sobem até o Quartel General, localizado no Morro das Tabocas, hoje conhecido como Morro do Alecrim, e prendem o Major Fidié, que logo é levado a Oeiras, posteriormente enviado ao Rio de Janeiro e, por fim, a Portugal.

Caxias se mostra em meio a todos os conflitos, sejam eles no Piauí ou no Maranhão, como ponto estratégico tanto para os defensores da coroa como para os adeptos da Independência, se consolidando como um espaço de importância política em meio ao sertão.

Os conflitos vividos durante o processo de “adesão” do Maranhão, em Caxias, também tocam em outro ponto de interesse deste trabalho. Além de situar Caxias do ponto de vista estratégico, nesse momento de transição política no mundo luso-brasileiro, cabe indagar: de que maneira os escravizados vivenciaram a cena política daquele momento?

Alguns indícios para a resposta a essa pergunta pode estar na dissertação de Gabriel Langier Pereira (2009), que trata sobre os danos ocasionados pelas tropas brasileiras que defendiam o rompimento dos laços políticos entre o Maranhão e Portugal, durante os embates com aqueles eram favoráveis ao Maranhão permanecer no jugo lusitano.

Pereira (2009) nos apresenta indivíduos de cabedal alto que possuíam propriedades e escravizados na vila de Caxias, que tiveram seus bens sequestrados pelas tropas brasileiras e

que, após a instalação da Comissão Mista Brasil-Portugal, em 1827<sup>27</sup>, solicitaram ressarcimento ou devolução dos bens confiscados. Vejamos o que o autor nos fala sobre esse embate no Maranhão:

O Maranhão foi invadido pelas tropas do chamado Exército Auxiliador do Piauí e Ceará já em março de 1823, sendo que após a retirada do capitão João José da Cunha Fidié do Piauí para a vila de Caxias, no lado maranhense, em 17 de abril de 1823, as tropas patriotas, que já contavam com mais de seis mil soldados, convergiram no cerco a tal vila. A posição de neutralidade mantida por grande parte dos fazendeiros, com a invasão da província e a destruição e saques praticados às fazendas dos que permaneciam fiéis a Portugal, desfez-se, convencendo-se da inevitabilidade da adesão à Independência (PEREIRA, 2009, p.97).

O conflito trouxe prejuízos para alguns fazendeiros da região de Caxias. O grande contingente de pelotões armados e que precisavam de suprimentos, os ataques ocasionais a locais estratégicos no avanço das tropas e o próprio uso de escravizados nos conflitos armados parecem ter levado inúmeros proprietários protocolar reclamações na Comissão Mista. Dentre os reclamantes, temos Manoel Antonio Xavier que teve sua fazenda, localizada no povoado Mocambo, invadida e destruída pelas tropas. Pereira (2009, p. 165) nos apresenta com mais detalhes o ocorrido, vejamos:

O cidadão português Manoel Antonio Xavier, através do processo número 1 reclama indenização por prejuízos causados em sua fazenda de criação de gado, chamada Mocambo, situada na vila de Caxias de Aldeias Altas, na província do Maranhão, quando as tropas brasileiras ali entraram em abril de 1823, onde permaneceram até o mês de dezembro e segundo o interessado apoderaram-se de todo o gado, ficando a fazenda destruída. O reclamante pretendia ser indenizado em Rs16.000\$000, dos quais Rs12.000\$000 pelas duas mil cabeças de gado alegadas e Rs4.000\$000 pelas roças e casas que existiam na propriedade e que foram destruídas. A Comissão reconheceu os prejuízos sofridos pelo interessado, mas, no entanto, não concordou com o valor solicitado, pois não existiam provas que existiam as 2 mil cabeças de gado alegadas, pois as testemunhas diziam apenas que havia muito gado.

Para melhor nos situarmos, geograficamente, trago um mapa de 1838, dando destaque para área que compreende a Comarca de Caxias. Circulei a região onde está localizado o povoado Mocambo, região em que se encontra a fazenda de Manoel Xavier, para assim melhor perceber e até mesmo visualizar o espaço histórico que é objeto de estudo desse trabalho. Essa região, nos limites do Piauí e também próximo a Comarca de Brejo, abria

---

<sup>27</sup> Decorrência do *Tratado de Paz e Aliança*, assinado entre Brasil e Portugal em agosto de 1825, e que resultou no Reconhecimento da Independência. A Comissão recebeu 509 reclamações, em sua maioria de prejuízos ocorridos nas províncias do Norte.

caminho para toda a conquista do leste maranhense, especialmente o caminho para o litoral, por onde as tropas podiam circular mais livremente. Nesse sentido, tropas de ambos os lados buscaram conquistar a localidade como forma de controlar o perímetro e assegurar um local estratégico.

**Figura 2 - Comarca de Caxias em 1838**



**Fonte:** Carta geral da província do Maranhão dividida em oito comarcas.<sup>28</sup>

Pereira (2009) apresenta mais quatro requerentes advindos de Caxias, que solicitam indenização por prejuízos que tiveram com gados, propriedades, objetos e bens não especificados e escravizados. Como exemplo, cito o caso de Francisco Jose Conrado, que solicita o pagamento referente a dez escravos que foram levados pelas tropas. O motivo em apontar esses negociantes e proprietários se dá pelo fato de serem pessoas de estirpe, que talvez não morassem de fato em Caxias, mas possuíam posses e escravizados dentro do espaço urbano e rural de Caxias, e isso reafirma a importância da localidade, como palco de conflitos e de consequentes prejuízos dos proprietários escravistas.

O autor também destaca a importância de Antônio Jose Meirelles, um grande negociante que residia em São Luís, mas que possuía fazenda, prédios comerciais e embarcações na região de Caxias, e que tinha como sócios nomes de membros de famílias muito importantes na Ribeira do Itaipuru. Luisa Cutrim (2017) aponta em sua dissertação que Antonio Meirelles possuía escravos e uma fazenda chamada “Bom Jardim” em Caxias. A autora ainda nos apresenta Bruno Antônio Meirelles, irmão e companheiro de negócio de

<sup>28</sup> BNDIGITAL (1838).



Antônio Meirelles, residente em Caxias, considerado um negociante de grande relevância para a localidade.

Enfim, ao final do século XVIII e todo o século XIX, a vila ganhou importância como produtora de algodão; entreposto comercial; e espaço privilegiado de circulação entre os territórios do Piauí e Maranhão. No final da década de 1830, como é sabido, ganhou notoriedade como um dos palcos principais da repressão ao movimento conhecido como Balaiada (ASSUNÇÃO, 2015; FARIA, 2012). Além disso, foram apresentados indícios da presença de escravizados em Caxias, presença essa esquecida e/ou silenciada por aqueles que escreveram sobre a localidade.

Para o período aqui abarcado, vimos que Caxias possui fronteiras estratégicas, e nesse sentido tornou-se um dos centros comerciais e agrícolas mais importantes do interior maranhense, mas pouco tratamos acerca dos sujeitos que tornaram tudo isso possível, os escravizados. Acredito que muito da história local ainda está inexplorado dentro dos inventários e testamentos dos senhores que ali moraram. Diante da problemática de não reconhecermos Caxias como localidade inserida no sistema escravista, se faz necessário pesquisas voltadas para esse objeto, para que possamos melhor compreender a história de Caxias das Aldeias Altas.

## **2. O CONTEXTO E A COMPOSIÇÃO DOS ESCRAVIZADOS NA RIBEIRA DO ITAPECURU**

No capítulo anterior apresentamos Caxias como importante na relação com sertão, com a capitania do Piauí e como cidade negra com alto percentual de escravizados africanos no final do século XVIII e começo do século XIX, mostrando-a como uma região de relevância para a província do Maranhão. Sua localização às margens do rio Itapecuru facilitou o desenvolvimento demográfico e econômico, sendo também palco de umas das mais importantes revoltas populares do Brasil, a Balaiada, uma revolta escrava que chegou até proximidades do Ceará. E, por fim, apresentamos elementos que demonstram a região de Caxias como uma localidade inserida na escravidão maranhense, mesmo que raramente mencionado pela historiografia.

Neste capítulo, iremos reforçar a ideia da presença escrava na ribeira do Itapecuru, já ocasionalmente pontuado pela historiografia, como no trabalho de Antonia Mota. Além disso, iremos localizar fazendas, sítios e casas de morada nessa ribeira do Itapecuru, evidenciando os locais de constituição do povoamento, produção e uso do trabalho escravizado africano. Por fim, pretendemos apresentar essa mão de obra escrava, destacando a procedência desses africanos, o impacto do contexto Atlântico no fornecimento desses escravizados e a caracterização dessa mão de obra.

### **2.1 Contexto do tráfico de escravizados africanos para o Maranhão e regiões de procedência**

O volume do tráfico de escravos no Maranhão vai aumentar após a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (CGCGPM), em 1755, mas os africanos já transitavam por terras maranhenses bem antes, pois “[...] a escravatura africana, e conseqüentemente o tráfico negreiro, já existiam, sim, no Maranhão pelo menos cem anos antes de criada a Companhia Geral do Comércio (1755)” (MEIRELES, 1994, p. 139). A presença dos escravizados africanos no Maranhão é um ponto inquestionável, o que ainda não temos grande clareza é acerca da disposição, caracterização e a origem desses indivíduos a partir de África.

Se retornarmos aos dados de Pereira do Lago, sobre a existência de 69.534 cativos na produção agrícola do Maranhão, podemos aqui reafirmar a presença desses cativos em terras próximas a Caxias, visto que a ribeira do Itapecuru, região onde está localizada Caxias, era

umas das regiões mais importantes no cultivo do arroz e algodão e para o bom desenvolvimento desses gêneros se fazia necessário o uso do trabalho escravo. Podemos ainda considerar que grande parcela desses quase 70 mil escravizados estivesse às margens do Itapecuru (MOTA; BARROSO, 2017), isso nos faz visualizar Caxias também inserida neste cenário. Para que possamos perceber e pontuar a respeito dos escravizados no Maranhão, em especial na ribeira do Itapecuru, é de suma importância buscar entender a procedência desses escravizados, visto que esse fator tem peso dentro do sistema escravista.

Tão difícil quanto definir o volume de entrada de escravizados é saber com exatidão o local de suas origens, isso se deve principalmente as mudanças ocorridas na organização geográfica do continente. As noções geográficas que se tem na atualidade não se aproximam em quase nada com a da época do tráfico negreiro; outra questão também que implica na identificação das raízes é o aglomerado de várias localidades, sendo todas definidas somente a partir de um único nome. Meireles (1994, p. 153) nos explica melhor essa questão, atentemos:

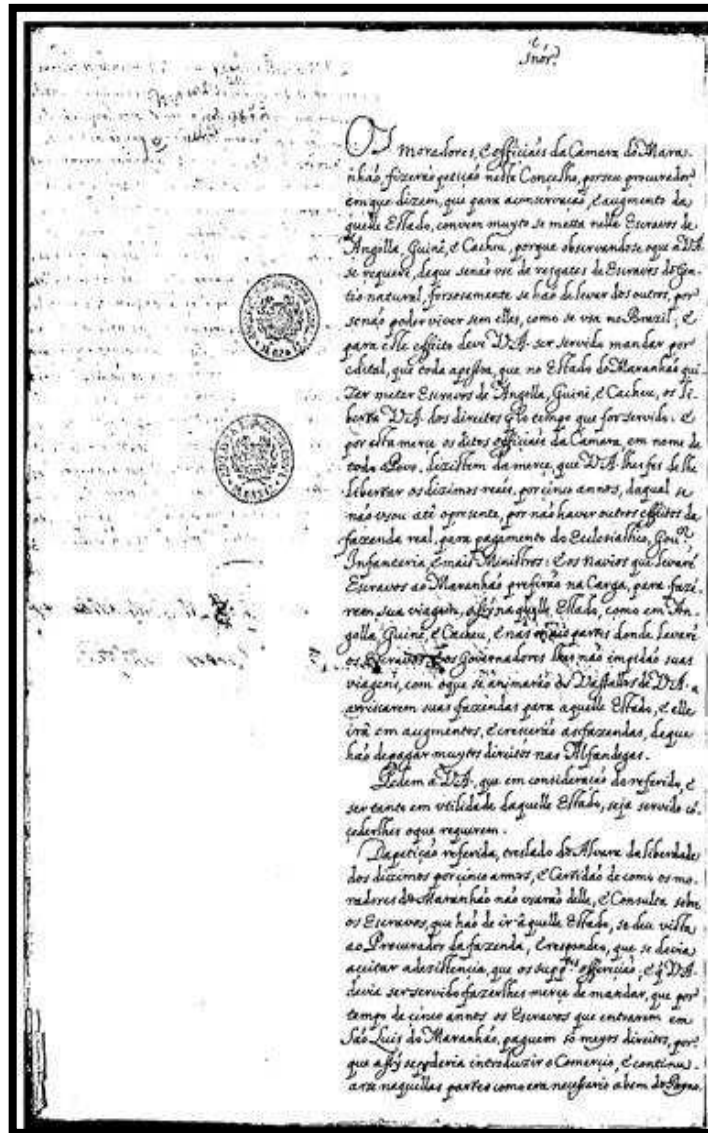
Guiné de outrora era uma expressão que abrangia um vastíssimo litoral que se alongava desde o foz do Senegal até o delta do Níger, ou desde a feitoria de Ziguichor, ali, até a de Lagos, aqui, defrontando as águas do Atlântico estendidas entre o arquipélago de Cabo Verde e as Ilhas irmãs de São Tomé e Príncipe, e que o cabo de Palmas, a meio caminho, subdividia em duas: litoral esse que se sucediam, do ocidente para o oriente, os reinos de Mandinga, Jalofos e Sapés, numa Guiné propriamente dita e em que operou de preferência a Companhia de Cacheu, e mais a Costa da Pimenta (Libéria) – na Alta Guiné, e as Costa do Marfim, Costa do Ouro (Gana), Costa dos Escravos (Togo) e a Costa da Mina (Benin), ate chegar à Nigéria, onde estava Ifé, a cidade sagrada dos iorubas – na Baixa Guiné. Como igualmente acontecia com a Angola antiga, de onde provinha as chamadas peças da Índia e que, com o litoral já descendo de norte para sul em seguida ao da Guiné, compreendia principalmente, depois da Costa dos Camarões, o vasto Império do Congo, de que era tributário o Reino N’gola.

Conforme o texto acima, o ocidente africano, em suma, até proximidades de Angola, era definido apenas por Guiné, mas é possível perceber que dentro dessa nomenclatura havia diversos portos, pequenos reinos, isso se aplica para os outros pontos de tráfico de escravizados no continente africano. Meireles (1994) aponta as principais localidades de origens dos africanos que adentraram o Maranhão, os principais são: Guiné – Bissau, Togo, Benin, Nigéria e Angola, sendo o primeiro, na região ocidental e os outros da região central da África. Assim sendo, as regiões de procedência foram basicamente África Ocidental e África Central, mas com especial atenção e volume dos escravos provenientes de Guiné.

Uma consulta de 17 de julho de 1673, oriunda da câmara municipal de São Luís para o príncipe regente Dom Pedro, aponta a necessidade de “Escravos de Angola, Guiné e Cacheu”, pois só com escravizados africanos poderia haver “a conservação e aumento” da capitania

maranhense. Esse pensamento era recorrente entre camaristas, capitães, missionários e colonos em geral.

**Figura 3** - Consulta que aponta a necessidade de possuir escravos africanos no Maranhão no ano de 1673



Fonte: AHU\_ACL\_CU\_009, Cx. 5\Doc. 576

Parte em destaque da consulta:

*Os moradores e officiaes da Camara de Maranhão fizeram petição neste conselho por seu procurador Em que dizem que para a conservação e aumento da quelle Estado convm muyto se metta nella Escravos de Angola, Guiné e Cacheu, porque observando-se que a V.A. se requiere de que senão se de resgates de Escravos do Gen tío natural, forosamente se hão de levar dos outros por senão*

*poder viver sem elles, como se usa no Brasil, e para este officio deve V.A ser servido mandar por edital, que toda pessoa que no Esttado do Maranhão qui zer meter escravos de Angola, Guiné e Cacheu[...] Linha (1-11).*

A carta é uma das primeiras evidências que demonstram o vínculo entre desenvolvimento do Estado e a necessidade do trabalhador escravizado. A carta indica duas possibilidades de mão de obra escravizada para a capitania do Maranhão “escravos do Gentio Natural”, os indígenas, e os “Escravos de Angola, Guiné e Cacheu”, os escravizados africanos, pois conforme os mesmos camaristas os colonos da capitania não “podem viver sem eles”. A necessidade, portanto, de africanos era essencial desde princípios da colonização na região e assim seguiu por todo o período colonial. Entretanto, com a formação da companhia de comércio em 1755, a expulsão dos jesuítas em 1759 e a consequente publicação do decreto de liberdade indígena e formação do diretório, foram redefinidas as lógicas de produção da coroa portuguesa na região norte da América portuguesa<sup>29</sup>. As chamadas reformas pombalinas foram cruciais para a redefinição de uma economia agroexportadora e, sobretudo, para a legitimidade da exploração do trabalho através do uso exclusivo do negro escravizado. Logo, se antes eram necessários escravizados indígenas e africanos, agora se exigia apenas o africano (BARROSO JUNIOR, 2009; SOUZA JUNIOR, 2012).

Essa escravidão africana ambicionada pela capitania do Maranhão manteve, portanto, estreita relação com a costa Ocidental africana. Localidades como Guiné e Cacheu eram corriqueiramente mencionadas. Essa vinculação entre escravizados africanos e o desenvolvimento da capitania era pauta constante, era o desenvolvimento através da economia do cultivo do arroz ou do algodão, visto que “[...] o dito Estado funcionava mais do que nunca como colônia de Portugal e enquanto tal fazia parte de um mercado de fornecimento de algodão e arroz participando, desta forma, da empresa comercial portuguesa alavancada pela expansão marítima” (BARROSO JUNIOR 2009, p.80). Tanto a cultura algodoeira como a rizicultura estiveram no ranking da produção da localidade do Maranhão, e isso nos remete diretamente à Ribeira do Itapecuru, como já dito anteriormente, área de maior produção

---

<sup>29</sup> Souza Junior (2012) destaca que as reforma pombalinas instituídas a partir de 1755 tiveram inúmeras prioridades, dentre elas, podemos destacar a implementação da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão (já destacado neste trabalho), mas, também, a reformulação do modelo de exploração escravo utilizando agora não só africanos e indígenas, mas estritamente africanos. Para além disso, isso significou a expulsão de um grupo de indivíduos que faziam uso do trabalho indígena, os jesuítas. Os Jesuítas foram expulsos por alvará de 1759, que tomou posse dos bens missionários e tornou os aldeamentos jesuítas em espaços de controle do diretório. O diretório foi um programa que controlou o trabalho indígena dentro dos aldeamentos, controlados pelo poder metropolitano português. A partir desse momento o trabalho indígena estava recluso ao diretório e os escravizados africanos deveriam atender as necessidades de toda capitania.

agrícola no período. Com essa ligação podemos diretamente correlacionar a presença dos escravizados, força de toda a produção agrícola. Desta maneira, boa parte dos escravizados traficados pela companhia de comércio foi mantida na capital, São Luís, e nas vilas da Ribeira do Itapecuru até Caxias.

Quando pensamos o aumento do volume de escravizados para o Brasil, podemos ponderar, conforme Graham (2002), que a mudança primordial para que a escravidão tomasse tais proporções no país foi a substituição da mão de obra indígena pela mão de obra africana, as mudanças econômicas ocorridas no final do século XVII ao início do século XVIII com a descoberta de ouro e diamantes no centro-sul do território brasileiro e, por conseguinte, a associação entre possuir escravizados e a ideia de poder associada a isto. Graham, sobretudo, destaca essa transformação a partir das capitanias de Bahia, Pernambuco e Minas, mas nas capitanias do norte as transformações se darão justamente com as reformas pombalinas a partir da Companhia de Comércio e da reorientação da economia para a exportação agrícola de arroz e algodão (BARROSO JR, 2009).

Esse comércio se manteve fiel aos portos da África Ocidental, sofrendo leve alteração no começo do século XIX, quando foram firmados acordos entre Portugal e Inglaterra, em 1815, proibindo o tráfico de escravizados africanos ao norte da linha do Equador. Isso vai impactar sobre o fornecimento de escravizados a partir da África Ocidental, abrindo mais espaço para entrada de escravizados da região de Mina e Angola. Assim sendo, mesmo que os acordos fixados entre Inglaterra e Portugal impactassem no fornecimento de escravizados, não acabou com o tráfico para a capitania do Maranhão. Infelizmente, ainda não temos uma historiografia que destaque e demonstre o impacto dessa política internacional de maneira mais direcionada aos estudos sobre o tráfico de escravizados africanos para a capitania do Maranhão, mas podemos discutir parte do impacto dessa política para a ocupação da capitania e, sobretudo, para a transformação da composição de escravizados negros na capitania no começo do século XIX.

De qualquer maneira, o contexto político Atlântico parece ter provocado importantes alterações no fornecimento de escravizados para o Maranhão. Esse momento e o quadro de crise de fins do século XVII e começo do século XVIII levou ao processo de reestruturação econômica e política de Portugal, em um quadro que favoreceu a revolução têxtil na Inglaterra. No Tratado de Methuen, de 1703, também conhecido como tratado de Panos e Vinhas, “[...] o mercado interno português era obrigado a comprar itens manufaturados produzidos na Inglaterra, sobretudo aqueles oriundos da lã, e em troca o mercado interno inglês comprometia-se com alguns produtos portugueses, especialmente o vinho”

(BARROSO JR, 2009, p. 27). Assim, desde o começo do século XVIII mantinham uma longa relação comercial que prosseguiria por todo século e impactaria sobre as colônias da América portuguesa até o século XIX.

No começo do século XIX, Portugal e Inglaterra estreitam relações novamente com a ameaça napoleônica, posto que um plano de fuga da família real portuguesa seria inexecutável sem o suporte da Inglaterra frente à ameaça de invasão francesa. Quando a família real se vê obrigada a sair de Portugal devido à invasão francesa, a Inglaterra fornece escolta e proteção, tendo em mente o que seria exigido em troca. Diante de todas as incertezas políticas enfrentadas por D. João, a única convicção restante é que a Inglaterra iria cobrar por este apoio e o preço seria a exigência da abolição da escravidão no Brasil. Após derrotarem Napoleão e abolir o tráfico de escravos em seu próprio território, a Inglaterra considerava-se como o “campeão da liberdade no mundo civilizado” (MAMIGONIAN, 2002, p.11). Em 1815 o governo luso aceita os termos da Inglaterra e torna ilegal o tráfico ao norte da Linha do Equador e, dessa forma, as embarcações portuguesas ficam restritas ao sul da Costa africana.

Arruda (2008) afirma que a Inglaterra sempre buscou reafirmar seu poder sobre o Brasil, especialmente após 1822, com a independência. Nesse sentido, o interesse da Inglaterra para com o Brasil era estratégico, uma vez que a América sempre foi uma área importante por afetar diretamente sua balança comercial. O contexto de emancipação do Brasil favorece ainda mais o poderio inglês, uma vez que por necessitar de legitimação e de um acordo que garanta de forma efetiva a independência com Portugal, o Brasil se vê obrigado a aceitar os termos da Inglaterra, e esta por sua vez, evidencia que seu principal objetivo era frear o tráfico de escravizados.

Na prática, por mais que o Tratado Anglo-Português proibisse o tráfico nesta determinada região da África desde a metade da década de 1810, na realidade a lei não era autoaplicável, no sentido que sua aplicação não era uma garantia, afinal, em sentido prático, era extremamente complicado o controle sobre as embarcações do tráfico. Uma política de intervenção e fiscalização como esta era muito onerosa para a coroa portuguesa, legitimando a autoridade das embarcações inglesas sobre embarcações portuguesas. A questão torna-se ainda mais complicada a partir de 1822, com o processo de independência do Brasil. A independência não significou uma ruptura com a coroa portuguesa, mas agora o Brasil precisava da legitimidade alicerçada por Portugal e pela Inglaterra. Desta maneira, em 1826, o Brasil participa da assinatura da Convenção Antitráfico, comprometendo-se a tornar o tráfico ilegal dentro de três anos (CARVALHO, 2015).

A medida antitráfico assinada não surte os efeitos esperados. Florentino (2009) apresenta alguns números relacionados à entrada de escravizados africanos em território brasileiro entre as décadas de 1820 a 1830, nesses relatórios é observado o aumento gradual nestes números. Até o ano de 1826 foi registrada a entrada de 20.908 escravizados no porto do Rio de Janeiro, entre 1826 e 1831, este número subiu para 38.434. Para o autor, o aumento destes dados reflete o crescimento econômico do Brasil no período atrelado à produção de café, algodão e cana-de-açúcar, a associação entre a posse de escravizados e poder aquisitivo, e a incerteza que assolava os grandes proprietários no que diz respeito a sobrevivência do regime escravista.

É interessante ressaltar que a Inglaterra se viu ameaçada pela produção brasileira, sobretudo a produção de algodão, que como acrescenta Arruda (2008), alimentava três diferentes processos de industrialização: o inglês, o francês e o português. Desse modo, o tráfico negreiro era um elemento importante para desestabilizar a balança inglesa, uma vez que ao alimentar a economia portuguesa, que desde outrora era um país dependente e submisso em termos políticos, e injetar renda na balança brasileira, a escravidão representava mão de obra de bom custo-benefício e, conseqüentemente, maior produção. Assim, a proibição do tráfico consistia em dois principais objetivos para os ingleses: o surgimento de um mercado consumidor para os produtos ingleses através do trabalho livre, e a garantia de que sua produção agrícola não seria diretamente afetada pela concorrência com países tropicais, como o Brasil (GOULART, 1975).

Visto a insistência do governo português, e posteriormente, brasileiro, para sustentar o regime escravista, ante a Inglaterra para livrar a América da escravidão, sob pretexto humanitário, escondendo suas reais pretensões, é sancionada em 7 de novembro de 1831 a Lei Feijó Barbacena, que promulgou o fim do tráfico de escravizados no Brasil, que estabelecia que todos os escravizados que aqui aportassem estariam livres, com algumas exceções, dentre elas os escravos que estivessem trabalhando em navios de países “onde a escravidão é permitida”, e “os que fugirem de território, ou embarcação estrangeira”(CARVALHO, 2012 p.108).

Toda essa contextualização<sup>30</sup> se faz necessário, pois interfere no fornecimento de escravos na América portuguesa, depois Brasil, pensado aqui a partir da capitania/província

---

<sup>30</sup> Discorrer esse longo texto acerca da relação política econômica entre Portugal e Inglaterra se faz necessário para que possamos compreender como se deu o tratado de 1815 que teria como objetivo proibir o tráfico de escravizados africanos ao norte da linha do Equador. Com essa nova normativa, os traficantes de escravizados perderiam toda a região da África Ocidental, Costa do Marfim, um dos principais focos de abastecimento de



do Maranhão. O que se observa a partir de registros e estudos é que surgiram formas diferentes de burlar as medidas apresentadas pelos ingleses. Aqui podemos pontuar que o tráfico ao sul do Equador alimentou assim, um mercado de escravizados para o Brasil, mas, além disso, também são reordenados portos e rotas que confluem para as capitânicas mais ao norte, Piauí, Maranhão, Grão-Pará. Além disso, cresce o tráfico interprovincial pelos mercados de escravos, o que terá por consequência uma alteração na composição escrava da do Maranhão, especialmente no quadro étnico desses escravizados.

Nesse contexto, se colocarmos como marco o balizador temporal do ano de 1815 e acompanharmos os dados coletados dos inventários referentes aos 15 anos que antecedem essa data, recuando até o ano de 1799, bem como o avanço até o final do período imperial em 1835, teremos as duas tabelas a seguir. A primeira referente aos anos de 1799 a 1814, a segunda referente aos anos de 1815 a 1835. Claro que na primeira impressão salta a diferença entre a quantidade de anos nesses dois marcos temporais. Entretanto, entendemos que com base na documentação disponível e ponderando que a partir de 1823 temos outro momento da história local, o momento pós independência, resolvemos assim separar conforme os marcos temporais e documentais. A partir de 1800 temos um aumento na quantidade de inventários referente ao território da ribeira, após isso temos o marco temporal de 1815 com a Inglaterra e a declaração de independência da América portuguesa. Nesse sentido, não acompanharemos os números em si, mas a proporcionalidade dos números em porcentagens, ponderando as gradações e tendências.

Nos quadros a seguir, temos os africanos e os crioulos. Os crioulos são os escravizados que nasceram no Brasil, descendentes de africanos com outros africanos ou de africanos com outros grupos étnicos e raciais. Os crioulos, portanto, são aqueles negros com ascendência africana nascidos em terras brasileiras. Os grupos de africanos se dividem entre as procedências e grupos étnicos originários de três localidades que despontam nos quadros a seguir, são eles África Ocidental, África Central e África Oriental. Da África Ocidental são aqueles oriundos dos portos de Cacheu e Bissau; da África Oriental, dos portos de São José de Elmina e Angola; da África Oriental, os procedentes da ilha de Moçambique (BARROSO JUNIOR, 2009).

Além dos grupos de africanos e crioulos podemos ainda destacar a quantidade de escravos sem uma identificação. No recorte temporal de 1799 a 1814 identificamos um total de 347 escravizados em que não foi registrado sua Nação e procedência, enquanto no recorte

---

escravizados para as Américas e como isso seria necessário buscar outros portos para que o tráfico transatlântico continuasse.

de 1815 a 1835 localizamos 409 escravizados sem identificação. Vejamos os dados a seguir para que possamos compreender a composição dos escravizados no Maranhão no começo do século XIX em meio ao contexto político envolvendo Portugal e Inglaterra.

**Tabela 1** - Nações dos escravizados na Ribeira do Itapecuru nos anos de 1799 a 1814 <sup>31</sup>

<b>PROCEDÊNCIAS NA RIBEIRA DO ITAPECURU – 1799 A 1814</b>		
<b>REGIÃO</b>	<b>NAÇÕES</b>	<b>QUANTIDADE</b>
<b>África Central</b>	Analu	6
	Angola	285
	Benguela	48
	Benim	1
	Biafá	9
	Cabinda	17
	Cassange	8
	Congo	19
	Mina	92
	Nagô	4
	Rebolo	18
	<b>Total</b>	<b>11 designações</b>
<b>África Ocidental</b>	Baiuno	12
	Cabo verde	1
	Balandra	62
	Cacheu	129
	Bijagó	124
	Balanta	5
	Fula	26
	Fulupa	43
	Geba	1
	Mandinga	231
	Manjaco	1
	Nalu	16
	Papel	32
	Sapim	7
	<b>Total</b>	<b>14 designações</b>
<b>Crioulos/América portuguesa</b>	Baiano	10
	Cabra	1
	Cafuz	8
	Criolo	567
	Mulato	47
	Pernambuco	7
	Preta	2
	Mulato	39
<b>Total</b>	<b>8 designações</b>	<b>681</b>

<sup>31</sup> Todos os dados apresentados nas tabelas foram retirados dos inventários da Comarca de São Luís, disponíveis no Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão. No recorte temporal de 1799 a 1835.

<b>África Oriental</b>	Moçambique	50
<b>N.I.</b>	Não Identificado	<b>347</b>
	<b>Total</b>	<b>2.275</b>

**Fonte:** Inventários. Acervo do ATJMA.

Apresentamos na tabela acima a tabulação dos dados das nações dos escravizados localizados na ribeira do Itapecuru no período de 1799 a 1814, para que possamos perceber os efeitos advindos da política econômica entre o governo britânico e o governo luso. Mais à frente, a Tabela 2 nos mostra um novo cenário após a implantação da lei de 1815, que proibia o tráfico de escravizados ao norte da linha do Equador.

Com a proibição de 1815 os traficantes de escravizados precisaram buscar novas rotas para burlar a atual legislação. E com isso é possível vermos o surgimento de novas nações na tabela seguinte, resultado do surgimento de novas regiões de origem do tráfico. Essas novas nações correspondem ao território da África Central, presente nas duas tabelas (Baxaré, Calabá, Nagô; São Tome, banto, Camarão, Quiçama e Angico). O surgimento dessas novas nações é resultado do redirecionamento do tráfico, diminuição da saída da África Ocidental e aumento e incremento da África Central. Nota-se também um aumento na presença dos escravizados benguelas, cabindas e cassanges, todos localizados próximos a Angola e ao Congo, também resultado do incremento e melhor aparelhamento dos territórios do Congo e Angola que significou conversão e batismos dos reis locais e reafirmação do território de tráfico (SOUZA, 2002).

Sobre a África Ocidental, nota-se a presença dos Boites Gabam, que também se encontram localizados foram do espaço determinado pelo acordo inglês. Quanto à Nação Bijagó, situada na localidade de Guiné-Bissau, há um declínio em relação a sua presença na ribeira. Com relação aos descendentes dos escravizados, os crioulos, temos um aumento de quase 100%.

**Tabela 2 - Nações dos escravizados na Ribeira do Itapecuru nos anos de 1815 a 1835**

<b>PROCEDÊNCIAS NA RIBEIRA DO ITAPECURU – 1815 A 1835</b>		
<b>REGIÃO</b>	<b>NAÇÕES</b>	<b>QUANTIDADE</b>
<b>África Central</b>	Angola	220
	Angico	15
	Baxaré	1
	Benguela	159
	Cabinda	66
	Calabá	4
	Camundá	3

	Cassange	20
	Congo	47
	Mina	129
	Rebolo	12
	Biafá	7
	Nagô	13
	São Tomé	7
	Banto	1
	Camarão	5
	Quiçama	1
<b>Total</b>	<b>17 designações</b>	<b>710</b>
<b>África Ocidental</b>	Baiote	1
	Baiuno	19
	Balantra	80
	Bambará	14
	Bijagó	101
	Cabo verde	1
	Cacheu	52
	Felupa	53
	Fula	14
	Fulupa	20
	Gabam	2
	Mandinga	200
	Manjaco	5
	Maranbeque	1
	Nalu	19
	Papel	18
	Sapim	1
Surua	9	
<b>Total</b>	<b>18 designações</b>	<b>610</b>
<b>Crioulos/América portuguesa</b>	Cabra	2
	Bahia	11
	Cafuz	10
	Caboclo	1
	Criolo	815
	Mestiço	2
	Moreno	1
	Mulato	73
	Cafu	1
	Cafuzo	9
<b>Total</b>	<b>11 designações</b>	<b>926</b>
<b>África Oriental/Meridional</b>	Braune	1
	Moçambique	48
	Moja	1
<b>Total</b>	<b>3 designações</b>	<b>50</b>
	Africano	1
	Banza	1

<b>Região indefinida</b>	Caly	1
	Carola	1
	Uça	23
	Mouro	1
	Opá	2
<b>Total</b>	<b>7 Designações</b>	<b>30</b>
<b>N.I.</b>	Não Identificado	<b>409</b>
<b>Total</b>	<b>-----</b>	<b>2.735</b>

Fonte: Inventários. Acervo do ATJMA.

Ao tratarmos dos dados referentes à África Oriental, nota-se a presença dos moçambicanos e de duas novas nações: é interessante pensarmos o quão distante esses escravizados estavam da nossa costa Atlântica. Souza (2019) nos apresenta em seu trabalho a relação entre Maranhão e a África Oriental portuguesa, estabelecida através do tráfico de escravos durante as últimas décadas do século XVIII e as duas primeiras do século XIX, e pontua que:

O adentramento de escravos moçambicanos no Maranhão, a partir de 1797, só aumenta. [...] Interessante também ressaltar que estes escravos da Costa Oriental que estiveram no Maranhão, grande parte desse número, ocuparam espaços na Ribeira Itapecuru, um dos principais caminhos fluviais do período colonial do Maranhão e local onde residiam os grandes proprietários de escravo da colônia (SOUZA, 2019 p. 58).

Sendo assim, apesar da menor presença de africanos do território oriental e meridional, esses grupos são também importantes na composição de escravizados da ribeira e, especialmente, da composição de escravizados de Caxias. Era uma rota muito distante, complexa por conta da navegação e, portanto, menos interessante para os traficantes, mas que dado à nova legislação representava um caminho oportuno para a aquisição de mais escravizados.

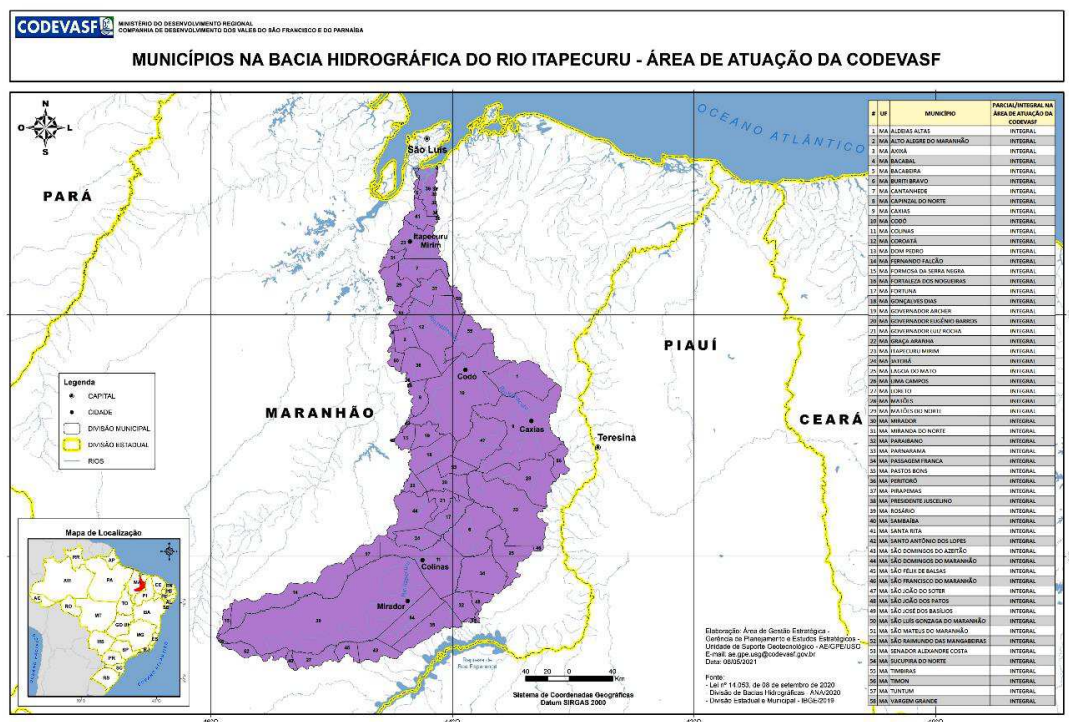
Por fim, ainda percebemos a presença de sete novas nações que não conseguimos identificar a sua localização no mapa do continente africano, dada as próprias dificuldades de transcrição documental e a grande variabilidade de comunidades étnicas africanas, o que dificulta a identificação de territórios. Contudo, o que expusemos agora nos mostra que mesmo diante das interferências políticas dos ingleses, o tráfico de escravizados buscou se adaptar e assim elaborar outras estratégias para manter o comércio transatlântico.

## 2.2 A composição dos escravizados africanos na ribeira do Itapecuru: localização e caracterização de escravizados na ribeira

Entender a lógica de migração dos escravizados africanos por intermédio do tráfico é de suma importância para uma percepção mais aprofundada da história mundial, da história Atlântica, da história do Brasil, do Maranhão e dos portos de origem em África para o Maranhão mais especificamente. Logo, é essencial entender parte da origem desses escravos, seus portos de saída na África, para compreender suas raízes e de que maneira essas raízes podem ter impactado em nossa região. Perceber a Ribeira do Itapecuru e Caxias, inseridas no contexto escravista, é reconhecer a relevância desses dois espaços dentro do Maranhão e do Maranhão no Atlântico.

Acredito que seja necessário apresentarmos a presença escrava dentro da Ribeira do Itapecuru, para que assim seja mais fácil visualizar a importância deste espaço no período colonial. Primeiramente, mostraremos a dimensão do espaço que a Ribeira do Itapecuru ocupa, para isso usaremos um mapa da bacia hidrográfica do Rio Itapecuru, produzido pelo CODEVASF<sup>32</sup>.

**Figura 4 - Bacia Hidrográfica do rio Itapecuru**



Fonte: CODEVASF.

<sup>32</sup> Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – É uma empresa pública vinculada ao MDR – Ministério de Desenvolvimento Regional. Disponível em <https://www.codevasf.gov.br/>

De acordo com o relatório do Núcleo Geoambiental – NUGEO/UEMA (2016), a Bacia Hidrográfica do Itapecuru possui uma área de 53.216,84 km, isso perfaz o equivalente a 16,03% de toda a área do Estado do Maranhão, sendo assim a segunda maior bacia hidrográfica de domínio estadual. Faz-se necessário trazer esses dados para que assim se possa ver a dimensão territorial dessa localidade, situada em meio ao sertão maranhense, que foi por quase todo o período colonial o canal da economia maranhense atuando principalmente na rizicultura. Como já observado, personalidades de grande relevância social, economia e política ocuparam essas terras, podemos ver isso através dos dados levantados nos documentos do ATJMA. Ao analisarmos o Banco de Dados<sup>33</sup> dos inventários existentes no ATJMA, visualizamos cada vez mais uma Ribeira negra. Trago aqui uma tabela com dados referentes a alguns proprietários que possuíam imóveis e escravizados na extensão da ribeira do Itapecuru. Aqui, portanto, é interessante destacar que são apenas aqueles que conseguimos localizar precisamente seus imóveis, são proprietários referentes à comarca de São Luís com propriedades na ribeira do Itapecuru até Caxias de Aldeias Altas.

---

<sup>33</sup> Esse Banco de Dados nasceu a partir da iniciativa do professor Reinaldo Barroso Junior, que pleiteou bolsas PIBIC, PIVIC e FAPEMA que custearam as pesquisas dos bolsistas/integrantes do grupo NEAFRICA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre África e o Sul Global no CESC/UEMA no período de 2017 a 2018. A pesquisa também faz parte de um amplo projeto de pesquisa transnacional intitulado *Slave Wrecks Project*, realizado a partir da Universidade George Washington, nos Estados Unidos, com pesquisadores na África e no Brasil, projeto grande que tenta descortinar as diferentes facetas da diáspora. Nos anos que sucederam a pesquisa, catalogamos mais de 300 inventários da comarca de São Luís dentro do recorte temporal de 1767 a 1835, também se fez a catalogação dos documentos de Alcântara e Viana. A partir desse banco de dados foi possível levantar informações sobre nações, valores, quantidade de escravizados, gêneros predominantes, faixa etária, profissões entre outros pontos.

**Tabela 3** - Tabela de proprietários e imóveis localizados na Ribeira do Itapecuru de 1799 a 1835

<b>ANO</b>	<b>INVENTÁRIOS</b>	<b>ESCRAVIZADOS</b>	<b>LOCALIDADES- IMÓVEIS</b>
<b>1799</b>	Mathias Francisco Da Luz	32	Ribeira do Itapemirim - Uma casa coberta por telha com cinco braços de frente e o rio de fundo e terras e um sítio com 55 braços de frente e 1500 de fundo
<b>1800</b>	Anna Roza De Carvalho	69	Ribeira do Itapecuru - Casa de sobrado de sua vivenda coberta de telha e uma casa de paiol
<b>1800</b>	Izabel De Assumpção Cantanhede	37	Ribeira do Itapecuru – Uma fazenda
<b>1801</b>	D. Francisca Thereza de Jesus	10	Ribeira do Itapecuru, Sitio Boroti, Ribeira do Itapecuru
<b>1801</b>	Felippe Marques da Silva	200	Itapecuru – Uma casa com sobrado, possui 7 braços de frente e 8 de fundo e uma casa de Pedra e Cal ao lado a casa Grande com sobrado com 5 braços de frente e 15 de fundo
<b>1802</b>	Antonio José de Sousa	532	Vila de Nossa Senhora das Dores do Itapecuru
<b>1804</b>	Joana Maria Freire	77	Paragem de Santa Izabel/ Ribeira do Itapecuru - Casa de pedra e cal, coberta por telhas, com 8 braços de frente e 15 de fundo
<b>1804</b>	Anna Maria Rapozo	191	Fazenda Santa Anna/Ribeira do Itapecuru Sitio Guanaré/ Ribeira do Itapecuru
<b>1805</b>	Cel. José Antonio Gomes Sousa	259	Ribeira do Itapecuru
<b>1805</b>	José Joaquim da Silva Rocha	124	Ribeira do Itapecuru
<b>1806</b>	Anna Joaquina Groumel	139	Fazenda na Localidade de Santa Rita Guanaré – Ribeira do Itapecuru
<b>1808</b>	D. Josefa Joaquina de Berredo	100	Fazenda e uma casa residencial na Ribeira do Itapecurú
<b>1810</b>	José Marcellino	133	Ribeira do Itapecuru
<b>1813</b>	Tenente Coronel Francisco de Oliveira Bulhão	130	Itapecuru
<b>1814</b>	Coronel João Belfort	252	Fazenda Conceição/ Ribeira do Itapecuru Termo de Cachoeira Grande/ Rio Munim
<b>1815</b>	Maria Barbosa (Barbara) Lisboa	166	Uma casa térrea na Ribeira do Itapecuru
<b>1816</b>	Cap. Pedro Miguel Lamaignere	273	Sobrado na Rua do Sol, Casas em Codó e terras no Guanaré/Ribeira do Itapecuru



<b>1816</b>	Francisca Maria Belfort	202	Fazenda de Timbotiba e Fazenda Pequei no Termo de Santa Rita/Ribeira do Itapecuru
<b>1817</b>	Pedro Miguel Lamagner	183	Sobrado na Rua do Sol, Casas em Codó e terras no Guanaré/Ribeira do Itapecuru
<b>1817</b>	Bernadina Roza	53	Fazenda Santo Antonio do Rego – Paragem Centro do Coroatá/ Ribeira do Itapecuru
<b>1817</b>	Miguel Arcanjo dos Santos	05	Freguesia de Nossa Senhora das Dores de Itapecuru- Mirim
<b>1817</b>	Rita Joaquina da Serra Carneiro	77	Fazenda e sitio na Ribeira do Itapecuru
<b>1817</b>	Bacharel Henrique Guilhon	33	Fazenda Guanaré – Ribeira do Itapecuru
<b>1818</b>	D. Francisca Thereza de Jezus	06	Ribeira do Itapecuru
<b>1818</b>	D. Maria Magdalena Henrique de Souza	114	Uma légua de terras em quadra Julgado do Mearim - Coroata
<b>1819</b>	D. Anna Roza Ferreira	39	Terra com um quarto de légua em capoeira com meia légua de fundo na Vila de Itapecuru
<b>1822</b>	D. Maria Micaella Pereira Collares	105	Duas Casas, terras de mata e 4 terrenos um deles na Rua do Mamoim, todos localizados na villa de Itapecuru

**Fonte:** Inventários. Acervo do ATJMA.

A partir desses dados, poderemos vislumbrar indivíduos e famílias que acumularam prestígio e patrimônio, como o Cel. José Antonio Gomes Sousa, Pedro Miguel Lamagner, o Bacharel Henrique Guilhon, Miguel Arcanjo dos Santos, e os Rapozo ou Belfort. Contudo, para além dessas informações, cabe observar a quantidade de escravizados e a posição dessas terras.

A relação entre propriedades na ribeira do Itapecuru nesse trecho entre São Luís e Caxias das Aldeias Altas demonstra um jogo de relações e manutenções de propriedades que se aproximam e se afastam dos dois maiores núcleos populacionais: a freguesia de Nossa Senhora das Dores e de Caxias das Aldeias Altas. A concentração de escravizados dentro de uma região era regida por um pequeno punhado de pessoas e suas famílias, sendo fácil identificar os proprietários dos diferentes escravizados na lida cotidiana da vida nessas vilas. É possível que os núcleos de escravizados também pudessem criar estratégias de ordenamento a partir das relações senhoriais.

O núcleo de Cantanhede era regido, por exemplo, sob a égide das posses de Felipe Marques da Silva, D. Maria Micaela Cantanhede e Izabel da Assunção Cantanhede, que controlavam mais de 400 escravos em um começo de núcleo populacional, que iam e vinham da Vila de Nossa Senhora das Dores do Itapecuru, distância de menos de cinquenta quilômetros entre as fazendas destes proprietários e a Vila de Itapecuru.<sup>34</sup>

Primeiramente, é oportuno perceber que esses proprietários possuíam ao menos uma fazenda, sítio ou casa de morada em alguma das cidades que hoje margeiam o rio Itapecuru, com exceção de Pirapemas e Timbiras, localidades de ancestralidade indígena reconhecida, provavelmente aldeamentos formados com possível interação jesuítica. Rosário, Santa Rita, Itapecuru, Cantanhede, Coroatá e Codó abrigavam imóveis desses indivíduos.

Em segundo lugar, no percurso entre São Luís e Caxias das Aldeias Altas, a maior concentração era na Freguesia de Nossa Senhora das Dores do Itapecuru e, portanto, onde se concentrava também a maior quantidade de escravizados para a produção de arroz e algodão. A Tabela 04 apresenta um total de 3.541 escravizados, e sua grande maioria têm como porto de procedência a Costa Ocidental africana. Abaixo aparecem os dados levantados sobre a faixa etária dos escravizados e de imediato comprova-se que aqui predominavam escravos entre 21 a 30 anos.

---

<sup>34</sup> Felipe Marques da Silva e Izabel da Assunção Cantanhede são inventariados, aqueles defuntos que tiveram suas posses autuadas e identificadas, conseguimos localizar suas posses no rio Itapecuru. Já D. Maria Micaela Cantanhede é uma inventariada com propriedades só em São Luís, não conseguimos localizar se ela chegou a ter propriedade em Itapecuru.

**Tabela 4** - Faixa etária dos escravizados da Ribeira do Itapecuru nos anos 1799 a 1822<sup>35</sup>

	0 – 10 anos	11 – 20 anos	21 – 30 anos	31 – 40 anos	41 a 50 anos ou mais	Não identificado
<b>1799 a 1810</b>	246	275	385	322	270	417
<b>1811 a 1822</b>	173	190	200	182	183	638

**Fonte:** Inventários. Acervo do ATJMA.

Para os anos de 1799 a 1822, sem contar aqueles escravizados que não conseguimos identificar a idade, temos 2.426 escravizados, destes podemos destacar os que estão dentro do núcleo produtivo (11 a 40 anos), que perfazem 1.554 escravizados, ou seja, 64% dos escravizados localizados na Ribeira do Itapecuru no período de 1799 a 1822 eram escravizados aptos para o trabalho braçal. É interessante destacar que os números são praticamente os mesmos nas diferentes faixas etárias, mas que o núcleo produtivo era a maior parte. Na faixa de zero a dez anos era composta por africanos e crioulos.

É inquestionável a presença dos negros escravizados às margens do Itapecuru, os vários indícios que usamos até aqui nos permitem defender essa afirmação. A região favorável para o plantio, conectado com São Luís através das águas e tendo como principal engrenagem para a economia a mão de obra escrava, não há dúvidas que seria uma região promissora para o Maranhão, o bom desenvolvimento das vilas, e aqui damos ênfase para Caxias, que ocupavam as margens do rio nos mostra o quanto necessário ele foi. E mediante essa grandiosidade, é óbvio que essa região não passa despercebida, pessoas do alto escalão social do período ocuparam essas terras e através dos seus vestígios documentais podemos ver uma Ribeira do Itapecuru, juntamente com a Vila de Caxias, enquanto um espaço negro.

Há na comarca de São Luís os inventários do Comendador Caetano Jose Teixeira e de D. Anna Rita Vieira e Vasconcellos (1831). Mesmo o segundo estando um pouco afastado do nosso recorte temporal, ainda podemos utilizá-lo para mostrar a relevância das terras do Itapecuru. O comendador Caetano foi um grande negociante português no Maranhão, foi “um dos principais comerciantes de escravos, importante credor do erário e representante do Banco do Brasil no Maranhão” (GALVES, 2012, p.14). Em seu inventário, datado de 1827, apresentam-se imóvel, terras e 569 escravizados, estes localizados na Vila de Caxias.

<sup>35</sup> Vale pontuar que neste recorte temporal não foram localizados inventários que fizessem menção a imóveis na Ribeira nos anos de 1803;1807.1809; 1811; 1812;1820 e 1821.

Sobre D. Anna Rita Vieira, que tem como seu inventariante o Capitão de Mar e Guerra e Intendente da Marinha do Maranhão Felipe de Barros e Vasconcellos<sup>36</sup>, é apresentado que a mesma possuía fazendas e terras e 422 escravizados na Vila de Caxias das Aldeias Altas.

Por fim, outro personagem que podemos aqui pontuar é Isidoro Rodrigues Pereira, importante figura histórica no Maranhão, tanto pelas posses fundiárias que outrora possuía, como pelo prestígio que é próprio de seu nome. O momento em que Isidoro chega às terras do Maranhão é conhecido por ser um momento de expansão econômica da região, em consequência da Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e Maranhão. Em São Luís, estabeleceu-se como porta bandeira da 8ª companhia do terço de infantaria auxiliar da cidade, até o ano de 1820, quando ocupara o cargo de coronel na vila de Caxias das Aldeias Altas.

Por volta de 1783, já era de conhecimento que Isidoro se tornara uma importante figura como negociante na praça São Luís do Maranhão, como fazendeiro e também proprietário de terras e escravizados (FADIGAS, 2021 p.84). As primeiras propriedades obtidas por Isidoro situavam-se na região do Baixo Mearim, local que por questões geográficas (área plana onde o Rio Mearim passava) era extremamente favorável ao cultivo de arroz, uma vez que a região se alargava facilmente pela mudança de nível do rio (FADIGAS, 2021, p.92)

A trajetória econômica bem sucedida de Isidoro é confirmada pela aquisição de terras na Ribeira do Itapecuru, que possuía uma série de potencialidades para cultivo, criação e escoamento de produção num contexto em que a cultura algodoeira, o cultivo de arroz e da cana-de-açúcar representava um novo impulso para a economia maranhense. Somado ao surgimento dessas novas atividades econômicas, ocorria simultaneamente a ocupação das terras do sertão maranhense, sempre cortado por grandes rios e que mais tarde seriam alvo de ocupações por meio de vilas pombalinas, de acordo com a estrutura já conhecida.

É na Ribeira do Itapecuru que Isidoro constrói um núcleo de exploração, e a partir disso mantém contatos com outras figuras também importantes no cenário econômico e expande seus negócios, de modo que mais tarde, tornara-se proprietário de uma embarcação de longo curso, ligando São Luís a Lisboa, o Porto e Gíbaltrar, possibilitando assim, interferências mínimas nas transações comerciais dos produtos que produzia, resultando na melhoria de sua atividade econômica (FADIGAS, 2021, p. 85). Próximo a Caxias, o negociante criou a Fazenda Santo Antônio, uma das maiores da região.

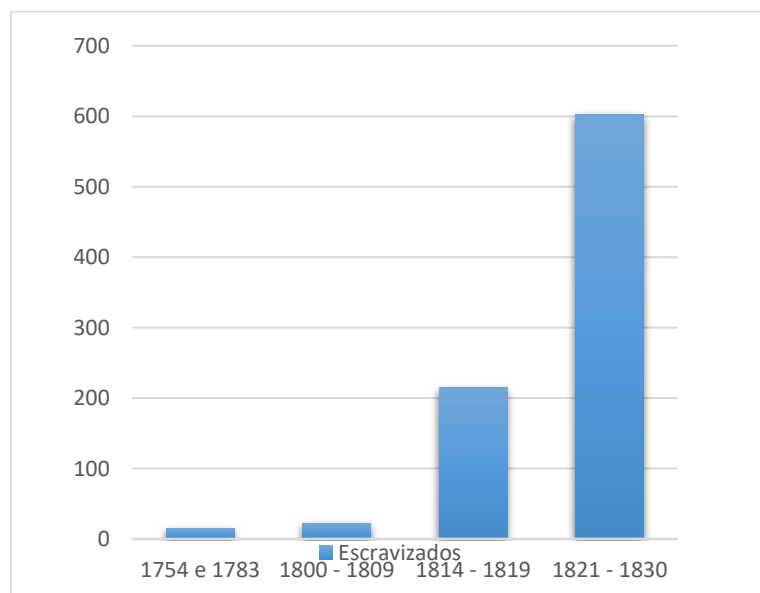
---

<sup>36</sup> AHU\_CU\_MARANHÃO, Cx. 115, D. 8949; AHU\_ACL\_CU\_009, Cx. 139\Doc. 10162.

### 2.3 Cachias, uma vila negra: caracterização de escravizados

Agora, mais especificamente, nos debruçaremos sobre os dados referentes à vila de Cachias de Aldeias Altas. Os documentos da Comarca de Cachias<sup>37</sup> constituem o terceiro principal fundo do arquivo em um largo período de meados do século XVIII até 1970. Para essa pesquisa, em que nos ativemos ao recorte temporal de 1754 a 1830, é possível mais uma vez visualizar uma presença expressiva de escravizados na região. Dentro das primeiras 14 caixas analisadas, referentes a este marco temporal, identificamos 34 inventários, desse total, 29 descrevem a presença de 855 escravizados em Cachias. Os inventários são poucos por conta da própria dificuldade de resguardo documental, as perdas dos inventários e a própria lógica extremamente específica de constituição dos inventários para aquele momento. Além disso, a vila de Cachias estava em formação em meados do século XVIII, isso significa que o núcleo populacional ainda era pequeno, por consequência, poucos estão morrendo e, portanto, não é muito necessária a construção de inventários. Apesar de poucos ainda no século XVIII e começo do XIX, já revelam parte da composição de escravizados na vila. Desta maneira, com a passagem das décadas a quantidade de inventários aumenta e, com ela, a quantidade de escravizados identificados. No gráfico abaixo é possível visualizar melhor esses dados:

**Gráfico 1** - Número de escravizados em Cachias nos anos de 1754 a 1830

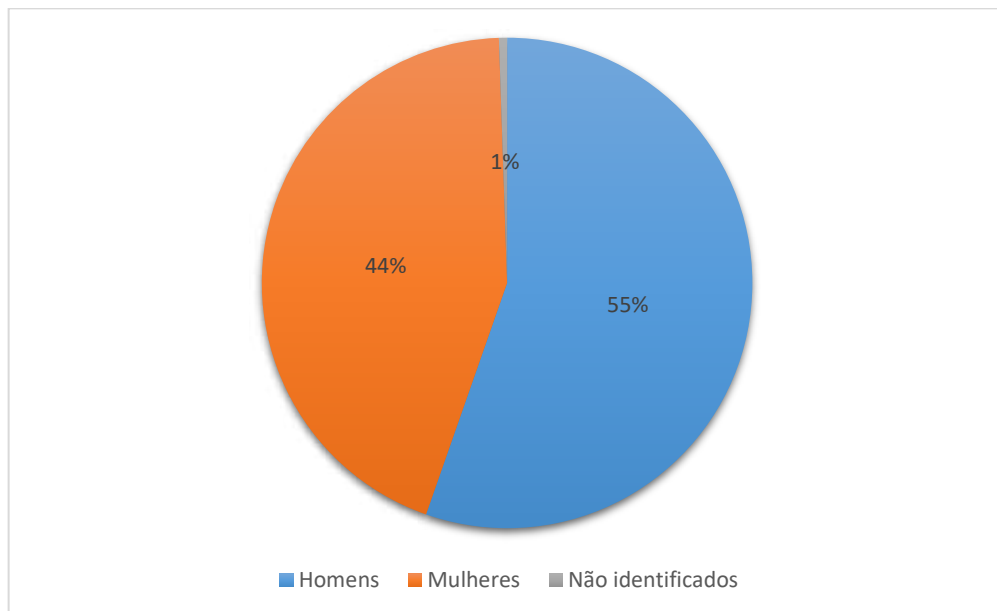


**Fonte:** Inventários. Acervo do ATJMA.

<sup>37</sup> A Comarca de Cachias é uma extensão que hoje cobre as Cidades de Cachias, São João do Soter e parte de Coelho Neto, mas que dizia respeito, especificamente, às duas principais freguesias da região. A documentação está disponível no Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão – ATJMA em São Luís, ainda com pouco tratamento adequado.

Através do gráfico podemos ver uma crescente no número de escravizados em Caxias, muito mais expressiva em fins do período colonial. Pois, em meados do século XVIII esses escravizados estão sendo transportados pelo rio Itapecuru até Caxias aumentando a composição social de escravizados na região, década após década. Desta maneira, o quadro migratório para Caxias, composto por proprietários, comerciantes e escravizados, vindos do litoral, aumentava desde meados do século XVIII. Para melhor visualizarmos a presença dos escravizados em Caxias, apontaremos aqui algumas características a respeito deles. Vejamos abaixo dados referentes ao sexo dos escravizados da Ribeira do Itapecuru e da região de Caxias.

**Gráfico 2 - Sexo dos escravizados da Ribeira do Itapecuru de 1799 a 1822**



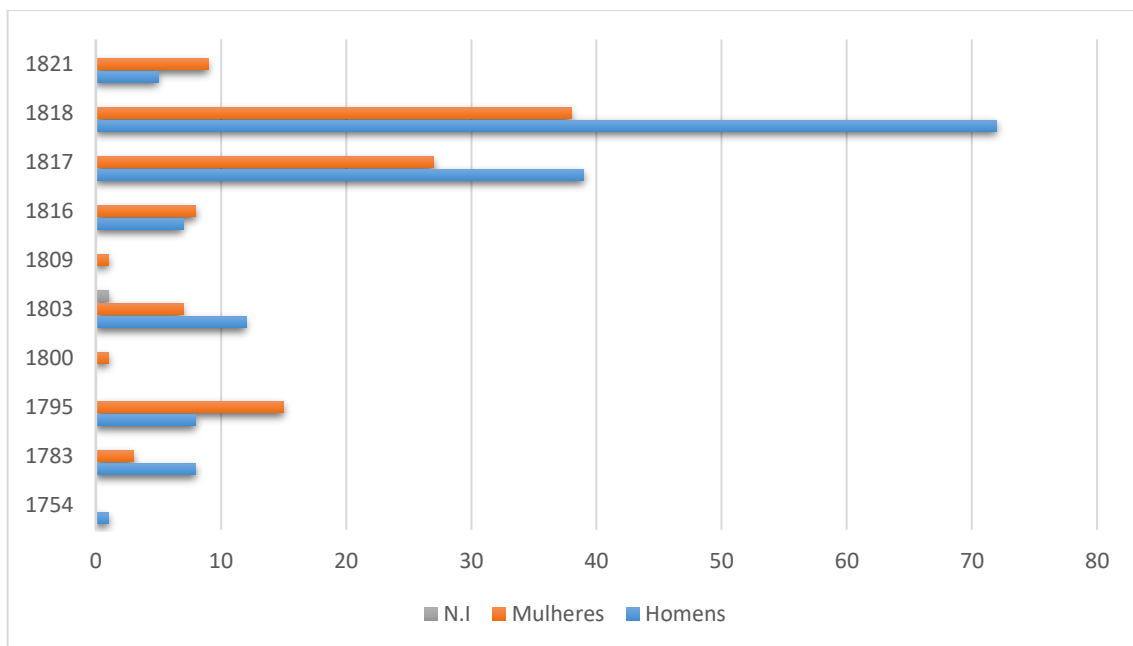
**Fonte:** Inventários. Acervo do ATJMA.

Através do gráfico é possível visualizar uma ribeira masculina, essa realidade não difere do restante do Maranhão e da América portuguesa, como aponta Assumpção (1990) ao explorar as características dos escravizados charqueadores no Rio Grande do Sul, que trabalhavam na produção da carne seca. Em sua pesquisa, para o período de 1780 a 1888, a população escravizada de Pelotas era basicamente masculina: o recorte mais ampliado não parece motivar diferenças entre os resultados obtidos por Assumpção e os apresentados nessa pesquisa. Dos 2.336 escravizados analisados nos inventários, 2.020 eram homens e 316 eram mulheres, ou seja, cerca de 86,5% da população escravizada era masculina e apenas 13,5% era feminina. Novamente recorrendo à Assumpção (1990), o autor aponta que esse cenário

reflete que os senhores de escravizados não demonstravam interesse no quesito de reprodução natural entre os escravizados, já que quantidade de homens é desproporcional ao número de mulheres escravizadas.

Ao olharmos para os dados presentes no gráfico abaixo, referente à região de Caxias, o cenário se repete. Vemos que é uma população negra de predominância masculina, tal como no restante da Ribeira do Itapecuru e na Freguesia de Nossa Senhora das Dores de Itapecuru e em outras regiões do Brasil.

**Gráfico 3 - Sexo dos escravizados na região de Caxias (1754 - 1821)**



**Fonte:** Inventários. Acervo do ATJMA.

Analisando o gráfico 03 vemos que para os anos de 1800 e 1809 não foram localizados escravizados masculinos e, para o período de 1795, 1800, 1809 e 1816, a presença feminina de escravizados supera a masculina. Isso, obviamente, depende de inúmeras variáveis, tais como: quem era o proprietário, a comercialização de escravizados e as principais atividades em cada propriedade.

Ao analisarmos os inventários da Comarca de São Luís que fazem referência às propriedades localizadas na Ribeira do Itapecuru, é possível vermos uma economia diversificada, com ocupações voltadas para atividades mais expressivas da localidade, ou seja, mais voltadas para o eixo da agricultura, ainda que também se identifiquem ocupações outras, como as observadas na tabela a seguir:

**Tabela 5 - Ocupações dos escravizados da Ribeira do Itapecuru - 1799 a 1835**

<b>PROFISSÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>PROFISSÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Alfaiate	6	Costureira	12
Alfaiate e cozinheiro	1	Costureira e bordadeira	1
Alfaiate e serviço de roça	2	costureira e gomadeira	2
Almoxarife	1	Costureira, gomadeira e doceira	1
Balceiro e Copeiro	1	Costureira, gomadeira e rendeira	4
Barbeiro	10	Costureira, Gomadeira e bordadeira	4
Cabelereiro	1	Cozinheira e gomadeira	4
Cadete	1	Cozinheira	12
Calafate	6	Cozinheira e costureira	1
Canoeiro	13	Doceira	1
Capina	11	Engomadeira	2
Carpinteiro	6	Fabrica da fazenda de gado	1
Copeiro	1	Lavadeira	2
Costureiro	1	Passadeira	1
Cozinheiro	5	Rendeira	2
Fabrica da fazenda de gado	4	Roceira	4
Feitor	8	Serviço de casa	2
Ferreiro	26	Serviço de roça	80
Ganhador	1		
Hospitaleiro	1		
Intalhador	1		
Oleiro	3		
Ourives	2		
Padeiro	1		
Pedreiros	11		
Pescador	2		
prateio do rio	1		
Pratico de carreira do Itapecuru	4		



Sapateiro	10		
Serrador	1		
Serviço de casa	6		
Serviço de roça	68		
Tecelão	4		
Vaqueiro	10		

**Fonte:** Inventários. Acervo do ATJMA.

Observando a tabela 05<sup>38</sup>, é possível notar que as ocupações para as escravizadas ficam quase todas no eixo do trabalho doméstico, como gomar, cozinhar e costurar, mas vemos um número expressivo de mulheres atuando na roça, situação que se repete quando vamos analisar as ocupações dos homens escravizados, em que a maior parcela está no trato da roça. Isso se liga diretamente com a realidade em que estão inseridos, um espaço que se desenvolveu economicamente por meio das produções agrícolas do arroz e do algodão, o que torna compreensível uma presença expressiva de escravizados tendo como ofício o “serviço de roça”.

Outras atividades desempenhadas pelos escravizados, também reflexo do local onde estão inseridos, é o de *capina* e *canoero*. O primeiro é necessário para que se tenha um melhor aproveitamento dos espaços que serão utilizados para o plantio; o segundo também possui sua relevância, visto estarem em uma ribeira, logo se faz necessário possuir escravizados que tenham o trato no manuseio e produção de canoas. Neste âmbito também encontramos os *calafates*, que tinham como ofício contribuir no processo de construções navais, deixando-as vedadas para que a água não viesse a infiltrar na madeira. Vemos também a presença de homens no trato do serviço doméstico, porém com pouca expressividade.

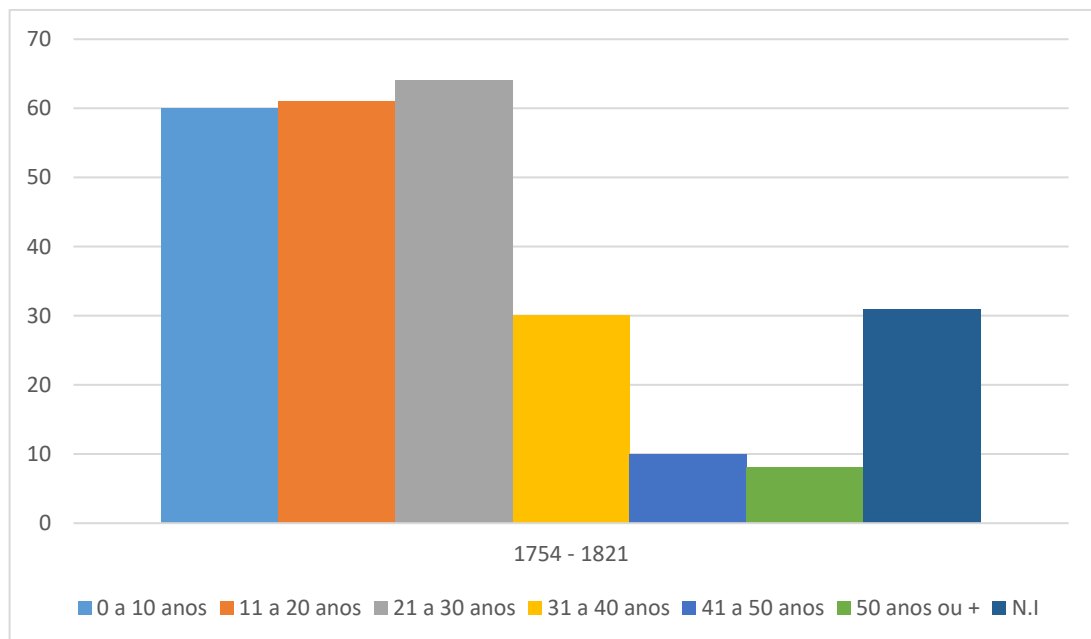
Ao olharmos a tabela 05 vemos que os escravizados da ribeira do Itapecuru eram usados em quase todas as funções: negros de ganho, corredores, escravizados que atuavam em olarias, no manuseio do ouro e ferro, alfaiates, pedreiros, padeiros, feitores e até em ocupações militares, no caso do escravizado de ofício cadete. Isso demonstra a variedade de trabalhos que ocupavam, dominando grande parte das atividades necessárias para a manutenção do mundo do trabalho no Maranhão. Tudo que era utilizado na ribeira passava

<sup>38</sup> Em importante pontuar que dos 36 inventários da Comarca de São Luís que apontam a existência de propriedades na Ribeira do Itapecuru, entre os anos de 1799 a 1835, 11 deles não apresentavam as ocupações dos escravizados. Entre os 25 restantes, que localizamos as ocupações, há escravizados sem a descrição do seu ofício.

necessariamente pelas mãos de um negro escravizado, desde o pão ofertado no desjejum até o sapato que fosse calçar.

Voltando para a população escravizada de Caxias, vemos que é uma população jovem, o que não destoa do restante do Maranhão e, especificamente, da ribeira do Itapecuru como um todo, conforme demonstramos nos tópicos anteriores. Matthias Assunção (2015, p. 425) traz um conjunto de dados importantes construindo dois gráficos com pirâmides etárias da população livre e escrava do Maranhão, referentes aos anos de 1789 e 1821. Em ambos, a base da pirâmide é mais larga, o que significa que há mais indivíduos jovens do que idosos. Essa diferenciação se deve aos números coletados pelo autor e que não se restringem ao território da ribeira do Itapecuru. A ribeira, sobretudo no entorno da Freguesia de Nossa Senhora das Dores do Itapecuru, é mais antiga com uma tomada colonial mais agressiva e, portanto, possui escravos tanto de 20, 30, quanto 40 anos.

**Gráfico 4 - Faixa etária dos escravizados de Caxias 1754 – 1821**



**Fonte:** Inventários. Acervo do ATJMA.

Podemos fazer a mesma observação para a região de Caxias. Ao analisarmos o gráfico 04, é visível que a população escravizada de Caxias era massivamente composta por crianças e adultos de até 30 anos, diferente do restante da ribeira do Itapecuru. A composição da faixa etária da ribeira é bem equilibrada, escravizados de diferentes faixas etárias. Isso é reflexo da própria lógica de formação de Caxias e do tráfico de escravizados para o sertão que acompanha um ritmo menor.

Desta maneira, ainda temos um grupo de escravizados jovens, na faixa produtiva, visto que aqueles que conseguiam chegar aos 30 anos ou mais já não possuíam tanto vigor para o trabalho árduo na produção agrícola às margens do rio Itapecuru. A faixa etária dos escravizados de Caxias é reflexo do seu cenário econômico. Claro, que podemos destacar que existem outras variáveis que poderiam impactar na longevidade desses africanos, parca alimentação adequada, ausente de nutrientes, trabalhando exaustivamente, vivendo em locais insalubres, tudo isso pode contribuir para uma morte mais precoce.

Entretanto, é interessante destacar que alguns desses escravizados poderiam chegar a idades mais prolongadas. A escravizada de nome Domingas, da nação Rebollo, foi registrada no inventário de Manoel Joze Raposo em 1818 como uma idosa de 90 anos, algo bem incomum para a época. Nesse sentido, essa escravizada que saiu da África Central, mais ao sul de Angola, traficada para a cidade de São Luís, chegou jovem e de lá fora traficada novamente rumo ao sertão, ajudando na formação inicial de Caxias. Além da faixa etária dos escravizados, outro ponto importante para se observar são as suas nações. Notamos que os escravizados da região de Caxias, em sua grande maioria, eram escravizados advindos da África Central com predominância da nação Angola. Nesse sentido, é interessante perceber que enquanto a ribeira do Itapecuru possuía uma ampla variedade étnica com origem de diferentes regiões africanas que sustentavam o tráfico de escravizados, Caxias, quase que exclusivamente era composta por africanos que possuíam proximidades com Angola. Os motivos ainda precisam ser averiguados mais a fundo, entretanto, isso desvela uma forma de consumo distinto da mão de obra de escravizados para a região. Abaixo podemos observar com mais detalhe na tabela 07 acerca das nações africanas em Caxias, vejamos:

**Tabela 6 – População negra em Caxias 1754 a 1821**

<b>Região</b>	<b>Nações</b>
<b>Região não definida</b>	Cambonela
	casima
	Colante
	Gosa
	Uça
	Osia
	Uapa
	Jabá
	Albina
	Angola
	Mayonga
	Benguela

<b>África Central</b>	Cabinda
	Congo
	Cassange
	Mina
	Nagô
	Rebolo
<b>América portuguesa</b>	Crioulos
	Mestiço
	Mulato
	Cafuzo
<b>África Oriental</b>	Moçambique

Fonte: Inventários. Acervo do ATJMA.

A população de crioulos era tão numerosa quanto o número de negros advindos de Angola. Esse processo de criouliização já pode ser reflexo do declínio do tráfico de escravizados, mas também significa que os escravizados estão se relacionando e constituindo famílias e criando filhos dentro da região de Caxias. Afinal, os cafuzos, os mulatos, os crioulos em geral, são reflexos dessa vida e desse cotidiano que não era somente de trabalho, e compreendia outras dimensões, tais como a vivência pessoal de africanos que se relacionavam e tinham filhos. Dessa maneira, é importante pontuar que Caxias não era uma localidade só negra pela quantidade de negros escravizados que trabalhavam nas diferentes propriedades, mas eram homens, mulheres, de diferentes idades, com diferentes procedências étnicas que apontavam sua cor, sua origem e sua vivência familiar.

Colocar em evidência esses dados nos faz perceber a região de Caxias inserida no sistema escravista, e ainda mais dentro de um espaço de relevância econômica para o Maranhão. Perceber esses indivíduos escravizados como parte da história caxiense, e ainda mais, reconhecer que os mesmos não são coadjuvantes na construção da nossa história é um exercício que deve ser feito constantemente. Dispomos de legislações que nos impõem esse reconhecimento, que nos apontam que “[...] o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e nações para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia” (LDB, 2018, Art. 26, § 4º).

Até aqui apresentamos uma expressiva quantidade de dados acerca dos escravizados na Ribeira do Itapecuru e na região de Caxias das Aldeias Altas, precisamos nesse momento avançar no deslocamento do texto até aqui desenvolvido em direção à sua dimensão escolar. Munidos do que discorremos, podemos agora nos debruçar sobre o produto educacional que irá explorar de outro modo os pontos aqui sistematizados.

### **3. VILA DE CACHIAS: UM MATERIAL DIDÁTICO ACERCA DA PRESENÇA DE ESCRAVIZADOS E A IMPORTÂNCIA NO CENÁRIO MARANHENSE**

Vislumbrar a história de um local como Caxias em uma microrregião como a ribeira do Itapecuru é importante para a construção da história maranhense, pois é a principal cidade na abertura do sertão maranhense, com proeminência histórica. Além disso, possibilita o reconhecimento identitário local através da valorização da consciência histórica caxiense para a construção do estado e suas circunvizinhanças. Assim sendo, neste capítulo buscaremos discutir a importância desse conteúdo da história local na valorização de uma região e na constituição de uma história, bem como para o próprio processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Logo, rapidamente, apresentaremos algumas considerações sobre História Local e sobre o ensino de História Local com base na legislação, e, por fim, proporemos um produto educacional, uma cartilha, um material de apoio para a História de Caxias.

#### **3.1 História Local como via para o pertencimento histórico**

A história local em espaço escolar aparece à margem do conhecimento histórico, sobretudo quando trabalhada a partir de espaços tidos como “periféricos”, como o Maranhão. Quando consideramos as histórias constituídas pelos estados para entender o processo histórico do próprio estado, essa história é construída a partir das capitais, cidades litorâneas, pouquíssimos são os trabalhos que enfocam as regiões interioranas, a história do Maranhão é exemplo disso. A história do estado é montada, sobretudo, a partir de sua capital, São Luís, mesmo cidades interioranas com proeminência histórica como Alcântara e Icatu não possuem grande atenção na produção histórica. Fazer história local não teria mérito com menor grau de importância. Essa concepção errônea sobre a produção da história local reside em uma concepção de história mais tradicional e eurocêntrica, engessada na concepção de que a história local seria o reduto da memória enfadonha dos fatos de pequenos locais isolados.

Nos livros acadêmicos e didáticos de História em que o paradigma eurocêntrico, é mais enfático, a percepção que temos é a de que, no âmbito global, teríamos um permanente “centro” geográfico, avançado e inovador, irradiador de cultura e de modos de vida, da mesma forma que teríamos uma “periferia”, atrasada e arcaica, sempre pronta para receber inovações e se modernizar ao estabelecer laços com o “centro” e imitá-lo (MACEDO, 2017, p. 60).

Sendo assim, a história escolar tradicional, eivada de concepções eurocêntricas que privilegiam a Europa como centro norteador do conhecimento histórico, transformando automaticamente os outros espaços, em espaços periféricos, atrasados e sem peso na produção

do conhecimento. Ao nos afastarmos desse ideal de uma história eurocêntrica, será possível visualizarmos os processos históricos dentro da sua localidade, com suas nuances e particularidades que cada localidades carrega consigo. Macedo (2017) enfatiza que o caminho para melhor compreender os processos históricos regionais e globais é conhecendo primeiramente a História Local, em suas conexões. Esse olhar histórico, voltado para as localidades silenciadas/esquecidas, advém de influências no campo da História como aquelas que nos chegaram por intermédio da Escola dos Annales. Se a historiografia brasileira foi sensivelmente renovada nas últimas décadas, é possível afirmar que os materiais trabalhados em sala de aula se transformaram em proporção muito menor. Sobre os nexos entre renovação historiográfica e história local:

Entre a segunda e a terceira geração dos Annales é que vicejou uma História Local propriamente dita, com esteio tanto na observação recortada da realidade – tomando o lugar enquanto foco da produção histórica – quanto na escolha das fontes, sobretudo aquelas emanadas das paróquias. A investigação histórica empreendida com os registros paroquiais coloca, pois, a Demografia Histórica como uma grande aliada dos historiadores interessados em estudar o local, na medida em que quantifica os ritos da vida privada de uma determinada região ou lugar em um determinado período (MACEDO, 2017, p.67).

Evidentemente, não se pode escrever uma História “neutra”, que venha a ser imposta como comum a todos. É preciso visualizar as singularidades existentes nos espaços históricos, sejam eles locais, regionais, nacionais ou globais, visto que “o centro da análise, na História Local, é o lugar [...] nenhum lugar está dado previamente, ou existe desde sempre, mas se constitui enquanto construção, seja do historiador, seja das pessoas que o praticaram ao longo do tempo” (MACEDO, 2017, p.68). O indivíduo em um determinado lugar, em seu lugar de pertencimento, mas é feito e pensado a partir de seus habitantes. Nesse sentido, a História Local de uma determinada região fará ao seu leitor se perceber e ser reconhecido dentro da história. É importante quando aplicado dentro do espaço escolar, pois resulta em alunos que poderão compreender o passado da atual realidade em que vive; fazê-lo enxergar dentro da sua vivência local fontes e monumentos históricos e trazer esse processo de historicizar para perto do alunado, algo que na maioria das vezes os livros didáticos e o próprio conhecimento histórico colocam em uma perspectiva bem afastada da realidade das pequenas cidades e regiões.

Vale ressaltar que ao defendermos a produção de uma História Local não estamos por desmerecer a História em um viés mais globalizado, pelo contrário, o resultado dessa histográfica advinda de microrregiões em paralelo com uma História macro poderá nos

apresentar conexões nunca antes percebidas. Perceber as particularidades históricas de uma região como Caxias das Aldeias Altas e colocá-las em articulação com a História do Maranhão, História do Brasil e História Global significa dar palco para outros sujeitos históricos, outros processos históricos que por conta dessa História eurocêntrica foram esquecidos.

Jim Sharpe (2011) aponta que o desejo por entender esses grupos esquecidos já é perceptível em pesquisas historiográficas do século XX, naquele momento, então, predominava ainda mais forte as ideias de uma elite. Foi no ano de 1966 que o conceito sobre história vista de baixo desponta entre os historiadores, tudo isso devido à publicação dos trabalhos de Edward Thompson<sup>39</sup>. Junto com ele, outros historiadores também sentiram a necessidade de ampliar suas pesquisas e buscaram explorar e compreender outras experiências históricas. Contudo, uma grande maioria ainda não considerava importante a vivência das massas populares, não conseguiam vê-los como componentes de uma problemática histórica, “[...] no máximo, considera as pessoas comuns como um dos problemas com que o governo tinha de lidar” (p.41). Ao iniciar essa nova abordagem é percebido algumas dificuldades, dentre elas a restrição com relação a fontes para se estudar as classes sociais e a dificuldade de conceituar e definir o que poderia ser alocado como “de baixo”.

Por sua vez, Rüsen (2007) destaca a importância do método histórico ao aplicar essa perspectiva no ambiente escolar, fazendo com que o corpo discente e docente possa vislumbrar indivíduos que estão na margem dos objetos históricos. Ao perceber esses sujeitos que começam a integrar o conhecimento histórico, alunos e professores podem reconhecer os escravizados africanos na localidade da ribeira do Itapecuru no Maranhão e, ainda mais, podem agora notá-los como sujeitos ativos na sociedade que viviam. A partir de Rüsen (2007), nesse contexto histórico específico, podemos afirmar que o método histórico, numa perspectiva da história vista de baixo, é o caminho que o historiador pode seguir para que consiga desenvolver uma pesquisa histórica mais crítica. Nesse sentido, e ainda fundamentado em Rüsen, há três maneiras de classificar essas pesquisas: hermenêuticamente, analiticamente e dialeticamente. O trabalho aqui apresentado segue a perspectiva dialética, visto que,

[...] a pesquisa media as perspectivas da reconstrução hermenêutica e analítica dos processos temporais, organizando-as em conjuntos complexos, nos quais a direção dos processos históricos resulta de uma relação de mútua influência entre intenções e condições estruturais do agir humano. Essa mediação estrutura, pois, a multiplicidade das várias abordagens metodológicas das fontes na unidade "do" método histórico.

---

<sup>39</sup> Especialmente "As peculiaridades dos ingleses e outros artigos", publicado originalmente em 1966 e editado no Brasil décadas depois.

Essa estruturação integra, então, substantivamente, os diferentes Campos da experiência na unidade de uma história constitutiva de identidade (RÜSEN, 2007, p. 116).

Entender o método histórico, usando uma perspectiva da História Vista de Baixo, facilitará no processo de desenvolvimento deste trabalho, as operações processuais e substanciais darão respaldo para que se consolide uma pesquisa histórica, que levantará questionamentos essenciais a respeito dos sujeitos desse projeto. O método histórico poderá nos dar a resposta para perguntas tais como: de que maneira os escravizados africanos podem ser vistos pelos alunos da educação básica? E, sobretudo, como são mencionados no espaço escolar? E, mais especificamente, como podem ser mencionados a partir da construção de um produto educacional?

Olhar a História por outro viés é dar a oportunidade de outras vozes serem ouvidas e percebidas. Somente através de um olhar mais minucioso poderemos corrigir, obviamente com a inserção dos sujeitos esquecidos e/ou marginalizados, poderemos reformular a história que ainda vigora fervorosamente, uma história factual, escrita e apoiada por elites históricas (SHARPE, 2011)

Com base nessa perspectiva de interpretação e metodologia histórica, podemos dar voz aos escravizados africanos que estiveram presentes na Ribeira do Itapecuru, especialmente em localidades como Caxias, sertanejas, inseridas nesse cenário escravocrata, e com grande movimentação populacional e econômica no decorrer de sua história. Isso não quer colocar esse foco de interpretação e trabalho como um exclusivo privilégio historiográfico, mas é importante destacar que ao reconhecermos os africanos em cidades sertanejas e ribeirinhas, estaremos colocando “homens de cor” dentro da historiografia local, os fazendo sujeitos ativos e históricos da região.

Se pensarmos a história de uma localidade como Caxias, no viés eurocêntrico, sua participação e composição negra seriam relegadas ao espaço do desprestígio, sem qualquer valorização de seu largo conteúdo histórico. A ideia tradicional de história local, basicamente, relega Caxias ao isolamento histórico e a ausência na construção da consciência histórica. Trata-se aqui, portanto, de História Local noutra perspectiva, a mesma que orientou o desenvolvimento dessa pesquisa até aqui.

Caxias ao final do século XVIII e começo do século XIX apresentava conexões com diferentes caminhos que ligavam o sertão e o norte do Brasil no período colonial e imperial. Era uma Caxias, inclusive, afetada pelas flutuações das disputadas políticas no Atlântico, pois o impacto da política inglesa não afetou somente a composição de escravizados das cidades



litorâneas do tráfico de escravos, mas também regiões como Caxias. Caxias não fora uma cidade isolada, ao contrário, fora uma cidade que comprova os elementos da história local com conexões Atlânticas. Assim, o que construímos nos dois primeiros capítulos aponta para o produto educacional a ser apresentado: Caxias, em múltiplas conexões, a partir dos sujeitos escravizados.

### **3.2 História Local nas legislações voltadas para a Educação**

Esse debate sobre História Local e sua importância para o reconhecimento e valorização de uma localidade, atualmente, possui relação imediata com a educação e o ensino de história, especificamente. A própria legislação educacional brasileira trabalha com a perspectiva da importância do conhecimento local e regional. A Lei de Diretrizes e Bases de 1996, por sua natureza, não abarca conteúdos, nem currículos que dialoguem com o conhecimento local, mas enfatiza a necessidade de diálogo com as localidades, perspectiva adotada logo na sequência pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs<sup>40</sup> e, mais recentemente, pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC)

A disposição do ensino de História na BNCC foi apresentada em 2015, dividindo opiniões e dando origem a diversos debates a respeito de quais conhecimentos deveriam ser obrigatórios no currículo escolar da disciplina. O ponto mais importante sobre a primeira versão deste documento, voltado especificamente para o ensino de História, é o aceno para algum rompimento com a chamada “História Tradicional”, de modo a propor certos debates e chamar a atenção para o eurocentrismo ao qual a disciplina História estava sujeita (RALEJO; MELO; AMORIM, 2021). Este ponto é corroborado por Oliveira e Caimmi (2021 p. 3), ao observarem que:

[...] a construção da BNCC foi travada em meio a uma arena conflagrada, o que é salutar, visto que um dos poucos consensos possíveis no âmbito da literatura especializada é o conceito de currículo como um campo de constante disputa. No entanto, compreender o currículo nessa perspectiva, em se tratando do Brasil pós-2016, é uma temática que se amplia para além do âmbito educacional e, nesse sentido, a história de construção da BNCC é marcada por sutis rupturas diante do Estado democrático.

---

<sup>40</sup> Em que podia se ler, por exemplo, sobre a importância de “reconhecer algumas relações sociais, econômicas, políticas e culturais que a sua coletividade estabelece ou estabeleceu com outras localidades, no presente e no passado; identificar as ascendências e descendências das pessoas que pertencem à sua localidade, quanto à nacionalidade, Nação, língua, religião e costumes, contextualizando seus deslocamentos e confrontos culturais e étnicos, em diversos momentos históricos nacionais” (BRASIL,1997, p. 45).

O Cenário descrito refere-se à destituição da até então presidenta e à crise em que o país mergulhou, marcada pela forte polarização política, expondo questões ideológicas, sob as quais o ensino da História também mantém relação, como qualquer elemento social, cultural e político na história (OLIVEIRA; CAIMMI, 2021). Por conta disso, a nova forma de abordar a História no currículo escolar foi alvo de debates intensos, o Ministério da Educação recuou e acabou dispondo o currículo da disciplina em conteúdos mais abrangentes, privilegiando um conteudismo, e preservando a visão eurocêntrica, sobretudo nos assuntos relativos à História do Brasil. Diante destas incursões sobre o ensino da História nas escolas, tem-se o questionamento: seria a BNCC uma aliada do ensino de História ou apenas mais uma ferramenta do sistema para regular e constranger o ensino de História crítico? (RALEJO; MELO; AMORIM, 2021).

A respeito desta relação ambígua entre o ensino da História e as ferramentas legais existentes para regulamentá-lo, neste caso a BNCC, cabe pontuar a relação entre conhecimento e poder. Ao ilustrar tal afirmação com base em Green (2017) e seu estudo sobre o currículo escolar australiano, Ralejo; Melo; Amorim (2021, p. 3) corroboram com a premissa de que o currículo é um projeto político. Assim, “Como prática de representação e de poder, o componente curricular de História na BNCC representa a legitimação de determinados conhecimentos”.

Na medida em que se olha para a composição da BNCC, estes termos são confirmados ao passo que o documento situa-se nos seguintes eixos teórico-metodológicos: a relação entre passado e presente atua como orientadora dos processos de aprendizagem, de modo que o passado sirva de subsídio para a compreensão do presente; a História como construção, fruto de interpretações de grupos sociais com demandas divergentes, produzindo sentidos que são diferentes e únicos a estes grupos; a História como fruto do tratamento de diversas fontes, todas estas tendo como matéria a experiência humana, a História como ensino situada numa perspectiva da alteridade, de modo que a percepção do sujeito estende-se ao outro; a valorização do diálogo como modo de preservação da pluralidade de ideias; e a potencialidade da História como produtora ativa de conhecimento, não apenas no ambiente escolar (OLIVEIRA; CAIMMI, 2021).

Diante dos pontos apresentados, é possível correlacionar o ensino da História com a naturalização de pontos de vista firmados sob relações de poder. Nesse sentido, Ralejo; Melo; Amorim (2021 p.4) acrescentam:

[...] esses conteúdos são percebidos como prescrições, como naturalizações, não sendo indicadas suas imbricações com as relações assimétricas de poder.

Há, assim, uma visão instrumental do currículo e do ensino de História que legitima o status quo, reforçando o silenciamento ou o apagamento de narrativas de minorias culturais, sociais, étnicas e de gênero historicamente excluídas das práticas curriculares de História.

Essa visão instrumentalizada reforça silenciamentos e esquecimentos de minorias e perpetua visões eurocêntricas na História (OLIVEIRA; CAIMMI, 2021e RALEJO; MELO; AMORIM, 2021). Assim, segundo esses autores, a BNCC mantém uma lógica linear, justaposta, cronológica, e um tanto positivista. Ainda que se discuta sobre a importância da compreensão da relação entre passado e presente, a identificação de eventos tidos como chaves na História do ocidente revela uma padronização dos eventos históricos, imputando-os altos níveis de importância, banalizando elementos nacionais e locais. Tais divisões resultam em fragilidades epistemológicas severas, segmentação do conhecimento histórico, em que alguns conteúdos sempre se apresentam numa ordem de importância maior, em detrimento de outros.

Ainda sobre as críticas dirigidas à BNCC, Ralejo; Melo; Amorim (2021) relacionam a seleção de acontecimentos e sua colocação de forma serial como prejudicial a possíveis novas abordagens e novos olhares, à medida que estes acontecimentos são cristalizados no imaginário popular de maneira privilegiada, representando o uso da memória de forma perigosa, sob o poder do homem branco e de uma visão eurocêntrica. Uma das principais consequências disto? A abordagem defasada ou a não abordagem de conteúdos relacionados à diversidade cultural e étnica, sobretudo num país cuja nação foi construída sobre o colonialismo, miscigenação racial marcada pela violência como *modus operandi* e negação do racismo que é intrínseco às estruturas. A abordagem dos conteúdos relativos à História afro, além de combater paulatinamente todos estes pontos previamente destacados, ganha ainda mais importância, pois:

[...] os estudantes podem reconhecer, de forma prática, que tradições e experiência as confluíram para definir, hoje, a identidade negra dos grupos estudados. Além do mais, abre-se a possibilidade de se avaliar a atuação política dos afro-descendentes para além do período de luta contra a escravidão, perspectiva que predomina nos livros didáticos e no próprio ensino de história (ABREU; MATTOS, 2008, p.15).

Discutir, pois, o legado do colonialismo, escravismo e racismo é essencial, especialmente olhando o contexto cultural brasileiro. Em texto clássico, Lélia Gonzalez (1988) explora a categoria político-cultural da *amefricanidade*, posto a posição do Brasil como terra roubada e usurpada de seus nativos e destino de cativos que viriam a delinear a formação de uma nação. Para a autora, o racismo intrincado no Brasil permanece como uma

estrutura que, disposta de métodos de negação sofisticados, vide a tão comentada democracia racial, nada mais é que uma negação inconsciente das latinidades.

À herança cultural africana presente no Brasil deu-se o rótulo de folclore, ou cultura popular, modos de, sutilmente, minimizar a influência e contribuição da cultura negra para a formação nacional. O racismo, tão discutido e debatido, foi a máxima expressão do colonialismo europeu, somado a ciência europeia. Daí tem-se a naturalização da violência, a exploração e a opressão. Outro ponto levantado por Lélia Gonzalez torna-se importante no contexto desta discussão: as diferentes formas de externalização do racismo nas sociedades latinas, caracterizadas por um racismo por denegação, confirmada pelas teorias raciais já mencionadas, marcas existentes nas sociedades (GONZALEZ, 1988).

Em seu texto “Possibilidades na luta pelo ensino de histórias negras na era das bases nacionais curriculares no Brasil e nos Estados Unidos: a Lei 10.639/2003 e os National History Standarts”, Pereira e Silva (2021) dialogam com os pontos da obra de Lélia Gonzalez ao trazer os EUA em foco quanto às estruturas racistas que existiram, principalmente no que diz respeito ao movimento segregacionista. Os autores apontam:

A valorização da mestiçagem no Brasil, vista como um contraponto aos métodos da segregação racial no Estados Unidos, durante muito tempo, na literatura acadêmica e no senso comum, foi tomada como uma diferença marcante entre as relações raciais desenvolvidas nos dois países. Assim como foram diferentes as formas de articulação assumidas pelos movimentos negros.

Ao passo que o racismo é imbricado às sociedades latinas e ao contrário de países como os EUA, não existe uma legislação que toque especificamente em políticas de segregação no Brasil, a luta antirracista foi dificultada, haja vista que a mobilização do movimento negro não encontrou substância mais rapidamente. O que cabe apontar é que, em ambos os casos, o racismo foi institucionalizado e isto refletiu fortemente nos currículos escolares. A respeito disto, Pereira e Silva (2021 p.3) observam:

Se em termos eugenistas, as teorias raciais implantadas nos Estados Unidos e no Brasil soam radicalmente diferentes, em ambos os casos, tais teorias foram sistematizadas nos currículos escolares e nas narrativas históricas neles performadas, com vistas a delinear um perfil da nação em que os negros foram definidos e tratados como grupo de menor status e cujos estereótipos racistas foram fortalecidos de modo a criar as barreiras consistentes à sua integração na sociedade. Na disciplina de história, a América se convertera em um espaço para a prolongação do homem branco europeu e sua cultura ocidental, onde negros e indígenas seriam apresentados como meros apêndices no processo de aperfeiçoamento da hegemonia branca.

A educação é, antes de tudo, política. Assim, o projeto educacional que se consolidou nos últimos séculos é legado de uma história fortemente atrelada ao colonialismo, desvelada em tentativas de apagamento das culturas negras e indígenas, a exotização de tais culturas, o culto à brancura (lê-se brancura como hábitos perpetuados) e a ideia de que a ciência nasce a partir do homem branco, contribuindo para a consolidação do eurocentrismo tão presente na formação das crianças e adolescentes (PEREIRA; SILVA, 2021).

Como resultado do racismo intrínseco às sociedades americanas, sobretudo EUA e Brasil, tem-se a reprodução no currículo escolar da marginalização e invisibilização da história negra. Na prática pedagógica cotidiana ainda é possível perceber certas violências raciais que vão desde a reprodução de conteúdo extremamente euro-centrados nos livros didáticos à completa exclusão de determinados assuntos dos conteúdos programáticos dos planos de aula (PEREIRA; SILVA, 2021).

No Brasil, a valorização de uma educação contra o eurocentrismo vem da mobilização do movimento negro, como única solução para o enfrentamento de estereótipos racistas e de combate a processos de desvalorização sociais. Sobre a importância da educação para o movimento negro, Gomes (2012b, p. 735) acrescenta:

Ela é compreendida pelo movimento negro como um direito paulatinamente conquistado por aqueles que lutam pela democracia, como uma possibilidade a mais de ascensão social, como aposta na produção de conhecimentos que valorizem o diálogo entre os diferentes sujeitos sociais e suas culturas e como espaço de formação de cidadãos que se posicionem contra toda e qualquer forma de discriminação.

O papel da educação ante a libertação da população negra é tão forte que se tem, em 1930, no Brasil, a criação de instituições de ensino que se voltavam exclusivamente para a sua emancipação ideológica, com o intuito de agrupar, orientar, educar e acolher a população. A Frente Negra Brasileira foi a principal organização responsável por tais feitos e esta experiência abriria precedentes para os debates acerca da educação da população negra no Brasil. Para além de proporcionar a emancipação das ideias, buscava-se também combater a imagem que se tinha da história do negro em detrimento da história até então tida como oficial (PEREIRA; SILVA, 2021).

A partir do afrouxamento do regime militar com a abertura política, os esforços do movimento negro em discutir a educação dentro da pauta racial foram intensificados. No fim dos anos 1970, especificamente em 1978, os debates sobre a educação tinham um enfoque na cultura negra, no racismo, educação, papel da mulher negra, trabalho e política internacional. Destarte, a necessidade de modificar e reformular os currículos escolares como forma de

inserir o negro na história em outra perspectiva ficou mais urgente, resultando na proposta de introduzir na estrutura curricular o ensino de línguas africanas e da história da África (PEREIRA; SILVA, 2021).

A seletividade em relação aos conteúdos expostos em sala de aula e reforçados por décadas é fruto de uma tradição historiográfica que diz muito sobre a concepção de escola que se tem e que é constantemente retroalimentada por microestruturas racistas. Nas palavras de Oliveira e Caimmi (2021 p.16):

O que se ensina e se aprende na escola são escolhas equilibradas entre o que a sociedade preservou e o que ela destruiu para poder se preservar. Assim, a contradição está presente em todas as ações educativas porque estas se situam entre a necessidade de resolver, de forma possível, a equação entre o legitimar determinados saberes, que constituem e explicam a sociedade na qual se vive, e legitimar o extermínio de outros saberes por essa mesma sociedade, no caso, saberes que podem não ser perceptíveis como importantes em uma primeira leitura.

A necessidade de reconhecer os grupos que por muito tempo foram ignorados no processo de formação histórica do Brasil é perceptível nos instrumentos que regem a educação brasileira. A BNCC, ao tratar acerca da área de História nos anos finais do ensino fundamental, nos traz habilidades<sup>41</sup> que norteiam a educação a produzir um processo de ensino e aprendizagem inclusivo e que compreenda a diversidade étnico-racial brasileira. Ao passo que compreendemos que se faz necessário reconhecer esses indivíduos e sua colaboração na construção das historicidades de locais como Caxias, estamos também proporcionando ao receptor dessas informações a possibilidade de um pertencimento para com a sua história local. Reconhecemos que isso é um exercício de difícil execução devido aos livros didáticos nos apresentarem conteúdos que tratam de um espaço histórico muito

---

<sup>41</sup> EF07HI12 - Identificar a distribuição territorial da população brasileira em diferentes épocas, considerando a diversidade étnico-racial e étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática). – (habilidade destinada para o 7º ano).

EF08HI14 - Discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas. – (habilidade destinada para o 8º ano).

EF08HI20 - Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas. – (habilidade destinada para o 8º ano).

EF09HI07 - Identificar e explicar, em meio a lógicas de inclusão e exclusão, as pautas dos povos indígenas, no contexto republicano (até 1964), e das populações afrodescendentes. – (habilidade destinada para o 9º ano).

maior, não permitindo, muitas vezes, esse reconhecimento. Contudo, a própria BNCC nos abre a possibilidade de buscar atingir esse objetivo através da habilidade EF08HI19, que delibera aos docentes buscarem outras fontes que tratem acerca da escravidão nas Américas e seu legado, com isso nos voltamos novamente para o que tanto buscamos objetivar neste trabalho: a construção de um recurso didático que trate de reconhecer a presença dos escravizados africanos em Caxias, para que através disto docentes e discentes de Caxias e região ao mesmo tempo em que seguem os norteamentos dados pela BNCC também estarão compreendendo e reconhecendo os sujeitos africanos na construção do processo de formação histórica da localidade.

A Constituição de 1988 é um ponto interessante no que diz respeito ao papel que o movimento negro desempenhou na referida década. As pautas raciais, bem como a criação de uma agenda voltada exclusivamente para políticas de reparação racial, foram fruto das reivindicações do movimento. Assim:

Em resposta a essas mobilizações, nos anos 1990, várias leis foram sancionadas em níveis estaduais e municipais visando a não adoção de livros didáticos que disseminavam preconceito e a inclusão, por meio de disciplinas escolares, de espaços curriculares com as histórias dos negros no Brasil e a história do continente africano (PEREIRA; SILVA, 2021 p.8).

Nesse movimento, cabe registrar a centralidade da criação das leis de nº 10.639/2003 e 11.645/2008 que, respectivamente, tornaram obrigatório a inclusão no currículo educacional da temática acerca da História e Cultura Afro-brasileira obrigatoriedade igualmente obrigaram o ensino de história e cultura indígena nos currículos da educação básica. Tais leis são percebidas com uma das principais ferramentas de combate ao racismo nos espaços educacionais e representam a grande força de mudança do currículo escolar para com os temas raciais. Nesse ponto, reitero uma conexão já estabelecida entre essa perspectiva de ensino de História e uma “história vista de baixo”: com a inserção destas legislações dentro da educação temos a possibilidade de reparar e reconhecer as histórias dos indígenas e dos africanos e seus descendentes no processo histórico do país, do Maranhão e de Caxias.

Abreu e Mattos (2008) discorrem sobre a educação em torno das relações étnico-raciais e sua importância para o reconhecimento e valorização da identidade negra. Em seu estudo, as autoras reconhecem o significado da lei 10639 ao trazer, para o âmbito da sala de aula, discussões pertinentes sobre o racismo e suas implicações. A um nível mais profundo, constrói-se uma discussão sobre as reais implicações das formulações das diretrizes para a educação étnico-racial no Brasil, sobretudo no que diz respeito às identidades negras (ABREU; MATTOS, 2008).

O movimento de reconhecer a história negra e problematizá-la está, de acordo com Abreu e Mattos (2008), situado em territórios complexos. Primeiramente, cabe mencionar que a construção da perspectiva relacionada à valorização da cultura negra ainda precisa ser relativizada, uma vez que envolve discussão sobre identidade um tanto complexa. A noção de identidade é pautada na alteridade. O reconhecimento de uma cultura afro-brasileira pressupõe conhecimento prévio do que é de fato fruto de uma mistura étnica e do que ainda resiste deste processo. Ao afirmar isto, as autoras pretendem apontar que as diretrizes servem mais a um propósito de reconhecer que existe no imaginário popular e nas instituições um padrão cultural e estético muito voltado para o europeu do que de fato, romper com este (ABREU; MATTOS, 2008).

Quando se dedica um olhar sobre a construção da identidade negra no Brasil, pode-se identificar o fator essencial para que esta se firme: a escravidão atlântica. É impossível tecer quaisquer discussões a respeito das identidades negras sem levar em conta a experiência que o tráfico atlântico proporcionou a seus cativos. A identidade que foi construída não se forjou como mecanismo de sobrevivência, nem como forma de manutenção de costumes que estes povos tinham em suas terras de origem; estas identidades se constroem como resposta ativa ao racismo e sua perpetuação nessas sociedades (ABREU; MATTOS, 2008).

Circe Bittencourt (2018), no texto intitulado “*Reflexões sobre o Ensino de História*”, discorre sobre a transformação no Ensino da História, que vem se delineando principalmente pelo movimento de repensar a História como fruto de uma construção branca, sedimentada nas concepções de raça sob as quais o mundo moderno se firmou. Decerto que as transformações no ensino da História, sobretudo no que diz respeito à História Afro, têm sido observadas, no entanto, ainda existem obstáculos à efetivação completa de uma história mais inclusiva. Os debates em torno da inclusão dos conteúdos relativos à história dos povos africanos têm possibilitado que os historiadores identifiquem questões metodológicas e epistemológicas ainda intrínsecas à história dita oficial, branca.

A mudança nos paradigmas do ensino da História é observada por historiadores do mundo inteiro e pode-se atribuir isso à própria resignificação da História como disciplina, tendo em vista que, à medida que a democracia foi se consolidando no mundo, a História passa de instrumento subjetivo de controle à ferramenta essencial para a construção da consciência crítica e da cidadania.

No Brasil, o ensino da História nas escolas públicas seguiu por um rumo semelhante de problematização nos moldes das escolas europeias. O que deve ser ressaltado é que o Brasil é um país marcado por uma história das elites e a educação, desde a sua gênese, é



espaço de conflitos e disputas ideológicas observadas nas salas de aula, em aspectos como as identidades culturais definidas.

Os projetos do Ensino da História no Brasil sempre estiveram articulados a algum grupo em consonância com seus interesses. No século XIX, o ensino da História efetivou-se a partir dos projetos elaborados simultaneamente à constituição do Estado Nacional Brasileiro, sendo formado principalmente por órgãos que representavam as elites, tais como o Conselho do Estado, a Câmara dos Deputados, e o Senado. Não somente estes órgãos eram responsáveis pelo ensino da História, mas delegava-se também aos líderes das províncias fazerem interferências neste âmbito educacional.

O que esperar disto? A formação de uma elite letrada, sendo composta também por religiosos seculares que acabavam por se firmar, posteriormente, em cargos de liderança e perpetuar este esquema de ensino. Assim, mais uma vez a educação tornou-se instrumento de dominação, e não de emancipação. A primeira proposta de um ensino público foi feita pelo deputado Martim Francisco Ribeiro de Andrada, em 1823.

Na proposta, o ensino da História deveria ser segmentado em séries, nas quais o aluno deveria “[...] seguir a ordem dos tempos, e ordenar no espaço e no tempo, os fatos e observações diversas que lhe forem transmitidos” para, assim, “abarcas suas relações e a criar para si uma lousa da história” (ANDRADA, 1945, p.104 apud BITTENCOURT, p.131, 2018). As modificações propostas por Andrada significavam uma mudança na perspectiva com que a História era ensinada, não mais como fatos isolados, mas que os conhecimentos pudessem ser sistematizados, formando um “quadro da memória”. Desse modo, “A constituição da História sob forma de uma disciplina autônoma incluía, portanto, uma fundamentação sustentada nas relações entre conteúdo e método de ensino e aprendizagem” (BITTENCOURT, 2018, p.132)

Estas modificações foram rejeitadas pela Assembleia Constituinte devido ao seu caráter mais democrático acerca do ensino da História. Em 1826, o deputado Januário da Cunha Barbosa, liberal vinculado à maçonaria e religioso, apresentou um projeto educacional que tocava na existência de um ensino secundário. As ideias do deputado foram aprovadas e a disciplina História passou a ser oferecida em cursos seriados no período imperial. Com a criação do curso de Ciências Jurídicas e Sociais de São Paulo e em Olinda também foi criado um curso preparatório com o objetivo de auxiliar o ingresso dos alunos no ambiente acadêmico. A partir daí, foi um passo para a história e a geografia serem admitidas como matérias obrigatórias nos exames e integrarem a cadeira das instituições de ensino.

Ao longo do tempo, a história foi se firmando no âmbito das ciências humanas, juntamente das ciências linguísticas e estudos literários. Com o tempo, estabeleceu-se também a dualidade entre a história dita sagrada e a história dita profana, conflito posteriormente transformado no debate acerca da constituição de um discurso laico sobre a história. Bittencourt (2018, p.135) aponta:

A concepção de História Antiga laica ou religiosa marcou, então, o debate entre os professores religiosos e laicos sobre o ensino da origem do homem nos currículos de História e de Ciências. E foi pela definição da origem da espécie humana que, entre o final do século XIX e meados do século XX, se constituiu a organização do ensino de História sob o conceito de História da Civilização.

A validação de uma História dita "científica", com ideias baseadas nas concepções de civilização e progresso foi sutilmente sendo incorporada pelas instituições e pelos moldes de ensino. A necessidade dessa "cientificidade" advinha de uma lógica positivista e de cunho metódico e que teve como principal consequência a legitimação de discursos que serviram para manter determinados grupos sociais no poder por décadas a fio, como explicita Bittencourt (2018, p.136):

A introdução da "civilização" e do "progresso" como conceitos fundamentais no ensino de História sofreu contestações por parte de professores e historiadores, mas tais conceitos foram sendo incorporados e consagrados pela elite nacional renovada no período republicano pelos novos "donos do poder", idealizadores da política "café com leite".

Outra consequência dessa ode à civilização e progresso existente no ensino de História foi a naturalização das formas de violência que os europeus praticavam, justificando guerras e disputas por território, extermínio de populações, processos de colonização, opressão e escravidão em nome da ética econômica que é intrínseca ao capitalismo, sistema digno de uma civilização dita avançada.

A autora aponta que, apesar de coexistirem várias questões problemáticas acerca do ensino de História no Brasil, a mais conflituosa era a existente no ensino de História do Brasil, uma vez que "[...] ensino de História estava associado à aprendizagem da leitura por intermédio de temas articulados a um senso moral e cívico, um dever leal para com a Pátria e seus governantes." (BITTENCOURT, 2018, p.137). Assim, a História do Brasil ocupou, por muito tempo, um lugar de subordinação ante a História Geral, sendo Manuel Bonfim o autor de um projeto que visava a implementação da História das Américas no currículo - e embora seu projeto não tenha sido implementado, este representava uma perspectiva inovadora no que dizia respeito à colonização europeia.

A História do Brasil retorna como disciplina apenas em 1942, sempre preservando ideais ligados à pátria e ainda sob um viés eurocentrista. No decorrer das décadas seguintes, o ensino da História modificou-se, ampliando o leque de objetos e conteúdos e incorporando as reivindicações de suas estruturas sociais. A respeito disto, Bittencourt (2018, p,142) destaca:

Os velhos marcos históricos estão sendo revistos, mesmo que paulatinamente, podendo-se introduzir uma história da Antiguidade pelas sociedades indígenas, pela diversidade de uma história econômica da agricultura ou por uma história social pelo trabalho escravo criador das riquezas que sustentam o sistema capitalista do mercantilismo ao neoliberalismo, de uma história das sociedades constituídas antes do aparecimento da escrita, da formação de uma civilização americana miscigenada.

No tocante às políticas educacionais, bem como as ferramentas de regulação, como a BNCC e afins, a autora apresenta uma postura extremamente crítica, uma vez que aponta a subordinação dos conteúdos a uma lógica pautada no liberalismo, marcada também pela influência do capitalismo, que resulta em padronização do ensino, não abarcando a complexidade dos processos históricos, particularidades e contextos. A autora alerta:

Pelas propostas atuais, em âmbito internacional, muitos dos pressupostos humanistas estão sendo relegados e considerados implicitamente retrógrados. Pelos projetos do moderno capitalismo a educação deve se submeter exclusivamente à constituição de identidades integrantes do mundo globalizado, com total diluição das diferenças. E sob essa concepção de “todos iguais” torna-se possível estabelecer formas de avaliação internacional com pretensões de controle sobre conteúdos, métodos em escala internacional. Assim, a formação das futuras gerações deve, necessariamente, basear-se em uma aprendizagem eletrônica que exige uma reorganização pedagógica para que se possa elevar o capital humano ao status do capital financeiro (BITTENCOURT, 2018, p,143).

A reflexão mais urgente proposta é que se olhe para a estrutura mais geral sob a qual o ensino se assenta, por assim dizer. Os conteúdos são rearranjados e discutidos de acordo com padronizações e moldes que refletem aspectos mercadológicos do ensino e da educação, negligenciando amplitudes mais locais que podem ser muito importantes para o aprendizado do aluno e negando o próprio reconhecimento identitário do discente, como um discente negro, ou ainda, um discente negro caxiense/sertanejo no Maranhão.

O reconhecimento da importância do ensino da História da África, bem como de uma história local com a participação dos africanos escravizados no Brasil, se deve a diversos fatores, entre os quais: a população brasileira é fruto de tais interações culturais, feitas de maneira violenta e romantizada por uma elite do branqueamento que se apossou da História

do Brasil; as implicações que este reconhecimento tem numa esfera de reparação racial da população negra no Brasil. Munanga (2015, p. 22) aponta que:

O Brasil, um país que nasceu justamente do encontro de culturas e civilizações, não pode se ausentar desse debate. O melhor caminho, a meu ver, é aquele que acompanha a dinâmica da sociedade através das reivindicações de suas comunidades e não aquele que se refugia numa abordagem superada da mistura racial que, por dezenas de anos, congelou o debate sobre a diversidade cultural e racial no Brasil – vista apenas como uma monocultura e uma identidade mestiça.

A necessidade desse reconhecimento se justifica, uma vez que, politicamente, este reconhecimento confere proteção, no sentido legal, de comunidades vistas como minorias, como as culturas indígenas, territórios do continente americano ameaçados constantemente por invasões e no contexto da diáspora africana, a preservação das identidades dos afrodescendentes. Em termos jurídicos, o reconhecimento destas identidades figura como uma questão de justiça social e direitos coletivos, ações estas que podem ser declaradas enquanto afirmativas.

O ponto que divide opiniões sobre a cultura e o pluriculturalismo nos dias atuais é a lógica maniqueísta que se apresenta por trás destas vertentes. Destarte, assegurar o direito às diferenças é uma questão essencial para a construção da cidadania, mas esta não significa “abrir mão da defesa de nossas semelhanças e nossa identidade humana genérica”. (MUNANGA, 2015, p. 2) A raça, mais uma vez, torna-se o aspecto central sobre a qual tal discussão se desenvolve.

Ao buscarmos tratar a respeito dos negros escravizados em Caxias, estamos permeando em meio ao pluriculturalismo, visto que produzimos uma pesquisa em meio a uma região sertaneja, ribeirinha e que dispõe em sua composição social de negros, indígenas e brancos, diversas experiências e diversas culturas, entendendo todos esses elementos como complexos.

Munanga (2015) afirma que a raça como categoria de diferenciação e de validação do racismo vêm sendo problematizada por profissionais da biologia, que reconhecem a dubiedade desta classificação. No entanto, a hierarquização, desumanização e justificação das violências contra os povos provenientes da raça ficaram marcadas na sociedade e na história destes povos. O desmonte, por assim dizer, da categoria da raça não seria a solução mais rápida e eficaz para estas questões, mas sim uma educação e socialização que enfatizem a coexistência ou a convivência igualitária das diferenças e das identidades particulares” (MUNANGA, 2015, p.25).

A construção de uma identidade racial que reconheça a importância dos povos africanos para a formação do Brasil e, sobretudo, a importância da história do Maranhão, em cidades como Caxias, é, pois, o ponto principal para a retomada da sua própria história. Uma história dita afro-brasileira sem a tomada de consciência e construção da identidade seria uma tentativa alienada de ingresso numa sociedade racista, de acordo com as estruturas até então existentes.

É a partir destas armadilhas identitárias que se pode perceber como a historiografia brasileira nasceu em meio a conceitos e propósitos aliados com a branquitude. O autor destaca que em determinado momento da historiografia chegou-se a negar, abertamente, que o continente africano tivesse lógicas próprias e uma história antes da invasão dos colonizadores, revelando uma perspectiva de que seria a Europa a responsável pelo aparecimento da África na história.

A negação da África foi sistematizada e validada por uma perspectiva historiográfica ligada à visão ocidental e europeia cristã. O maior exemplo deste sistema de negação são as falas e escritos de Hegel sobre a África, submetendo toda a história existente no continente aos dogmas científicos até então estabelecidos. Assim, ainda segundo o autor:

Hegel nega finalmente à África negra, as três formas de historiografia ou maneiras de fazer a história por ele distinguida: a) a história original praticada por Heródoto, Tucídides, Políbio e César e cujo conteúdo é necessariamente limitado; b) a história pensativa que transcende a atualidade na qual vive o historiador e que trata do passado mais recuado como se fosse atual no espírito. Essa história dos historiadores se faz com materiais históricos, daí a importância da metodologia e da crítica na elaboração, interpretação e exposição dos fatos históricos; c) a história filosófica, que pretende considerar filosoficamente a história universal, colocando à luz a relação entre o pensamento e o fato histórico (MUNANGA, 2015, p.26-27).

A falácia de Hegel a despeito do continente africano encontrou na filosofia ocidental substância para permanecer como verdade por séculos. O mais interessante é que a África, lugar de onde saíram as primeiras civilizações, matemáticos, físicos e filósofos, é a verdadeira detentora da filosofia, antes mesmo dos povos do ocidente. Dito isto, a reflexão que o autor busca proporcionar é sobre como a história da África foi reivindicada ao longo dos séculos como forma de criar e consolidar, no imaginário popular em conjunto com a categoria raça, atribuições ao povo africano que ressoam até os dias atuais nas instituições. Assim, “a história de um povo é o ponto de partida do processo de construção de sua identidade” (MUNANGA, 2015 p.31) e a importância em ensinar a história da África consiste justamente em possibilitar que o povo afro-brasileiro se emancipe, conheça e tome posse de sua própria história.

Dada a generalidade própria de materiais didáticos que se pretendem nacionais e o consequente trato da questão da escravidão nesses termos, e após toda a exposição feita neste trabalho acerca da importância de inserir nos currículos educacionais a referida temática, propomos um produto educacional que trate sobre a história local da região de Caxias das Aldeias Altas, enfatizando a presença dos negros africanos na região, e suas vivências como escravizados e sujeitos ativos na construção da história de Caxias.

Aqui se faz necessário voltarmos à BNCC para respaldar a concepção do produto educacional a ser apresentado, visto que a BNCC deve ser entendida como “o coração do processo educacional” (ABUD, 2017, p. 15). A BNCC aponta dez competências para o ensino de História no ensino fundamental e podemos destacar para essa dissertação as duas primeiras: a compreensão de diferentes sujeitos nos acontecimentos históricos e a historicidade do espaço-tempo. Desde as primeiras páginas deste trabalho, pontuamos acerca dos escravizados africanos no processo de desenvolvimento da vila de Caxias e buscamos também mostrar esse espaço, a vila, como um de relevância para a temporariedade aqui delimitada, ao percebermos esses elementos será possível uma melhor relação entre o passado e o presente de Caxias

Historicizar elementos e indivíduos do passado é pertinente para que possamos compreender situações do presente, diante disso é de enorme relevância “considerar a utilização de diferentes fontes e tipos de documento (escritos, iconográficos, materiais, imateriais) capazes de facilitar a compreensão da relação tempo e espaço e das relações sociais que os geraram” (BRASIL, 2017, p. 398). Nesse sentido, a cartilha aqui proposta possibilitará ao professor do ensino fundamental de História, em especial aos professores de Caxias, levar para a sala de aula outro olhar sobre a localidade, de modo a permitir que os alunos reconheçam tais elementos.

Há na BNCC habilidades que se aplicam a esse trabalho de pesquisa, um deles aponta para identificação e distribuição territorial da população brasileira na qual devemos pontuar acerca da pluralidade étnico-racial. Buscamos atingir essa habilidade ao identificar e reconhecer a presença dos negros africanos em terras sertanejas na vila de Caxias; e ao fazermos esse exercício de explorar esses indivíduos, abarcamos outro propósito: compreender as dinâmicas do tráfico de africanos e identificar os sujeitos ativos nesse comércio.

Ao tratarmos sobre BNCC não podemos deixar de mencionar o Documento Curricular do Território Maranhense – DCTMA, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) através da Resolução CEE/MA nº 285/2018. Voltado para as áreas de linguagens, matemática,

ciência da natureza, ciências humanas e ensino religioso da educação infantil e fundamental, a grande preocupação do DCTMA é “[...] dialogar com as diferentes regiões do território maranhense, a fim de considerar a contextualização das aprendizagens, observando as características geográficas, demográficas, econômicas e socioculturais do estado” (MARANHÃO, DCTM, 2018, p.5). O documento se inspira na BNCC, contudo acrescenta à Base uma proposta curricular concebida no documento como “maranhensidade”, visto que

[...] o currículo deve representar os mais diversos aspectos sociais dos atores envolvidos no processo de ensino, ser expressão da construção coletiva dos saberes sociais do povo maranhense, ser extrato de um processo amplo e rico de debates e sugestões, que possibilite a inclusão dos saberes de uma parcela da população historicamente excluída do processo de formulação do conhecimento (DCTMA, 2019, p. 18).

O documento propõe que os professores proporcionem aos seus alunos um processo de ensino e aprendizagem que seja crítico, questionador, investigativo, para que assim não incorram no erro de apenas memorizar fatos que lhe são apresentados em sala de aula. Assim, para que reconheçam a pluralidade étnica do Maranhão, o DCTMA (p. 439, 2019) sugere:

[...] um tratamento problematizador para temas sociais, políticos, culturais e econômicos que possibilite a explicação histórica, feita por diferentes sujeitos, individuais ou coletivos, construída no cotidiano, com contradições e conflitos.

É importante ressaltar que a BNCC e o DCTMA não devem engessar os modelos curriculares, a serem produzidos à luz das diretrizes propostas nos dois documentos, mas adaptados e condizentes com a realidade em que serão inseridos e aplicados.

Assim, escrever a respeito da História dos escravizados africanos em Caxias é proporcionar para as novas historiografias elementos ainda desconhecidos, compreender a importância dessa região sertaneja e de seus sujeitos é perceber o quanto ela se integra a uma história regional, nacional e além-mar e pode assim colaborar também com os espaços escolares, a partir da produção de materiais como o que está sendo proposto nesta dissertação.

Enfim, perceber a importância do passado das pessoas em suas localidades, reconhecendo as particularidades étnicas, os costumes, bem como tem interesse em “identificar as ascendências e descendências” daquelas pessoas nos seus diferentes redutos históricos. Tal perspectiva abre a possibilidade para as diferentes histórias locais e a formação das identidades nos seus redutos, mas ao mesmo tempo lança a compreensão de que essas histórias podem ser elencadas em “momentos históricos nacionais”, tais como a própria consequência e/ou participação de Caxias no cenário da independência nacional ou na adesão

à independência no Maranhão, bem como no impacto sobre a temática da escravidão no Brasil ou, ainda, no impacto da política de fim do tráfico de escravos.

### 3.3 Materiais didáticos como instrumentos para o conhecimento

Circe Bittencourt (2009) conceitua os materiais didáticos como um intercessor no processo de ensino-aprendizagem, tendo este por função maior proporcionar ao aluno ou ao docente uma profundidade para além daquilo que dispomos nos livros didáticos. A autora ainda pontua que os materiais didáticos podem ser classificados como *informativo* e *documentos*. O primeiro sendo tudo aquilo elaborado com a intenção de informar, referente às disciplinas escolares, aqui podemos dar o exemplo de livros didáticos, dicionários, mídias digitais educativas. Já os materiais didáticos da vertente *documentos* seriam os jornais, contos, músicas, que aos serem produzidos não tinham como público alvo o espaço escolar, destinação que depende do docente inseri-los como recurso no processo de ensino-aprendizagem. Para a situação que estamos propondo neste trabalho, nosso produto estaria enquadrado na vertente informativa, visto que temos um público escolar, tratamos sobre uma temática disposta nos livros didáticos.

Entende que os materiais cumprem diferenciadas funções. São depósitos de informações para professores e alunos, guiando e estruturando o processo de ensino e aprendizagem. Sua discussão está pautada nos materiais comercializados, que têm a função de portadores de informações, ao mesmo tempo regulando os processos pedagógicos (SILVA, 2013, p.6).

É extremamente importante ressaltar que os materiais didáticos não devem substituir os livros didáticos, eles devem ser complementares e assim servirem como auxiliares dentro da relação professor-conhecimento-aluno. Comumente, o recurso didático mais utilizado em sala de aula é o livro didático, que na maioria das vezes não atende às necessidades temáticas das regiões, neste caso, o docente deve buscar materiais que venham a atingir as necessidades conteudistas locais, por meios de outros materiais de suporte ao ensino. Fernandes (2017, p. 295) nos apresenta o que poderia ser classificado como material didático, vejamos:

De uma perspectiva ampla, todo material (textos, imagens, objetos, mapas, músicas, filmes, etc.) utilizado em sala de aula, para mediar a relação do aluno com o conhecimento, pode ser considerado material didático e intermédio no processo de descoberta do mundo por estudantes de diferentes idades.



O leque de possibilidades é bem vasto e aqui caberá ao docente saber escolher aquele que será de melhor apreensão para os seus alunos. Ao realizar a escolha o professor deverá atentar para as particularidades daquele material; vale ressaltar que ao escolher materiais que estejam classificados como *documentos*, é necessário que se tenham comentários explicativos a respeito da sua primeira definição, visto que antes de se tornar um material didático este tinha outra função. Bittencourt (2008) propõe um esquema de análise desses documentos antes de serem aplicados como materiais didáticos.

A autora afirma que ao fazermos a inserção de documentos em situações pedagógicas é de bom tom realizar a análise esquematizada acima, assim saberemos identificar suas características e como inseri-los na temática trabalhada. Propomos para este trabalho material didático, que de acordo com Bittencourt (2008) seria um material informativo, já que a intencionalidade da sua utilização é voltada para o âmbito escolar. Queremos proporcionar através dessa produção uma História de Caxias que provavelmente não veremos nos livros didáticos comuns e que contemple uma reflexão sobre os sujeitos escravizados africanos nesta região, localidade sertaneja, de relevância política e econômica no cenário histórico local e nacional.

### **3.4 Produto educacional “Vila de Cachias: a presença dos negros em terras caxienses”**

Diante das discussões levantadas nos tópicos e subtópicos anteriores, na qual se ressaltou a relevância de produções acerca da história local dando ênfase aos sujeitos históricos que foram esquecidos e/ou marginalizados, e diante da importância e necessidade de inserir no âmbito escolar materiais didáticos que venham a contribuir para esse processo de reformulação do ensino-aprendizagem em História, apresentamos o material didático desenvolvido juntamente com esta dissertação de mestrado intitulado “Vila de Cachias: a presença dos negros em terras caxienses”. Este recurso pedagógico visa contribuir com as metodologias ativas do ensino de História no Ensino Fundamental II da Educação Básica.

O material didático foi planejado com o propósito de ajudar o docente de História do Fundamental II nas aulas que tenham como temática: tráfico negreiro, escravidão e história do Brasil e do Maranhão no período colonial/primeiros anos do Império. É importante frisar que este material poderá ser utilizado em outros níveis da educação básica, contanto que o mesmo seja adaptado ao nível de ensino destinado, levando sempre em consideração as habilidades e

competências exigidas pela BNCC e também ponderando acerca da realidade e necessidades do corpo discente.

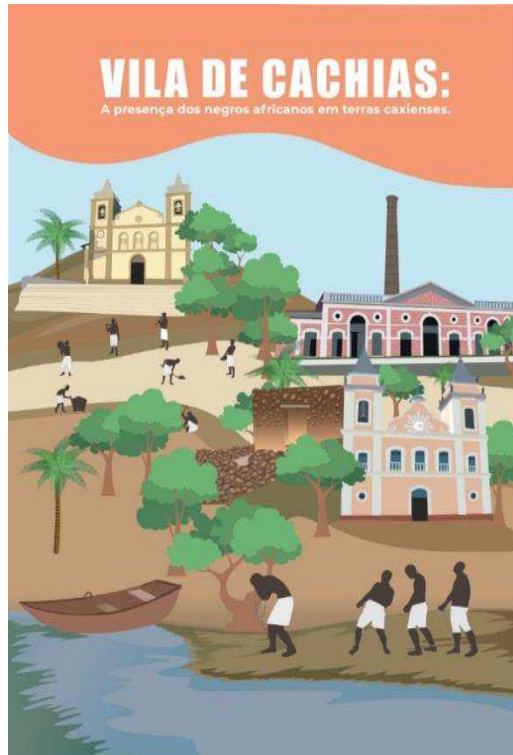
Ao elaborarmos o produto educacional, inicialmente buscamos maneiras de abordar uma temática tão densa como os africanos escravizados na história local para os alunos da educação básica, de forma didática e mais simples. Como o material tem como público-alvo o corpo docente, foi possível utilizarmos, em alguns momentos, textos com linguagem mais complexa, contudo, ainda mantendo um viés didático e de fácil compreensão. Os objetivos deste recurso pedagógico são: proporcionar em sala de aula, primeiramente, o reconhecimento da presença de escravizados em Caxias; possibilitar a compreensão dos efeitos da escravidão nos dias atuais e, por fim, perceber Caxias como uma região de relevância para a história do Maranhão. Como já dito anteriormente, a intenção dos materiais didáticos na sala de aula é alargar as discussões acerca de temáticas mais locais e subjetivas, esse contato mais próximo entre o espaço e sujeitos com a realidade dos alunos torna o processo de ensino e aprendizagem mais leve. Fazendo uso de recursos iconográficos, mapas, tabelas, atividades, buscamos oportunizar aos alunos, por meio do professor, um olhar consciente, crítico e reflexivo acerca do mundo em que estão inseridos (BRASIL, 1998).

Na tentativa de melhor acessar o material didático aqui produzido, inicialmente visamos deixá-lo disponível em formato digital, para que assim possa ter um maior alcance entre os docentes, que deste modo poderão compartilhar e divulgá-lo com mais facilidade. Entendemos que o produto educacional “Vila de Cachias: a presença dos negros africanos em terras caxienses”, ao unir imagens, textos, mapas, gráficos e tabelas, tem muito a contribuir na construção do saber histórico dentro da sala de aula ao ser trabalhado dentro nas temáticas que lhe são afins, além de possibilitar aos docentes alcançar com mais facilidade a boa execução da sua função no processo de ensino e aprendizagem. É de suma importância ressaltar que o produto vem para agregar na metodologia do docente, se tornando assim um recurso didático que aproxima e situa o alunado no espaço e tempo histórico. Abaixo está a capa do produto educacional.

A capa foi produzida com o auxílio de duas caxienses, a artista plástica Raquel Freitas e a designer gráfica Saiwry Sousa. Inicialmente a elaboração se deu em reuniões ocasionais com Raquel para assim pensarmos quais elementos seriam importantes constar na ilustração, posteriormente, com intenção de vetorizar a imagem Saiwry nos auxiliou. A contribuição das duas caxienses não é algo fortuito, visto que uma produção dessa, dada sua originalidade deve ser pensada com os elementos e pessoas locais. É pensar símbolos que possam ser

importantes para a região, a melhor forma de fazer história local é com o auxílio daqueles que pertencem àquela história e localidade.

**Figura 5-** Capa do produto educacional



**Fonte:** Elaborada pela autora, Raquel Freitas e Saiwry Sousa para dissertação, 2022.

Ao elaborar a capa, buscamos colocar elementos que ao olharmos de imediato fosse possível identificar que se trata de espaços que fazem referência a história de Cachias. Na parte superior das imagens encontra-se centralizado o título do produto. Logo abaixo do lado esquerdo superior nos deparamos com a representação da igreja de Nossa Senhora dos Remédios, conhecida como Igreja Catedral, construída no século XIX e que durante a Guerra da Balaiada (1838 - 1841) serviu como depósito de munições. Continuando ainda na parte do superior, porém agora do lado direito, há a representação do atual Centro de Cultura José Sarney, antes Fábrica União Caxiense, inaugurada em 1889. Souza (2016, p.77) nos apresenta mais detalhes acerca da fábrica têxtil, vejamos:

Uma construção suntuosa de origem inglesa com fachada em estilo neoclássico, planta quadrangular de estrutura metálica vindas dos Estados Unidos e Inglaterra, o monumento mede 52 metros de frente, 68 do lado direito e 40 do lado esquerdo. A mão de obra era composta pelo trabalho feminino, na qual as mulheres eram chamadas de “pipiras”.

Mais abaixo vemos a representação das ruínas do quartel general localizado no Morro das Tabocas, atual Morro do Alecrim, que serviu de abrigo às tropas de Luís Alves de Lima e

Silva, o Duque de Caxias, e para José da Cunha Fidié, respectivamente durante a Guerra da Balaiada e o processo de adesão de Caxias a Independência. Ao lado do desenho das ruínas temos a representação da Igreja de São Benedito, criada nos anos 1835/36. A igreja possui um dos mais tradicionais festejos da cidade e foi ali que Caxias recebeu o título de “Princesa do Sertão”.

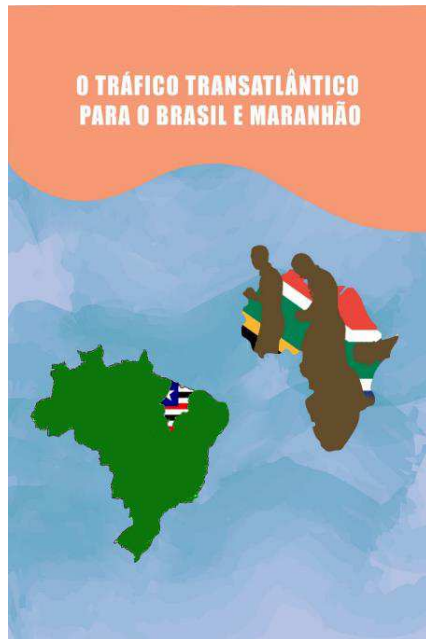
Já na parte inferior da imagem vemos a representação do rio Itapecuru, principal canal de comunicação entre Caxias e São Luís e outras regiões, por onde vertia a economia e a sociedade que vivera na região em seus primórdios. E por último, mas não menos importante, temos a presença dos negros escravizados que compunham a sociedade no período colonial e imperial em Caxias.

Acerca da estrutura do material, ele encontra-se organizado com capa, folha de rosto, apresentação, sumário, três tópicos textuais: *01 - o tráfico transatlântico para o Brasil e Maranhão; 02 - população negra do Maranhão e de Cachias –MA nos censos do IBGE; 03 - Memórias da presença dos escravizados africanos em Cachias – MA*, além das atividades e materiais sugeridos; referências; glossário e apresentação da autora.

O produto educacional foi desenvolvido nos moldes de um livreto, fazendo uso de uma folha tamanho A4 em orientação horizontal, sendo assim duas páginas por folha, perfazendo um total de 94 páginas. Ao ser impresso<sup>42</sup> sugere-se que se utilize papel couchê com brilho para uma melhor impressão das imagens, textos e gráficos. Todo o processo construtivo do material ocorreu através do uso do Canva, Power Point, Photoshop e Corel Draw, aplicativos e plataformas de edição gráfica. Abaixo podemos ver as imagens referentes aos tópicos do produto educacional:

---

<sup>42</sup> Pontuamos que o trabalho originalmente foi apresentado em versão digital.

**Figura 6** - Capa do primeiro tópico do produto**Figura 7** - Capa do segundo tópico do produto

**Fonte:** Elaboradas pela autora e Saiwry Sousa para dissertação, 2022.

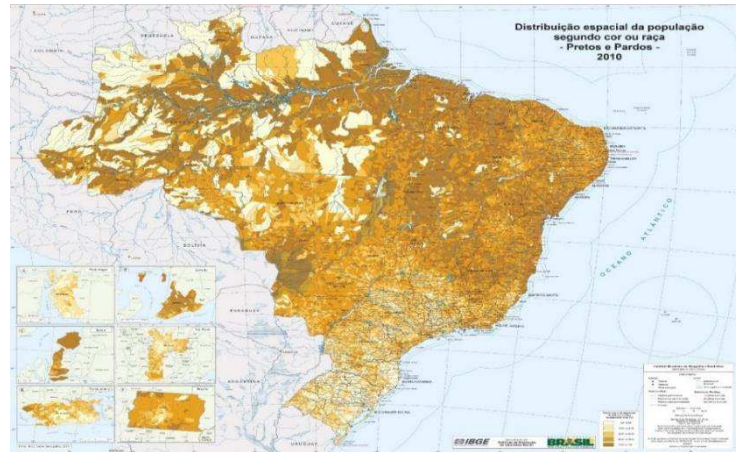
O primeiro tópico intitulado “*O tráfico transatlântico para o Brasil e Maranhão*” está subdividido em três tópicos: 1) Introdução; 2) O tráfico de escravizados africanos para o Brasil e 3) O tráfico de escravizados africanos para o Maranhão. Nesta seção apresentamos textual e numericamente a proporção gigantesca do tráfico de escravizados africanos para a América portuguesa, seus portos de procedência e o sistema econômico em que estava inserido. Fizemos uso dos dados disponíveis no Banco de dados do Tráfico de Escravos Transatlântico (Slave Voyage)<sup>43</sup> para apresentar com mais exatidão os portos de embarque e desembarque dos escravizados. Usando os recursos iconográficos mostramos as rotas do tráfico negreiro no Atlântico. Para melhor elucidar a discussão levantada, dialogamos com Rafael Chambouleyron, Russell-Wood, Reinaldo Barroso Junior e Flavio Gomes sobre a presença de escravizados na história local e conseguimos delinear melhor o quadro de entrada dos africanos no Brasil e no Maranhão.

*População negra do Maranhão e de Caxias nos censos do IBGE* é o título do segundo tópico, aqui apresentamos a população negra através do censo de 1872, 2000 e 2010. Através dos gráficos e mapa utilizados neste tópico foi possível visualizar que a sociedade

<sup>43</sup> O Banco de dados do Tráfico de Escravos Transatlântico é resultado de décadas de pesquisa. Gerenciado pela Universidade de Emory, localizada nos Estados Unidos, o seu grande acervo sobre as viagens de escravizados para diversas partes do mundo efeitos é resultado de pesquisas colaborativas e independentes de estudiosos do mundo todo. Atualmente o banco tem catalogado dados referentes a 35 mil viagens no Atlântico, na qual trouxeram aproximadamente 12,5 milhões de africanos para as Américas..

brasileira em suma é composta por homens de cor (pretos e pardos) e isso é um grande reflexo do sistema escravista no Brasil.

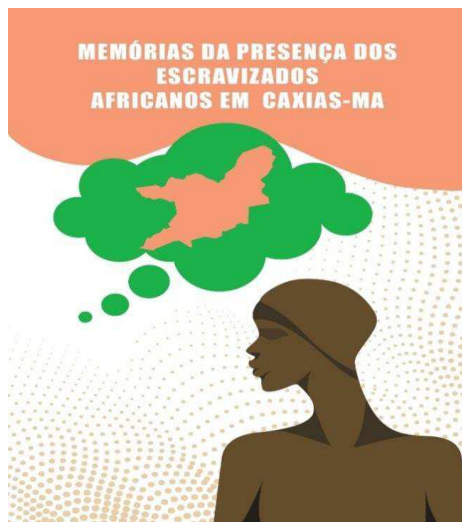
**Figura 8** - Mapa utilizado no material que mostra a divisão da população preta e parda



**Fonte:** IBGE, 2010.

O tópico seguinte, *Memórias da presença dos escravizados africanos em Caxias -MA*, encontra-se organizado em torno de três subtópicos: 1) *A presença dos escravizados africanos em Caxias – MA*, 2) *Os negros na Revolta da Balaiada* e 3) *Quilombos em terras caxienses: símbolo de resistência e da presença dos escravizados africanos*. Aqui buscamos trazer as vivências e as experiências dos negros em Caxias. Inicialmente fazemos uma breve contextualização acerca da história de Caxias, posteriormente apresentarmos alguns gráficos elaborados através dos inventários do ATJMA, que mostram a presença dos escravizados africanos em Caxias. Mencionamos a presença dos negros e escravizados na Guerra da Balaiada e por fim apresentamos as memórias dos quilombolas que vivem na região de Caxias, abaixo podemos visualizar a capa deste tópico.

**Figura 9** - Capa do terceiro tópico do produto



**Figura 10** - Capa do último tópico do produto



**Fonte:** Elaboradas pela autora e Saiwry Sousa para dissertação, 2022.

Na imagem 9 buscamos ilustrar de forma simples os indivíduos negros, representados por esse boneco em primeiro plano e, ao fundo, pela alusão a um pensamento com o mapa de Caxias dentro. Tentamos pontuar a partir dessa capa que as memórias dos negros da região de Caxias e que o conhecimento acerca das suas histórias e sua participação no processo histórico da cidade estão alheios a eles. Assim, a representação do pensamento em direção ao negro objetiva mostrar que os mesmos estão se apoderando das suas próprias histórias e memórias.

É importante ressaltar que neste tópico fizemos uso do trabalho desenvolvido em 2006 pelo projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, que elaborou um mapeamento dos quilombos situados nas proximidades do município de Caxias. Fizemos a visita em dois quilombos, o do Jenipapo e o Soledade, onde conversamos com lideranças que nos contaram suas histórias de luta em defesa da terra e sobre seus antepassados que foram escravizados por senhores em Caxias. É muito importante frisar que buscamos contato com outros quilombos, contudo, com alguns não tivemos retorno e outros, devido aos medos causados pela pandemia da COVID-19, optaram por não nos receber nesse momento.

Continuando a sequência organizacional do produto temos um tópico intitulado *Indicação de materiais e atividades sugeridas; as referências bibliográficas utilizadas na construção do produto educacional e um pequeno glossário*. Neste tópico indicamos outros recursos didáticos, como livros, filmes, plataformas digitais para que o professor possa continuar se informando acerca da temática apresentada no produto educacional. Pontuamos que para todos os materiais audiovisuais foi verificada a classificação indicativa, de modo que eventuais usos sejam coerentes com o público discente do ensino fundamental maior.

Sugerimos também algumas atividades com o intuito do professor fazer uso em sala de aula para colaborar no processo de apreensão do conhecimento histórico desejado.

**Figura 11-** Materiais indicados no produto educacional

Vila de Cachibá: a presença dos negros africanos em terras caixianas

Thalita Costa Souza

APRESENTAMOS AQUI ALGUMAS INDICAÇÕES QUE PODEM CONTRIBUIR PARA MELHOR COMPREENSÃO DO CONTEÚDO APRESENTADO. DIVIRTAM-SE.

**Livros**

- Balaiada – A Guerra do Maranhão (Iramir Araújo – Livro em quadrinho)
- CUMBE (Marcelo D'Salete – Livro em quadrinho)
- História Geral da África Vol I – VIII (Portal do MEC ou UNESCO)
- O que Há de África em Nós - (Wlamyra Albuquerque)

**Monografias e Dissertações**

- Escravidão e Liberdade: Batismos de livres filhos de carivas entre 1871 e 1876 na Matriz de Santa Rita e Santa Filomena de Codó/MA (MONOGRAFIA - Raimundo Assis da Silva)
- ESCRAVIDÃO NO MARANHÃO: Resistência negra à escravidão na região da ribeira do Itapecurá nas décadas de 1870 a 1888 (MONOGRAFIA - Francineide da Silva Leal Silva)
- Ensino de história e cultura africana e afro-brasileira: uma análise da aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003 no ensino fundamental II da U.E.M. "Heleô de Sousa Queiroz", em - Caxias - MA (DISSERTAÇÃO - Meirelde de Sousa Medeiros)

**Sites**

- O Museu Escola Memorial da Balaiada e o Ensino de História: identidades, história local e formação de consciências históricas em Caxias/MA (DISSERTAÇÃO - Patricia Silva Santos)
- Biblioteca Nacional - Slave Trade - BNDigital (<http://bndigital.bn.br/projetos/escravos/introducao.html>)
- Escravo, nem pensar! (<https://escravonempensar.org.br/>)
- IdentidÁfrica (<https://mirandas.wixsite.com/identidafrica>)
- Império do Brasil e a Segunda Escravidão (<http://segundoescravidao.com.br/>)
- Memórias de África e do Oriente (<http://memoria-atrica.uia.pt/Home.aspx>)
- Mulheres na história da África (<https://unesdoc.unesco.org/>)
- Porta Geledés (<https://www.geledes.org.br/>)
- Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (<http://novacartografiasocial.com.br/>) - Fscículo 8 Quilombolas de Caxias do Maranhão

**Videos e Filmes**

- A rota do escravo - a alma da resistência
- Memórias 23: infâncias perdidas no Brasil
- Uma história de amor e féria
- Zaráti

82

83

**Fonte:** Elaborado pela autora para a dissertação, 2022.

### 3.5 O produto educacional aos olhos dos professores

A elaboração deste produto educacional tem como principal destinatário os professores de História que atuam no Ensino Fundamental II. Logo, se faz coerente sabermos a opinião deles com relação ao recurso didático proposto. Para alcançarmos seus posicionamentos fizemos uso de um questionário, compreendido aqui “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” (GIL, 1999, p. 28 apud CHAER; DINIZ; RIBEIRO, 2011, p.260). Nessa perspectiva, somente através da aplicação do questionário poderemos ter acesso a realidade que buscamos atingir através deste recurso didático.

O questionário usado contém onze questões (Apêndice 01) que tratam desde a estrutura ao conteúdo do produto educacional. Com relação ao formato de resposta escolhido, optamos por manter duas: dicotômicas e questões abertas. Preferimos por assim manter, visto que somente a primeira forma não seria muito aconselhável já que se trata de questões mais objetivas, deixando assim o indivíduo que responde ao questionário muito limitado diante de suas respostas (CHAGAS, 2000). A junção das duas formas nos possibilita uma facilidade e rapidez na aplicação e análise. Registre-se ainda que foi possível agregar as experiências e



críticas dos docentes, já que puderam expor suas opiniões para além das alternativas apresentadas.

Buscamos captar uma quantidade maior de opiniões de docente, contudo ficou perceptível que há uma resistência relacionada às dificuldades dos professores em querer lidar e dialogar com objetos como esses. Alguns dos docentes que entramos em contato não se sentiam confortáveis/confiantes para tecerem comentários acerca de temáticas sobre história local e história da África; outros alegaram não ter disponibilidade para realizar a avaliação do produto educacional.

Buscamos não nos limitar em aplicar o questionário somente com professores que atuassem no município de Caxias, visto que acreditamos que estamos conectados com outras histórias, sejam elas locais e regionais. Podemos dar aqui como exemplo o município de Aldeias Altas, que até o ano de 1962 fazia parte dos limites municipais de Caxias. A intenção do produto, para além de reconhecer a presença dos escravizados africanos em terras caxienses e auxiliar o docente na sala de aula, é apresentar Caxias inserida no sistema escravista que fez conexões locais, regionais e continentais.

Para a avaliação do produto educacional contamos com a participação de sete professores que atuam na educação básica de Caxias e região, tendo apenas um docente que atua em outra unidade federativa, Florianópolis, capital de Santa Catarina<sup>44</sup>, localizada na região do sul do Brasil. Iremos identificá-los enumerando de 01 a 07, mas para uma melhor visualização das respostas podem consultar o apêndice 04. Abaixo podemos observar a tabela contendo os locais de atuação e algumas informações sobre os docentes:

---

<sup>44</sup> A presença da docente nº 06 se justifica pela afinidade com a temática. Durante sua graduação fez parte do NEÁFRICA - Núcleo de estudos, pesquisa e extensão sobre África e o Sul Global e atuou em projetos de iniciação científica que tratavam acerca da escravidão do Maranhão. Outro ponto interessante refere-se às suas vivências em sala de aula, já que atuou como docente em Caxias e agora ocupa tal posição na região sul. Acreditamos que as duas experiências em localidades tão distintas e com realidades tão díspares poderia contribuir no processo avaliativo do produto. Em uma conversa informal, quando questionada acerca da presença de recursos didáticos sobre escravidão, ela relatou que ao tratar sobre Balaiada, teve que fazer uso de um material produzido aqui no Maranhão; e para tratar da temática de escravidão teve que fazer uso de outros recursos, como filmes, produções historiográficas, visto que os livros didáticos trazem uma discussão muito superficial. Nessa mesma conversa, me informou sobre a presença de sites como o Santa Afro Catarina, que é um programa desenvolvido na UFSC que trata acerca dos percursos históricos associados à história da presença africana e afrodescendente no estado catarinense. Como a vivência da docente nas duas realidades, nordeste e sul do país, defendemos que sua avaliação é de enorme valia para na produção do recurso didático produzido nesta pesquisa.

**Tabela 7** - Identificação dos docentes que responderam ao questionário.

PROF.	SEXO	TITULAÇÃO	REDE DE ENSINO	REGIÃO ONDE ATUA
01	M	Especialista	Municipal e Estadual	Caxias -MA
02	M	Especialista	Municipal e Privada	Coelho Neto - MA
03	F	Especialista	Privada	Caxias - MA
04	M	Graduação	Municipal	Aldeias Altas - MA
05	F	Especialização	Municipal	Caxias - MA
06	F	Especialização	Estadual	Florianópolis - SC
07	M	Especialização	Municipal	Caxias - MA

**Fonte:** Elaborada pela autora para a dissertação, 2022.

Ao analisarmos as respostas apresentadas nos questionários, foi possível observar que há uma necessidade de mais recursos didáticos e paradidáticos para a história local dentro da sala de aula. Os professores reconhecem a importância de um material que trata acerca da presença dos africanos escravizados em Caxias, visto a ausência do conteúdo nos livros didáticos.

Ao serem questionados acerca da estrutura, linguagem e conteúdo do produto, os professores concordam que o mesmo dispõe de uma linguagem adequada e objetiva, que o produto segue uma ordem de desenvolvimento coerente. Entretanto, um docente pontuou sobre a mediana qualidade/resolução de algumas imagens, informou que o “[...] único apontamento é em relação à qualidade da imagem de alguns mapas e gráficos, mas nada que dificulte o entendimento das discussões expostas.” (Professor 06). Os mapas utilizados no produto educacional foram retirados de sites, atlas e de outras pesquisas científicas que tratem sobre o Maranhão. Possuem uma temporalidade de criação de aproximadamente uma década, isso pode ser um enorme fator de definição da qualidade das imagens, mas ressalto que esse é um ponto que pode ser revisto, atualmente dispomos de aplicativos e softwares que poderão sanar o problema identificado.

As duas últimas questões dão uma grande abertura para que os professores possam expressar suas opiniões a respeito do produto educacional, vejamos abaixo as respostas:

**Tabela 8 - Resposta dos docentes para a questão de nº 10**

<b>Questão 10: Qual é a principal contribuição (se houver) desse produto para as aulas de História?</b>	
<b>PROF. 01</b>	Fornecer um leque de possibilidades para professores e pesquisadores se debruçarem sobre a história de Caxias.
<b>PROF.02</b>	A principal contribuição desse produto para uma aula de história no Maranhão é a realidade local que deixam de existir nos livros didáticos.
<b>PROF.03</b>	Creio que este material será de grande utilidade para que possamos construir uma ligação mais plausível entre a história global e a história local. Ao situar a escravidão dentro da região de Caxias, é possível compreender, de fato, a dimensão deste processo e os impactos para a formação do povo maranhense, bem como o povo brasileiro.
<b>PROF.04</b>	Bastante enriquecedor para a História local, abordando um novo olhar para a história que foi esquecida, ou seja, não mencionada nas instituições educacionais e Museus.
<b>PROF.05</b>	O produto em questão é relevante, devido a pouco material didático sobre a temática, e o mesmo apresenta, texto bem didático e de fácil compreensão, para aplicação em sala de aula.
<b>PROF.06</b>	A vivência particular das pessoas escravizadas é de grande contribuição para entender que aquelas pessoas não eram meros objetos como eram tratados. O que se encontra sobre a vivência escrava no Brasil, por exemplo, nos livros didáticos são informações de forma generalizada, e através do material didático é evidenciado que eram sujeitos, pessoas com sentimentos, ideias e opiniões próprias e isso é exposto através dos relatos, além dos dados quantitativos de africanos que adentraram no Brasil juntamente com a comparação de pessoas negras em várias regiões do Brasil, isso ajuda a entender o porquê de estudar História da África nas escolas de educação básica, o entendimento de que temos uma identidade brasileira formada pela vinda dessas pessoas para o Brasil.
<b>PROF.07</b>	A pesquisa sobre escravidão dentro do contexto maranhense

**Fonte:** Elaborado pela autora para a dissertação, 2022.

Tais respostas reafirmam de algum modo premissa sustentada ao longo desse trabalho: a relevância de produtos educacionais que tratem sobre a história local. Como mencionado pelo Prof. 06, a importância de se dedicar a estudar estes sujeitos que fazem parte de todo processo de formação histórica do Brasil, somente ao passo de serem enfatizados e reconhecidos dentro das salas de aula como sujeitos ativos da História será possível a construção de uma historiografia mais comprometida com mudanças e, por conseguinte, mais democrática. Ao olharmos as respostas acima vemos que o professor 01 pontua que o material além de colaborar no espaço da sala de aula, sendo um auxiliar para o professor no processo de ensino de história de Caxias e da escravidão, também seria útil aos pesquisadores, e diante disto podemos visualizar que “furamos uma bolha”, visto que objetivamos como público alvo deste material os docentes. O professor 02 comunga com aquilo que

apresentamos neste trabalho, acerca da ausência de materiais didáticos que tratem sobre história local - vale pontuar que o professor 02 é docente na região de Coelho Neto, município que fica a 105 km de Caxias, mas reconhece que um material sobre a região de Caxias pode contribuir em suas aulas. Tal integração também transparece na resposta dada pelo professor 03, ao tratar da necessidade de tratar da história local interligada com outras localidades.

A última questão permitiu que os professores tecessem críticas ao produto educacional, vejamos o que foi apontado:

**Tabela 9 - Resposta dos docentes para a questão de nº 11**

<b>Questão 11: Após a leitura e análise apresente suas principais críticas ao produto educacional: <i>VILA DE CACHIAS: a presença de negros africanos em terras caxiense</i></b>	
<b>PROF. 01</b>	Uma questão interessante é a relevância dada à fundamentação teórica da obra como Milson Coutinho, João Renôr, Carlota Carvalho, Maria do Socorro Cabral e vários outros historiadores que de alguma forma relevaram a história do sertão maranhense e Caxias das aldeias altas.
<b>PROF.02</b>	A minha única crítica referente ao material está relacionada ao tópico que fala sobre Balaiada, como a proposta da pesquisa é ser um material didático para o Ensino de História no Maranhão faltou se aprofundar mais nessa perspectiva dos negros e a Balaiada, pois nos livros didáticos esse movimento dos Balaios em Caxias não tem um aprofundamento tão importante, e isso faltou no seu material, devido a riqueza histórica que existe entorno do movimento da Balaiada.
<b>PROF.03</b>	No geral, as críticas são boas e relacionadas apenas a futuras melhorias no material, que já está excelente. A utilização deste material em sala de aula seria de fato inovador no contexto educacional caxiense, onde pouco se estuda a história de Caxias, ainda mais sobre os processos relacionados à escravidão. Destaco também a originalidade e a ótima escrita, que ao se manter objetiva e clara, foge de termos rebuscados que tendem a afastar o leitor e espantar o interesse dos alunos.
<b>PROF.04</b>	O material educacional é bastante enriquecedor para as aulas de História, principalmente quando abordamos história local, pois sabemos das dificuldades de tratar sobre história local dentro das salas de aula e isso se deve pela quase inexistência de recursos pedagógicos que dedique ao estudo local. O material é ideal para se trabalhar em sala de aula, pois é coeso e prático. Um excelente material.
<b>PROF.05</b>	Só tenho a agradecer, pelo material, será de grande valia, para as aulas de história, principalmente, para os alunos de 8º e 9º ano.
<b>PROF.06</b>	De forma geral, o trabalho é de suma importância; contribui absolutamente como apoio didático. Os dados sobre a quantidade de escravos que adentraram no Maranhão se tornam fonte para trabalharmos a questão cultural e racial do nosso estado e, obviamente nas outras regiões do Brasil, relacionando a influência cultural desses povos em cada região. Dessa forma, os dados evidenciados enriqueceram o trabalho, além de ressaltar e destacar a memória local de Caxias - MA.

**PROF.07** O material é rico em dados, tabelas e gráficos que ajudam a contextualizar o Maranhão dentro das discussões sobre escravidão na sala de aula, apresenta também a formação da cultura maranhense, que por sua vez é de grande benefício na disciplina de história dentro do ensino fundamental.

**Fonte:** Elaborado pela autora para a dissertação, 2022.

Na tabela acima o Prof.02 faz um apontamento acerca do desenvolvimento dado a discussão sobre a Revolta da Balaiada e a presença dos negros no produto educacional. Reconhecemos que a discussão acerca da revolta se encontra similar ao que é apresentado nos livros didáticos ou em outros manuais educativos, contudo se faz necessário pontuar que o foco deste trabalho não é a Revolta da Balaiada, buscamos situá-la para agregarmos ainda mais indícios dos negros escravizados em Caxias, e devido a sua complexidade histórica se nos dispusemos a tratar de forma mais aprofundada sobre a Balaiada, se faria necessários nos dedicar a inserir mais umas três laudas no material, para tentarmos assim abarcar de forma mais completa toda a sua historicidade e isso não seria, editorialmente falando, interessante para a estrutura do produto educacional.

De modo geral as avaliações dadas ao produto foram muito positivas. O produto se mostra útil e necessário dentro da sala, visto que traz uma discussão mais local, com dados quantitativos, recursos imagéticos, não sendo tão abrangente e fazendo com que o leitor (o docente) e aquele que futuramente será o receptor do conteúdo do produto (os alunos) estejam mais próximos da história que se apresentando em sala de aula.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho dissertativo aqui desenvolvido, nomeado *de AFRICANOS ESCRAVIZADOS NA RIBEIRA DO ITAPECURU: produção de um material didático acerca da presença dos escravizados africanos na Vila de Cachias das Aldeias Altas (1754-1830)* se propôs ao desafio de evidenciar a presença de negros africanos escravizados na região de Caxias – MA; juntamente com esse trabalho, propomos a elaboração de um produto educacional voltado para os professores e professoras de História do ensino fundamental da educação básica com foco nas memórias e na presença dos escravizados africanos em terras caxienses.

O primeiro passo para o reconhecimento desses sujeitos foi inicialmente compreender o espaço histórico em que estavam inseridos. Diante da quase inexistência de produção historiográfica acerca de Caxias no período colonial, se fez necessário nos debruçarmos sobre documentações existentes no Arquivo Histórico Ultramarino e nos inventários do Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão, que nos serviram de base para denotar a presença e a importância dos africanos para a história local, regional e nacional e somente assim foi possível visualizarmos este espaço histórico. Tentar visualizar Caxias em pleno século XVIII foi um desafio que nos fez percorrer entre mapas hídricos, produções históricas e geográficas para que assim pudéssemos compreender o potencial do principal “meio de comunicação” entre Caxias – São Luís – Portugal, o Rio Itapecuru, espaços ocupados por inúmeras famílias que possuíam planteis de escravizados africanos. A Ribeira do Itapecuru ganha destaque econômico no momento em que passa a comungar do sistema de agroexportação. Caxias, em meados do XIX, se torna uma região ativa dentro do sistema econômico da ribeira, ganhando destaque no cultivo do arroz e do algodão; ambas as culturas se desenvolveram através da mão de obra dos negros escravizados.

Caxias, localizada no sertão maranhense, entre os rios Parnaíba e Itapecuru, conectava-se com diversas paragens. Seu posicionamento estratégico lhe proporcionou a inserção em momentos de enorme relevância para a História do Brasil, como a Revolta da Balaiada (1838 - 1841) e, antes, os conflitos durante o processo de adesão a Independência, sendo a penúltima cidade do Brasil a aderir à nova organização política.

Perceber e/ou reconhecer Caxias inserida no sistema escravista parece algo distante daquilo que é apresentado nas aulas da região, em que a escravidão africana é associada a espaços como a Bahia ou o Rio de Janeiro. Contudo, ao nos voltarmos para os documentos do

ATJMA percebemos que os escravizados africanos já estavam na região de Caxias por volta de 1754, com diferentes idades, e pertencentes a diversas nações.

Compreender a relevância de se tratar sobre História Local no processo de ensino e aprendizagem possibilitou o desenvolvimento de um recurso didático que objetiva auxiliar o docente a tornar os estudos sobre escravidão africana mais próximo da realidade do corpo discente. Levi (2014, p.1) pontua que: “a História é a ciência das perguntas gerais, mas das respostas locais. Não podemos imaginar uma generalização em História que seja válida”. Tal assertiva nos faz refletir acerca das particularidades locais e dos indivíduos quando os colocamos como sujeitos históricos. Ao enxergar os escravizados africanos na região de Caxias, estamos possibilitando compreender os efeitos que estes indivíduos deixaram em nossa sociedade, seja no âmbito religioso, cultural, linguístico e outros. Ao generalizar uma história estamos deixando à margem contribuições que podem ser essenciais na elaboração de uma historiografia mais justa coerente.

Diante disso, como fruto dessa pesquisa, desenvolvemos, seguindo as orientações dos documentos normativos do Brasil e do Maranhão, o produto educacional *Vila de Cachias: a presença dos negros africanos em terras caxienses*, que traz em seu interior levantamento de dados acerca da escravidão no Maranhão e em Caxias, reconhecendo que recursos didáticos são importantes ferramentas que visam contribuir no processo de ensino e aprendizagem.

O produto educacional aqui apresentado foi construído através de importante conhecimento historiográfico produzido nos meios acadêmicos brasileiros nas últimas duas décadas e que tratam da presença dos escravizados africanos no Brasil e no Maranhão. Nesse conjunto, apresentamos os dados do tráfico transatlântico de escravizados para América portuguesa e seus efeitos populacionais na construção social da atualidade.

Diante da inexistência de matérias que situem Caxias no cenário escravista, recorreremos aos livros de inventários do ATJMA e às memórias dos caxienses. Localizamos terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos e, através de suas histórias e memórias, acrescentamos novos indícios da presença de negros escravizados em Caxias. Por meio de coleta, conversa e investigação foi possível a elaboração de um recurso didático que irá auxiliar o docente em suas aulas acerca da história da escravidão e da história local de Caxias.

Desta forma almejamos que essa dissertação/produto educacional venha somar na construção do saber histórico sobre Caxias e região sobre o viés da escravidão e de seus impactos.

## REFERÊNCIAS

### 1. FONTES

#### 1.1 Manuscritos

##### a) ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre a petição dos moradores e oficiais da câmara da cidade de São Luís do Maranhão no sentido de introduzir escravos de Angola, Guné e Cacheu no Estado do Maranhão. Lisboa, 17 de julho de 1673. CU 009, cx. 5, doc. 576

Carta do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando Antonio de Noronha, para a rainha D. Maria I, em resposta à posição referente ao requerimento de Raimundo Jose de Sousa Gaioso, em que este solicitou a confirmação da sesmaria junto ao rio Itapecuru, pelo rio acima, à parte direita. Maranhão, 23 de junho de 1793. CU 009, cx. 82, doc. 6942

Requerimento de Raimundo José de Sousa Gaioso ao príncipe regente D. João, a solicitar provisão para se efetuar o tombo e a demarcação das suas terras junto ao rio Itapecuru. Maranhão, 19 de julho de 1793. CU 009, cx. 82, doc. 6954

Parecer da Real Junta da Fazenda da Marinha para o príncipe regente D. João, indicando que o actual Intendente da Marinha deveria ser substituído pelo capitão Filipe de Barros e Vasconcelos. Queluz, 18 de março de 1801. CU 009, cx. 115, doc. 8949

Ofício do capitão de Mar e Guerra e intendente da Marinha do Maranhão, Felipe de Barros e Vasconcelos para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior, sobre a arribada do bergantim Resoluto, devido seu mau governo e deficiências de construção. Maranhão, 15 de março de 1805. CU 009, cx. 139, doc. 10162



Carta patente do príncipe regente D. João, para Raimundo José de Sousa Gaioso, confirmando-o no posto de tenente-coronel do Regimento de Milícias no julgado de Aldeias Altas, na capitania do Maranhão. Lisboa, 6 de junho de 1806. CU 009, cx. 147, doc. 10643.

#### **b) Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão – ATJMA**

Maranhão. Poder Judiciário. Tribunal de Justiça. **Inventários da Comarca de São Luís** do período de 1799 a 1822.

Maranhão. Poder Judiciário. Tribunal de Justiça. **Inventários da Comarca de Caxias** do período de 1754 a 1830.

#### **c) Diversos**

BRASIL, Fundação Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em 02 fev. 2023.

BRASIL, Fundação Biblioteca Nacional Digital. **Mappa das cidades, vilas, lugares e freguezias das capitanias do Maranhão e Piauí** [Cartográfico]: com o número em geral dos habitantes das ditas capitanias. 1787. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html> Acesso: 15 de abril de 2022.

BRASIL, Fundação Biblioteca Nacional Digital. **Carta geral da província do Maranhão dividida em oito comarcas**. 1838. 1 mapa, col, 82 x 53. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart519673/cart519673.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart519673/cart519673.jpg). Acesso em: 15 abr. 2022.

## **2. BIBLIOGRAFIA**

ABUD, Katia Maria. Ensino de História e Base Nacional Comum Curricular: Desafios, incertezas e possibilidades. In: RIBEIRO JÚNIOR, Halferd Carlos; VELÈRIO, Mairon Escorsi. **Ensino de História e Currículo**. Reflexões sobre a Base Nacional Curricular, formação de professores e prática de ensino. Jundiaí: Paco Editoria, 2017, p. 13-26.

ALAMINO, Felipe Nicolau Pimentel. O Congresso de Viena, o tráfico de escravos e as consequências para Portugal e Brasil. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v. 112, p. 701-713, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/issue/view/10781>. Acesso em abril de 2022

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Uma colônia entre impérios: a abertura dos portos brasileiros, 1800-1808**. Bauru: EDUSC. 2008.

ASSUMPCÃO, Jorge Euzébio. Idade, Sexo, Ocupação e Nacionalidade dos Escravos Charqueadores (1780-1888). In: **I Simpósio Gaúcho sobre a escravidão negra**, Porto Alegre. Estudos Ibero-Americanos, 1990. p. 29-46.

ASSUNÇÃO, M. R. **De caboclos a bem-te-vis**: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão 1800- 1850. São Paulo: Annablume, 2015.

BARROSO JUNIOR, Reinaldo dos Santos. **Nas rotas do atlântico equatorial**: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800). 2009. 122 p. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

BASÍLIO, R. S. Raimundo José de Sousa Gaioso e os 200 anos da publicação do Compêndio Histórico-Político dos princípios da Lavoura do Maranhão (1818): notas bibliográficas. **Outros Tempos**: Pesquisa em Foco - História, v. 15, n. 26, p. 23-48, 2018. Disponível em: [https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros\\_tempos\\_uema/article/view/654](https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/654). Acesso em abril de 2022

BITTENCOURT, C. M. F. . Reflexões sobre o ensino de história. **Estudos Avançados**, v. 32, p. 127-149, 2018.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular**. Documento MEC. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em 15 abr. 2022

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: História, Geografia. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS)**. História. Ensino Fundamental. Brasília: MEC 1998.

BURKE, Peter. Abertura: **a Nova História, seu passado e seu futuro**. In: \_\_\_\_\_ (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 2011, p. 7-37.

CABRAL, Maria do Socorro Cabral Coelho (ano). **Caminhos do gado**: conquista e ocupação do sul do Maranhão. 2ª ed. São Paulo: Edufma, 2008.

CAMPOS, Marize Helena de. **Senhoras Donas**: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755 - 1822). 2008. 464 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CARVALHO, João Daniel Antunes Cardoso do Lago et al. "Para britânico lamentar"? as relações entre Brasil e Inglaterra e a lei de 1831. **Revista Sociais e Humanas**, v. 27, n. 3, p. 09-17, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/14492>. Acesso em abril de 2022.

CARVALHO, João Daniel Antunes Cardoso do Lago et al. O tráfico de escravos, a pressão inglesa e a Lei de 1831. **Revista HEERA**, p. 95-114, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/heera/article/view/26317>. Acesso em abril de 2022.

CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, Elisa Antonia. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Evidência**. Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011.

CHAGAS, A. T. R. . O questionário na pesquisa científica. **Administração On Line**, São Paulo, v. 1, n.1, p. 1-14, 2000.

COUTINHO, M. **Caxias das Aldeias Altas**: subsídios para uma história. 2. ed. Prefeitura de Caxias, São Luís, 2005.

CUTRIM, Luisa Moraes Silva. **A alma do negócio**: a trajetória do negociante Antonio José Meirelles no Maranhão (c.1820- c1832). 2017. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

FADIGAS, Leonel. De Alcobaça à Independência do Brasil: O coronel Isidoro Rodrigues Pereira e as transformações sociais, económicas e políticas no Maranhão colonial entre 1775 e 1825. Lisboa: Sílabo. 197p. **Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra**, v. 34, n. 2, p. 279-285, 2021.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do trabalho no Maranhão Oitocentista**: os descaminhos da liberdade. São Luís: EDUFMA, 2012.

FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. Produto e uso do material didático. In: ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; FAGUNDES, José Evangelista; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da (org.). **Reflexões sobre história local e produção de material didático**. Natal: EDUFRN, 2017. p. 293 - 334. ISBN 978-85-93839-02-3. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/23433>. Acesso em: abril de 2022.

FLORENTINO, Manolo. TRÁFICO ATLÂNTICO, MERCADO COLONIAL E FAMÍLIAS ESCRAVAS NO RIO DE JANEIRO, BRASIL, C. 1790-C. 1830. **Histórias: Questões & Debates**, v. 51, n. 2, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/19985>. Acesso em abril de 2022.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão**. Pariz: P.N. Rougeron, Impressor, 1818.

GALVES, Marcelo Cheche. **“Ao público sincero e imparcial”**: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826). 356 p. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

GALVES, Marcelo Cheche; MENDES, Felipe Ucijara Guimarães. Luís Antonio Vieira da Silva: O IHGB e a questão da Independência. In: BITENCOURT, João Batista; GALVES, Marcelo Cheche. (org.). **Historiografia maranhense**: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos. São Luís: Café & Lápis / Editora UEMA, 2014, p. 35-56.

GALVES, Marcelo Cheche. Política em tempos de Revolução do Porto: constitucionalismo e dissenso no Maranhão. **Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, v. 4, p. 4-38, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337327364002>. Acesso em abril de 2022

\_\_\_\_\_. “Homens de cor” no processo de independência da província do Maranhão. In: **XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH**, 2007. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH. A História e seus territórios. São Leopoldo, RS, julho de 2007a, v.1, p. 1-9. Acesso em abril de 2022

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, (jan./jun.), 1988b, p. 69-82.

GOULART, Maurício. **Escravidão africana no Brasil**: das origens à extinção do tráfico. São Paulo: Alfa-Ômega. 1975.

GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. **Afro-Ásia**, n. 27, p. 121-160, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21034>. Acesso em abril de 2022

LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. (1822) **Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. – 2. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.

LEVI, G. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. **Revista Tempo**, UFF, v. 20, 2014, p. 1-20.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. De como se constrói uma história local: Aspectos da produção e da utilização no ensino de História. In: ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; FAGUNDES, José Evangelista; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da (org.). **Reflexões sobre história local e produção de material didático**. Natal: EDUFRN, 2017. p. 57 - 81. ISBN 978-85-93839-02-3. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/23433>. Acesso em: abril de 2022.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **To be a liberated African in Brazil**: labor and citizenship in the nineteenth century. University of Waterloo. Tese de Doutorado. 2002.

MARQUES, Cezar Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Cia Editora Fon-Fon e Seleta, 1870.

MARANHÃO. **Documento Curricular do território maranhense para educação infantil e ensino fundamental**. FGV, 2019.

MATTOS, H.; ABREU, M.. Em torno das Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro) , v. 21, p. 5-20, 2008.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. A Formação do Estado Imperial. São Paulo: HUCITEC, 2011.

MEIRELES, Mario M. **Dez estudos históricos**. São Luís: Alumar Cultura, 1994.

MEIRELES, Mário Martins. **História da Independência no Maranhão**. Rio de Janeiro: Artenova, 1972.

MOTA, Antonia da Silva. **A Dinâmica colonial portuguesa e as redes de poder local na Capitania do Maranhão**. 2007. 188 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós - Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2007.

MOTA, Antonia da Silva; BARROSO, Daniel Souza. Economia e demográfica da escravidão no Maranhão e no Grão-Pará: uma análise comparativa da estrutura da posse de cativos (1785- 1850). **Revista História** n 176, a 07815, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rh/a/c8QHwBqkVRgD9Fphx8VVyLc/abstract/?lang=pt>. Acesso em abril de 2022

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

NEVES, Abdias. **A guerra do Fidié**: uma epopéia brasileira na luta pela independência. 2ª Ed. Artenova. 1974.

OLIVEIRA, S.R.F.; CAIMI, F. E.. Vitória da tradição ou resistência da inovação: o Ensino de História entre a BNCC, o PNLD e a Escola. **EDUCAR EM REVISTA**, v. 37, p. 1-22, 2021.

PACHECO FILHO, A. K. G.; CORREA, H. M. M. Um olhar português ao sertão do Brasil: Francisco de Paula Ribeiro e o Sertão do Maranhão. **Iberografias: Revista de Estudos Ibéricos**, v. 14, p. 65-76, 2018. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/396421848/Revista-Iberografias-14>. Acesso em abril de 2022

PEREIRA, Gabriel Langie. **Independência e sequestro de bens**: negócios, negociante e correspondentes no Pará e Maranhão (1822 - 1842). 2009. 313 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós - Graduação em Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2009.

PEREIRA, Amilcar Araujo ; SILVA, Jessika Rezende Souza da . Possibilidades na luta pelo ensino de histórias negras na era das bases nacionais curriculares no Brasil e nos Estados Unidos: a Lei 10.639/03 e os National History Standards. **EDUCAR EM REVISTA**, v. 37, p. 1-25, 2021.

RALEJO, A. S. ; MELLO, R. A. ; AMORIM, M. de O. . BNCC e Ensino de História: horizontes possíveis. **EDUCAR EM REVISTA**, v. 37, p. 1-19, 2021.

RUSEN, Jorn. Metodologia – as regras da pesquisa histórica. In: \_\_\_\_\_ **Reconstrução do passado. Teoria da História II**: Os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007, p. 101- 167.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.) **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 39-62.

SILVA, Denildes de Jesus; CONCEIÇÃO, Gonçalo Mendes da. Rio Itapecuru: Caracterização Geoambiental e Socioambiental, Município de Caxias, Maranhão, Brasil. **Scientia Plena**, Caxias, v. 7, n. 1, p.1-26, 2011. Semestral. Disponível em: <https://www.scientiaplenua.org.br/sp/article/view/50/99>. Acesso em junho de 2021

SILVA, Elvis Roberto Lima. Materiais didáticos e as múltiplas linguagens no ensino de História dos anos iniciais. In: **XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA Conhecimento histórico e diálogo social**, 2013, Natal. Anais do XXVII Simpósio Nacional De História Conhecimento histórico e diálogo social 22 a 26 de julho de 2013. Natal - RN: Associação Nacional de História. ANPUH-BRASIL, 2013. p. 1-15. Disponível em [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371147152\\_ARQUIVO\\_TEXTOANPUH](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371147152_ARQUIVO_TEXTOANPUH)

2013MateriaisdidaticoseasmultiplaslinguagensnoensinodeHistoriadodosanosiniciais.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022

SILVA, M. C. G. Rotas negreiras e comércio de africanos para o Maranhão colonial 1755-1800. In: **VI Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/mcelestegomes.pdf>. Acesso: 14 de maio de 2022.

SILVA JUNIOR, Carlos. Mapeando o tráfico transatlântico de escravos. In.: **Afro - Ásia**, Salvador, n. 45, p.179-184, 2012. Semestral. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21255>>. Acesso em: 14 maio 2022.

SOUSA, Luís. C. A. D.; ARAÚJO, Johny S. de. O Governo das Armas de uma província dissidente: uma breve narrativa da trajetória do major português João José da Cunha Fidié na Independência do Piauí (1822-1823). **Revista Ágora**, [S. l.], v. 32, n. 2, p. e-2021320207, 2021. DOI: 10.47456/e-2021320207. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/36145>. Acesso em: 9 maio 2022.

SOUZA, Marina de Mello. **Reis negros no Brasil escravista: História da festa de coroação de rei Congo**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

SOUZA, Thalita Costa. **Dos rios de Sena e Moçambique para o Itapecuru: tráfico de escravos de nação moçambicana para a ribeira do Itapecuru no Maranhão (1777 a 1822)**. 61 p. Monografia (Graduação em História) - Universidade Estadual do Maranhão, Caxias - MA, 2019.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. **Tramas do cotidiano – Religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos**. Belém: EDUFPA, 2012.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Trad. Lólio Lorenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Centro de Ciências Agrárias. Núcleo Geoambiental. **Bacias hidrográficas e climatologia no Maranhão** - São Luís, 2016.

VIEIRA DA SILVA, Luís Antonio. (1862) **História da independência da província do Maranhão (1822-1828)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972 (Coleção São Luís, v. 4).

## APÊNDICES

### APÊNDICE 01 - Questionário de avaliação do produto educacional

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA  
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIST  
MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA**

**QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL “VILA  
DE CACHIAS: A PRESENÇA DE NEGROS AFRICANOS EM TERRAS CAXIENSE”**

O produto educacional é fruto do trabalho de pesquisa desenvolvido no mestrado em História da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, que visa ser um recurso didático para o professor de História do Fundamental II, que trata acerca do reconhecimento da presença dos negros escravizados em Caxias, produzido pela mestrandia Thalita Costa Souza.

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>
NOME COMPLETO:
TITULAÇÃO:
( ) Graduação    ( ) Especialização    ( ) Mestrado    ( ) Doutorado
MUNICÍPIO EM QUE ATUA COMO DOCENTE: (se for o caso, indique mais de 1)
EM QUAL REDE DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA VOCÊ ATUA COMO DOCENTE? (se for o caso, marque mais de 1)
( ) Rede Municipal    ( ) Rede Estadual    ( ) Rede privada
<b>SOBRE O MATERIAL</b>
01 – O produto apresenta uma organização didática compreensiva? Sim ( )    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs: _____ _____ _____
02 – O produto educacional apresenta uma linguagem adequada para os professores? Sim ( )    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( )

<p>Obs:</p> <hr/> <hr/> <hr/>
<p>03 - O produto desmistifica algum senso comum, visto como inadequado para o conhecimento histórico?          Sim ( ) Parcialmente( ) Não( ) Não sei responder ( )</p> <p>Obs:</p> <hr/> <hr/> <hr/>
<p>04 – Sobre os aspectos visuais, textuais e de legibilidade o produto possui diagramação adequada e recursos iconográficos compatíveis com os conceitos e discussões levantadas?          Sim ( ) Parcialmente( ) Não( ) Não sei responder ( )</p> <p>Obs:</p> <hr/> <hr/> <hr/>
<p>05 – O produto ora apresentado observa as diretrizes dos atuais documentos que regem o sistema educacional brasileiro/maranhense? (Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Documento Curricular do Território Maranhense)          Sim ( ) Parcialmente( ) Não( ) Não sei responder ( )</p> <p>Obs:</p> <hr/> <hr/> <hr/>
<p>06 - Um dos principais motivos para a inserção de materiais didáticos complementares nas aulas de História é a ideia de que os livros didáticos não conseguem tratar de forma mais detalhada acerca de temáticas mais regionais/locais. Partindo desse pressuposto, pode-se afirmar que o produto aqui apresentado alcança esse objetivo?          Sim ( ) Parcialmente( ) Não( ) Não sei responder ( )</p> <p>Obs:</p> <hr/> <hr/> <hr/>
<p>07 – O produto educacional apresenta de forma objetiva e coerente a temática escravidão africana em Caxias - MA?          Sim ( ) Parcialmente( ) Não( ) Não sei responder ( )</p> <p>Obs:</p> <hr/> <hr/>



<p>08 O produto educacional apresenta alguns dados censitários acerca da presença de negros e pardos em Caxias, os dados apresentados seriam reflexos do processo escravista que a cidade esteve inserida?</p> <p>Sim ( ) Parcialmente( ) Não( ) Não sei responder ( )</p> <p>Obs:</p>
<p>09 – Os dados apresentados nas tabelas, nos gráficos, os mapas e imagens que estão dispostos no produto educacional, o seu uso possui relevância para as aulas de História?</p> <p>Sim ( ) Parcialmente( ) Não( ) Não sei responder ( )</p> <p>Obs:</p>
<p>10 – Qual é a principal contribuição (se houver) desse produto para as aulas de História?</p>
<p>11 – Após a leitura e análise apresente suas principais críticas ao produto educacional: <i>VILA DE CACHIAS: a presença de negros africanos em terras caxiense</i>”</p>


\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2022

\_\_\_\_\_  
Assinatura do docente

**APÊNDICE 02 – Termo de autorização para entrevista – quilombo Jenipapo.****UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA  
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIST  
MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA**

Eu, MANOEL MOURA DA SILVA, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso do meu depoimento e/ou minha imagem, AUTORIZO, através do presente termo, THALITA COSTA SOUZA, pesquisadora e mestranda em História pela Universidade Estadual do Maranhão, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração do seu trabalho dissertativo, intitulado *Ribeira do Itapecuru: a presença de escravizados africanos na Vila de Cachias das Aldeias Altas (1754-1830)*. A realizar as fotos e/ou vídeos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, LIBERO a utilização destas fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos e slides), em favor da pesquisadora da pesquisa, acima especificada.

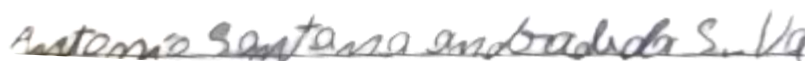
Caxias – MA 03 de setembro de 2022.

  
Assinatura do entrevistado

**APÊNDICE 03 – Termo de autorização para Entrevista – quilombo Soledade.****UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA  
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIST  
MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA**

Eu, ANTONIO SANTANA ANDRADE DA SILVA, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso do meu depoimento e/ou minha imagem, AUTORIZO, através do presente termo, THALITA COSTA SOUZA, pesquisadora e mestranda em História pela Universidade Estadual do Maranhão, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração do seu trabalho dissertativo, intitulado *Ribeira do Itapecuru: a presença de escravizados africanos na Vila de Cachias das Aldeias Altas (1754-1830)*. A realizar as fotos e/ou vídeos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, LIBERO a utilização destas fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos e slides), em favor da pesquisadora da pesquisa, acima especificada.

Caxias – MA 04 de setembro de 2022.



Assinatura do entrevistado

### APÊNDICE 04 – Questionários respondidos

IDENTIFICAÇÃO
NOME COMPLETO: <b>PROF. 01</b>
TITULAÇÃO:  ( ) Graduação    (X) Especialização    ( ) Mestrado    ( ) Doutorado
MUNICÍPIO EM QUE ATUA COMO DOCENTE: CAXIAS - MA
EM QUAL REDE DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA VOCÊ ATUA COMO DOCENTE? (se for o caso, marque mais de 1)  (X) Rede Municipal    (X) Rede Estadual    ( ) Rede privada
SOBRE O MATERIAL
01 – O produto apresenta uma organização didática compreensiva? Sim (X)    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs: POIS COMPREENDE-SE NOVAS VISÕES DA HISTÓRIA RETRATADA NO TEMA
02 – O produto educacional apresenta uma linguagem adequada para os professores? Sim (X)    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs:
03 - O produto desmistifica algum senso comum, visto como inadequado para o conhecimento histórico? Sim (X)    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs:
04 – Sobre os aspectos visuais, textuais e de legibilidade o produto possui diagramação adequada e recursos iconográficos compatíveis com os conceitos e discussões levantadas? Sim (X)    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs:
05 – O produto ora apresentado observa as diretrizes dos atuais documentos que regem o sistema educacional brasileiro/maranhense? (Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Documento Curricular do Território Maranhense) Sim (X)    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs: VISTO QUE O MOMENTO EM ADEQUAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA APRESENTADA PELO SISTEMA EDUCACIONAL NACIONAL, AS MUDANÇAS E AS ADEQUAÇÕES E NOVOS INSTRUMENTOS AVALIATIVOS.
06 - Um dos principais motivos para a inserção de materiais didáticos complementares nas aulas de História é a ideia de que os livros didáticos não conseguem tratar de forma mais detalhada acerca de temáticas mais regionais/locais. Partindo desse pressuposto, pode-se afirmar que o produto aqui apresentado alcança esse objetivo? Sim (X)    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs:
07 – O produto educacional apresenta de forma objetiva e coerente a temática escravidão

<p>africana em Caxias - MA?          Sim ( X ) Parcialmente( ) Não( ) Não sei responder ( )          Obs: COMO É ESTUDO E ATRAVÉS DESTE PRESSUPOSTO APRESENTADO HÁ AINDA MUITO A SER INVESTIGADO PELA HISTÓRIA LOCAL.</p>
<p>08 O produto educacional apresenta alguns dados censitários acerca da presença de negros e pardos em Caxias, os dados apresentados seriam reflexos do processo escravista que a cidade esteve inserida?          Sim (X) Parcialmente( ) Não( ) Não sei responder ( )          Obs:</p>
<p>09 – Os dados apresentados nas tabelas, nos gráficos, os mapas e imagens que estão dispostos no produto educacional, o seu uso possui relevância para as aulas de História?          Sim ( X ) Parcialmente( ) Não( ) Não sei responder ( )          Obs: MAIS MATERIAIS DE APOIO PARA OS PROFESSORES DE HISTÓRIA DISCORREREM SOBRE O TEMA.</p>
<p>10 – Qual é a principal contribuição (se houver) desse produto para as aulas de História?           FORNECE UM LEQUE DE POSSIBILIDADES PARA PROFESSORES E PESQUISADORES SE DEBRUSSAREM SOBRE A HISTÓRIA DE CAXIAS.</p>
<p>11 – Após a leitura e análise apresente suas principais críticas ao produto educacional: <i>VILA DE CACHIAS: a presença de negros africanos em terras caxiense</i>”           UMA QUESTÃO INTERESSANTE É A RELEVÂNCIA DADA À FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA OBRA COMO MILSON COUTINHO, JOÃO RENÔR, CARLOTA CARVALHO, MARIA DO SOCORRO CABRAL E VÁRIOS OUTROS HISTORIADORES QUE DE ALGUMA FORMA RELEVARAM A HISTÓRIA DO SERTÃO MARANHENSE E CAXIAS DAS ALDEIAS ALTAS.</p>

CAXIAS, 17/10/2022

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>
NOME COMPLETO: <b>PROF. 02</b>
TITULAÇÃO:  ( ) Graduação    ( X ) Especialização    ( ) Mestrado    ( ) Doutorado
MUNICÍPIO EM QUE ATUA COMO DOCENTE: (se for o caso, indique mais de 1) COELHO NETO – MA
EM QUAL REDE DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA VOCÊ ATUA COMO DOCENTE? (se for o caso, marque mais de 1)  ( X ) Rede Municipal    ( ) Rede Estadual    ( X ) Rede privada
<b>SOBRE O MATERIAL</b>
01 – O produto apresenta uma organização didática compreensiva? Sim ( X )    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( )  Obs: Pois devido a sua linearidade dos fatos apresentados, destacando desde o processo de “descoberta” das américas e ressaltando também na sua introdução que a escravização não se deu somente com os africanos, mas também com os indígenas.
02 – O produto educacional apresenta uma linguagem adequada para os professores? Sim ( X )    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs: O material está adequado com a realidade maranhense, e isso facilita na sua compreensão.
03 - O produto desmistifica algum senso comum, visto como inadequado para o conhecimento histórico? Sim ( X )    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs: Pois mostra uma realidade da história do Brasil que não é apresentada nos livros didáticos,  no caso, das discrepâncias que existem entre o tráfico de escravizados no Maranhão destacando “Cachias” com relação a outras regiões que nos são mais apresentadas nos livros didáticos.
04 – Sobre os aspectos visuais, textuais e de legibilidade o produto possui diagramação adequada e recursos iconográficos compatíveis com os conceitos e discussões levantadas? Sim ( X )    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs:
05 – O produto ora apresentado observa as diretrizes dos atuais documentos que regem o sistema educacional brasileiro/maranhense? (Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Documento Curricular do Território Maranhense) Sim ( X )    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs:
06 - Um dos principais motivos para a inserção de materiais didáticos complementares nas aulas de História é a ideia de que os livros didáticos não conseguem tratar de forma mais

<p>detalhada acerca de temáticas mais regionais/locais. Partindo desse pressuposto, pode-se afirmar que o produto aqui apresentado alcança esse objetivo?          Sim ( X ) Parcialmente( ) Não( ) Não sei responder ( )          Obs:</p>
<p>07 – O produto educacional apresenta de forma objetiva e coerente a temática escravidão africana em Caxias - MA?          Sim ( X ) Parcialmente( ) Não( ) Não sei responder ( )          Obs:</p>
<p>08 O produto educacional apresenta alguns dados censitários acerca da presença de negros e pardos em Caxias, os dados apresentados seriam reflexos do processo escravista que a cidade esteve inserida?          Sim ( X ) Parcialmente( ) Não( ) Não sei responder ( )          Obs: As tabelas e gráficos são bem esclarecedoras, principalmente na questão populacional do período no Maranhão, o sexo e a faixa etária dos escravizados.</p>
<p>09 – Os dados apresentados nas tabelas, nos gráficos, os mapas e imagens que estão dispostos no produto educacional, o seu uso possui relevância para as aulas de História?          Sim ( X ) Parcialmente( ) Não( ) Não sei responder ( )          Obs:</p>
<p>10 – Qual é a principal contribuição (se houver) desse produto para as aulas de História?  <u>A principal contribuição desse produto para uma aula de história no Maranhão é a realidade local que deixam de existir nos livros didáticos.</u></p>
<p>11 – Após a leitura e análise apresente suas principais críticas ao produto educacional: <i>VILA DE CACHIAS: a presença de negros africanos em terras caxiense</i>  <u>A minha única crítica referente ao material está relacionada ao tópico que fala sobre balaiada, como a proposta da pesquisa é ser um material didático para o Ensino de História no Maranhão</u>  <u>faltou se aprofundar mais nessa perspectiva dos negros e a balaiada, pois nos livros didáticos esse movimento dos balaios em Caxias não tem um aprofundamento tão importante, e isso faltou no seu material, devido a riqueza histórica que existe entorno do movimento da balaiada.</u></p>

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>
NOME COMPLETO: <b>PROFA. 03</b>
TITULAÇÃO:  ( ) Graduação    ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Especialização    ( ) Mestrado    ( ) Doutorado
MUNICÍPIO EM QUE ATUA COMO DOCENTE: (se for o caso, indique mais de 1) CAXIAS-MA
EM QUAL REDE DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA VOCÊ ATUA COMO DOCENTE? (se for o caso, marque mais de 1)  ( ) Rede Municipal    ( ) Rede Estadual    ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Rede privada
<b>SOBRE O MATERIAL</b>
01 – O produto apresenta uma organização didática compreensiva? Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> )    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( )  Obs: o produto consegue criar uma linha de pensamento que, ao mesmo tempo dá espaço para a história numa esfera macro e alcança também a história local, mostrando através da pesquisa a importância do seu objeto de estudo para a história local.
02 – O produto educacional apresenta uma linguagem adequada para os professores? Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> )    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs: linguagem clara, precisa, coerente e o mais importante: objetiva.
03 - O produto desmistifica algum senso comum, visto como inadequado para o conhecimento histórico? Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> )    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs: o objeto nos permite situar Caxias no cenário temporal e econômico de modo a perceber a importância da localidade, além de chamar atenção para a invisibilização dos escravizados na ribeira na historiografia existente.
04 – Sobre os aspectos visuais, textuais e de legibilidade o produto possui diagramação adequada e recursos iconográficos compatíveis com os conceitos e discussões levantadas? Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> )    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs:
05 – O produto ora apresentado observa as diretrizes dos atuais documentos que regem o sistema educacional brasileiro/maranhense? (Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Documento Curricular do Território Maranhense) Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> )    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs:
06 - Um dos principais motivos para a inserção de materiais didáticos complementares nas aulas de História é a ideia de que os livros didáticos não conseguem tratar de forma mais detalhada acerca de temáticas mais regionais/locais. Partindo desse pressuposto, pode-se afirmar que o produto aqui apresentado alcança esse objetivo? Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> )    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs:
07 – O produto educacional apresenta de forma objetiva e coerente a temática escravidão



<p>africana em Caxias - MA?</p> <p>Sim ( X )   Parcialmente(   )   Não(   )   Não sei responder (   )</p> <p>Obs:</p>
<p>08 O produto educacional apresenta alguns dados censitários acerca da presença de negros e pardos em Caxias, os dados apresentados seriam reflexos do processo escravista que a cidade esteve inserida?</p> <p>Sim ( X )   Parcialmente(   )   Não(   )   Não sei responder (   )</p> <p>Obs:</p>
<p>09 – Os dados apresentados nas tabelas, nos gráficos, os mapas e imagens que estão dispostos no produto educacional, o seu uso possui relevância para as aulas de História?</p> <p>Sim ( X )   Parcialmente(   )   Não(   )   Não sei responder (   )</p> <p>Obs: sim. Até onde sei não existem dados precisos como os levantados e mostrados na pesquisa e no material didático.</p>
<p>10 – Qual é a principal contribuição (se houver) desse produto para as aulas de História?</p> <p>Creio que este material será de grande utilidade para que possamos construir uma ligação mais plausível entre a história global e a história local. Ao situar a escravidão dentro da região de Caxias, é possível compreender, de fato, a dimensão deste processo e os impactos para a formação do povo maranhense, bem como o povo brasileiro.</p>
<p>11 – Após a leitura e análise apresente suas principais críticas ao produto educacional: <i>VILA DE CACHIAS: a presença de negros africanos em terras caxiense</i>”</p> <p>No geral, as críticas são boas e relacionadas apenas a futuras melhorias no material, que já está excelente. A utilização deste material em sala de aula seria de fato inovador no contexto educacional caxiense, onde pouco se estuda a história de Caxias, ainda mais sobre os processos relacionados à escravização. Destaco também a originalidade e a ótima escrita, que ao se manter objetiva e clara, foge de termos rebuscados que tendem a afastar o leitor e espantar o interesse dos alunos.</p>

**CAXIAS-MA, 18/10 /2022**

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>
NOME COMPLETO: <b>PROF. 04</b>
TITULAÇÃO:  ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Graduação    ( ) Especialização    ( ) Mestrado    ( ) Doutorado
MUNICÍPIO EM QUE ATUA COMO DOCENTE: (se for o caso, indique mais de 1)  Aldeias Altas - MA
EM QUAL REDE DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA VOCÊ ATUA COMO DOCENTE? (se for o caso, marque mais de 1)  ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Rede Municipal    ( ) Rede Estadual    ( ) Rede privada
<b>SOBRE O MATERIAL</b>
01 – O produto apresenta uma organização didática compreensiva? Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> )    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs:
02 – O produto educacional apresenta uma linguagem adequada para os professores? Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> )    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs:
03 - O produto desmistifica algum senso comum, visto como inadequado para o conhecimento histórico? Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> )    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs:
04 – Sobre os aspectos visuais, textuais e de legibilidade o produto possui diagramação adequada e recursos iconográficos compatíveis com os conceitos e discussões levantadas? Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> )    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs:
05 – O produto ora apresentado observa as diretrizes dos atuais documentos que regem o sistema educacional brasileiro/maranhense? (Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Documento Curricular do Território Maranhense) Sim ( )    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Obs:
06 - Um dos principais motivos para a inserção de materiais didáticos complementares nas aulas de História é a ideia de que os livros didáticos não conseguem tratar de forma mais detalhada acerca de temáticas mais regionais/locais. Partindo desse pressuposto, pode-se afirmar que o produto aqui apresentado alcança esse objetivo? Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> )    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs:
07 – O produto educacional apresenta de forma objetiva e coerente a temática escravidão africana em Caxias - MA? Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> )    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs:
08 O produto educacional apresenta alguns dados censitários acerca da presença de negros e pardos em Caxias, os dados apresentados seriam reflexos do processo escravista que a cidade

<p>esteve inserida?</p> <p>Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> )    Parcialmente( <input type="checkbox"/> )    Não( <input type="checkbox"/> )    Não sei responder ( <input type="checkbox"/> )</p> <p>Obs:</p>
<p>09 – Os dados apresentados nas tabelas, nos gráficos, os mapas e imagens que estão dispostos no produto educacional, o seu uso possui relevância para as aulas de História?</p> <p>Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> )    Parcialmente( <input type="checkbox"/> )    Não( <input type="checkbox"/> )    Não sei responder ( <input type="checkbox"/> )</p> <p>Obs:</p>
<p>10 – Qual é a principal contribuição (se houver) desse produto para as aulas de História?</p> <p>Bastante enriquecedor para a História local, abordando um novo olhar para a história que foi esquecida, ou seja, não mencionada nas instituições educacionais, e Museu.</p>
<p>11 – Após a leitura e análise apresente suas principais críticas ao produto educacional: <i>VILA DE CACHIAS: a presença de negros africanos em terras caxiense</i></p> <hr/> <p>O material educacional é bastante enriquecedor para as aulas de História, principalmente quando abordamos história local, pois sabemos das dificuldades de tratar sobre história local dentro das salas de aula e isso se deve pela quase inexistência de recursos pedagógicos que dedique ao estudo local. O material é ideal para se trabalhar em sala de aula, pois é coeso e prático. Um excelente material.</p>

**Aldeias Altas - MA, 14/10/2022**

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>
NOME COMPLETO: <b>PROFA. 05</b>
TITULAÇÃO:  ( ) Graduação    ( x ) Especialização    ( ) Mestrado    ( ) Doutorado
MUNICÍPIO EM QUE ATUA COMO DOCENTE: (se for o caso, indique mais de 1) Caxias/MA
EM QUAL REDE DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA VOCÊ ATUA COMO DOCENTE? (se for o caso, marque mais de 1)  ( x ) Rede Municipal    ( ) Rede Estadual    ( ) Rede privada
<b>SOBRE O MATERIAL</b>
01 – O produto apresenta uma organização didática compreensiva? Sim ( x )    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs:
02 – O produto educacional apresenta uma linguagem adequada para os professores? Sim ( x )    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs: Bem didático
03 - O produto desmistifica algum senso comum, visto como inadequado para o conhecimento histórico? Sim ( x )    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs:
04 – Sobre os aspectos visuais, textuais e de legibilidade o produto possui diagramação adequada e recursos iconográficos compatíveis com os conceitos e discussões levantadas? Sim ( x )    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs: Até ajuda na leitura do texto.
05 – O produto ora apresentado observa as diretrizes dos atuais documentos que regem o sistema educacional brasileiro/maranhense? (Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Documento Curricular do Território Maranhense) Sim ( x )    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs:
06 - Um dos principais motivos para a inserção de materiais didáticos complementares nas aulas de História é a ideia de que os livros didáticos não conseguem tratar de forma mais detalhada acerca de temáticas mais regionais/locais. Partindo desse pressuposto, pode-se afirmar que o produto aqui apresentado alcança esse objetivo? Sim ( x )    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs: Em virtude que os conteúdos acerca do trabalho escravo, ou escravidão no Maranhão, não é contemplado nos livros didáticos.
07 – O produto educacional apresenta de forma objetiva e coerente a temática escravidão africana em Caxias - MA? Sim ( x )    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs:

<p>08 O produto educacional apresenta alguns dados censitários acerca da presença de negros e pardos em Caxias, os dados apresentados seriam reflexos do processo escravista que a cidade esteve inserida?</p> <p>Sim ( x )    Parcialmente(   )    Não(   )    Não sei responder (   )</p> <p>Obs:</p>
<p>09 – Os dados apresentados nas tabelas, nos gráficos, os mapas e imagens que estão dispostos no produto educacional, o seu uso possui relevância para as aulas de História?</p> <p>Sim ( x )    Parcialmente(   )    Não(   )    Não sei responder (   )</p> <p>Obs:</p>
<p>10 – Qual é a principal contribuição (se houver) desse produto para as aulas de História?</p> <p>O produto em questão é relevante, devido a pouco material didático sobre a temática, e o mesmo apresenta, texto bem didático e de fácil compreensão, para aplicação em sala de aula.</p>
<p>11 – Após a leitura e análise apresente suas principais críticas ao produto educacional: <i>VILA DE CACHIAS: a presença de negros africanos em terras caxiense</i>”</p> <p>Só tenho a agradecer, pelo material, será de grande valia, para as aulas de história, principalmente, para os alunos de 8 e 9 ano.</p>

Caxias – MA, 17 de outubro de 2022

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>
NOME COMPLETO: <b>PROFA. 06</b>
TITULAÇÃO:  ( ) Graduação    (X) Especialização    ( ) Mestrado    ( ) Doutorado
MUNICÍPIO EM QUE ATUA COMO DOCENTE: (se for o caso, indique mais de 1)  Florianópolis – SC
EM QUAL REDE DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA VOCÊ ATUA COMO DOCENTE? (se for o caso, marque mais de 1)  ( ) Rede Municipal    (X) Rede Estadual    ( ) Rede privada
<b>SOBRE O MATERIAL</b>
01 – O produto apresenta uma organização didática compreensiva? Sim (X)    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs: Sim, O produto ajuda a compreensão desde o início do processo da escravidão até uma relação mais específica chegando a vivência escrava em Caxias-Ma.
02 – O produto educacional apresenta uma linguagem adequada para os professores? Sim (X)    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs:
03 - O produto desmistifica algum senso comum, visto como inadequado para o conhecimento histórico? Sim (X)    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs:
04 – Sobre os aspectos visuais, textuais e de legibilidade o produto possui diagramação adequada e recursos iconográficos compatíveis com os conceitos e discussões levantadas? Sim (X)    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs: único apontamento é em relação a qualidade da imagem de alguns mapas e gráficos, mas nada que dificulte o entendimento das discussões expostas.
05 – O produto ora apresentado observa as diretrizes dos atuais documentos que regem o sistema educacional brasileiro/maranhense? (Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Documento Curricular do Território Maranhense) Sim (X)    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs:
06 - Um dos principais motivos para a inserção de materiais didáticos complementares nas aulas de História é a ideia de que os livros didáticos não conseguem tratar de forma mais detalhada acerca de temáticas mais regionais/loais. Partindo desse pressuposto, pode-se afirmar que o produto aqui apresentado alcança esse objetivo? Sim (X)    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs:
07 – O produto educacional apresenta de forma objetiva e coerente a temática escravidão africana em Caxias - MA? Sim (X)    Parcialmente( )    Não( )    Não sei responder ( ) Obs:

<p>08 O produto educacional apresenta alguns dados censitários acerca da presença de negros e pardos em Caxias, os dados apresentados seriam reflexos do processo escravista que a cidade esteve inserida?</p> <p>Sim (X) Parcialmente( ) Não( ) Não sei responder ( )</p> <p>Obs:</p>
<p>09 – Os dados apresentados nas tabelas, nos gráficos, os mapas e imagens que estão dispostos no produto educacional, o seu uso possui relevância para as aulas de História?</p> <p>Sim (X) Parcialmente( ) Não( ) Não sei responder ( )</p> <p>Obs: Utilizo bastante mapas e gráficos nas aulas e isso facilita a compreensão dos alunos em relação a região e ao povo envolvido e destacado no acontecimento estudado em sala de aula, com isso a compreensão é efetiva e o mesmo ocorre com o material didático, ajudam a compreender perfeitamente o assunto abordado.</p>
<p>10 – Qual é a principal contribuição (se houver) desse produto para as aulas de História?</p> <p>A vivência particular das pessoas escravizadas é de grande contribuição para entender que aquelas pessoas não eram meros objetos como eram tratados. O que se encontra sobre a vivência escrava no Brasil, por exemplo, nos livros didáticos são informações de forma generalizada, e através do material didático é evidenciado que eram sujeitos, pessoas com sentimentos, ideias e opiniões próprias e isso é exposto através dos relatos, além dos dados quantitativos de africanos que adentraram no Brasil juntamente com a comparação de pessoas negras em várias regiões do Brasil, isso ajuda a entender o porquê de estudar História da África nas escolas de educação básica, o entendimento de que temos uma identidade brasileira formada pela vinda dessas pessoas para o Brasil.</p>
<p>11 – Após a leitura e análise apresente suas principais críticas ao produto educacional: <i>VILA DE CACHIAS: a presença de negros africanos em terras caxiense</i>”</p> <p>De forma geral, o trabalho é de suma importância; contribui absolutamente como apoio didático. Os dados sobre a quantidade de escravos que adentraram no Maranhão se tornam fonte para trabalharmos a questão cultural e racial do nosso estado e, obviamente nas outras regiões do Brasil, relacionando a influência cultural desses povos em cada região. Dessa forma, os dados evidenciados enriqueceram o trabalho, além de ressaltar e destacar a memória local de Caxias-MA.</p>

**Florianópolis -SC, 18/10/2022**

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>
NOME COMPLETO: <b>PROF. 07</b>
TITULAÇÃO: ( ) Graduação ( x ) Especialização ( ) Mestrado ( ) Doutorado
MUNICÍPIO EM QUE ATUA COMO DOCENTE: (se for o caso, indique mais de 1)  Caxias - MA
EM QUAL REDE DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA VOCÊ ATUA COMO DOCENTE? (se for o caso, marque mais de 1)  ( X ) Rede Municipal ( ) Rede Estadual ( ) Rede privada
<b>SOBRE O MATERIAL</b>
01 – O produto apresenta uma organização didática compreensiva? Sim ( X ) Parcialmente( ) Não( ) Não sei responder ( ) Obs:
02 – O produto educacional apresenta uma linguagem adequada para os professores? Sim ( X ) Parcialmente( ) Não( ) Não sei responder ( ) Obs:
03 - O produto desmistifica algum senso comum, visto como inadequado para o conhecimento histórico? Sim ( X ) Parcialmente( ) Não( ) Não sei responder ( ) Obs:
04 – Sobre os aspectos visuais, textuais e de legibilidade o produto possui diagramação adequada e recursos iconográficos compatíveis com os conceitos e discussões levantadas? Sim ( X ) Parcialmente( ) Não( ) Não sei responder ( ) Obs:
05 – O produto ora apresentado observa as diretrizes dos atuais documentos que regem o sistema educacional brasileiro/maranhense? (Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Documento Curricular do Território Maranhense) Sim ( X ) Parcialmente( ) Não( ) Não sei responder ( ) Obs:
06 - Um dos principais motivos para a inserção de materiais didáticos complementares nas aulas de História é a ideia de que os livros didáticos não conseguem tratar de forma mais detalhada acerca de temáticas mais regionais/loais. Partindo desse pressuposto, pode-se afirmar que o produto aqui apresentado alcança esse objetivo? Sim ( X ) Parcialmente( ) Não( ) Não sei responder ( ) Obs:
07 – O produto educacional apresenta de forma objetiva e coerente a temática escravidão africana em Caxias - MA? Sim ( X ) Parcialmente( ) Não( ) Não sei responder ( ) Obs:



<p>08 O produto educacional apresenta alguns dados censitários acerca da presença de negros e pardos em Caxias, os dados apresentados seriam reflexos do processo escravista que a cidade esteve inserida?</p> <p>Sim ( X ) Parcialmente( ) Não( ) Não sei responder ( )</p> <p>Obs:</p>
<p>09 – Os dados apresentados nas tabelas, nos gráficos, os mapas e imagens que estão dispostos no produto educacional, o seu uso possui relevância para as aulas de História?</p> <p>Sim ( X ) Parcialmente( ) Não( ) Não sei responder ( )</p> <p>Obs:</p>
<p>10 – Qual é a principal contribuição (se houver) desse produto para as aulas de História?</p> <p>A pesquisa sobre escravidão dentro do contexto maranhense.</p>
<p>11 – Após a leitura e análise apresente suas principais críticas ao produto educacional: <i>VILA DE CACHIAS: a presença de negros africanos em terras caxiense</i>”</p> <p>O material é rico em dados, tabelas e gráficos que ajudam a contextualizar o Maranhão dentro das discussões sobre escravidão na sala de aula, apresenta também a formação da cultura maranhense, que por sua vez é de grande benefício na disciplina de história dentro do ensino fundamental.</p>

**Caxias – MA, 16/10/2022**